

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

A VOZ DO POVO NA IMPRENSA PAULISTA:

**Uma análise de discursos sobre a linguagem das classes populares em
A Plebe e no *Correio Paulistano***

Evandro José Paschoalino

SÃO CARLOS

2022

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

A VOZ DO POVO NA IMPRENSA PAULISTA:
Uma análise de discursos sobre a linguagem das classes populares em
A Plebe e no Correio Paulistano

Evandro José Paschoalino

Bolsista: FAPESP

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Linguística.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Piovezani

São Carlos - São Paulo - Brasil

2022



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas

Programa de Pós-Graduação em Linguística

Folha de Aprovação

Defesa de Dissertação de Mestrado do candidato Evandro José Paschoalino, realizada em 02/12/2022.

Comissão Julgadora:

Prof. Dr. Carlos Felix Piovezani Filho (UFSCar)

Prof. Dr. Carlos Alberto Turati (UEMS)

Prof. Dr. Roberto Leiser Baronas (UFSCar)

O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Linguística.

AGRADECIMENTOS

A minha família, em especial à minha mãe, Maria Aparecida Gatto, ao meu saudoso pai, Sebastião de Jesus Paschoalino, e às minhas irmãs, Eliana Maria Paschoalino e Elizangela Maria Paschoalino, pelos apoios e pelos estímulos que só os afetos do amor podem proporcionar.

Aos queridos amigos que sempre estiveram comigo por esta longa jornada: Breno Luiz Ottoni, Guilherme Bueno Sampaio, Luiz Daniel de Barros, Luiz Miguel de Barros, Luiz Guilherme Barros, Rodolfo Bonni, Daniel Perico, Andrea Oliveira, Rogério Nardim, Luzmara Curcino e Manoel Alves, Pedro Sangaletti e Júlio Cezar de Barros.

A meu orientador e amigo, Prof. Dr. Carlos Piovezani, a quem agradeço pela grande atenção e pelo carinho que sempre teve comigo em toda minha trajetória acadêmica.

Às professoras e aos professores do Bacharelado em Linguística e do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFSCar, por terem me proporcionado uma formação universitária pública, gratuita e de muita qualidade.

Ao Professor Dr. Roberto Baronas e ao Professor Dr. Carlos Turatti, pela participação nos exames de qualificação e de defesa desta dissertação, durante os quais suas críticas e sugestões foram fundamentais para o aperfeiçoamento não apenas deste trabalho, mas também de minha condição como pesquisador.

À FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo), pelo apoio financeiro essencial para realização desta pesquisa (Processo FAPESP nº 2020/01874-8).

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo descrever e interpretar discursos sobre práticas de fala pública de membros das classes populares materializados em enunciados que circularam pela imprensa paulista nas primeiras décadas do século XX. Considerando as condições de produção do ano de 1917, em que houve grande efervescência política e emergiu a conhecida Greve geral, buscamos identificar o que foi dito por enunciadores de dois jornais paulistas sobre os desempenhos oratórios populares e como foram formulados os enunciados a seu respeito. Para isso, fundamentamos nosso trabalho em postulados da Análise do discurso materialista, assim como em contribuições oriundas da História das ideias linguísticas. Mais precisamente, nos apropriamos de seus postulados, noções e recursos metodológicos, para responder a questões como as seguintes: o que falam os textos dos jornais do campo conservador e do campo progressista sobre as performances oratórias dos membros da classe operária? Há ou não distinção entre as coisas ditas a respeito das falas públicas dos operários e o que se diz sobre as intervenções das lideranças sindicais e dos intelectuais dos movimentos trabalhistas? Como são formulados esses enunciados que tematizam os desempenhos oratórios de trabalhadores e de seus representantes? Quais são as memórias retomadas, reformuladas e/ou apagadas na constituição de tais enunciados, quando se trata formulações oriundas de veículos da imprensa paulista? Com vistas a responder a essas e outras indagações, analisamos enunciados extraídos dos jornais *Correio Paulistano* e *A Plebe*, examinando suas edições publicadas entre junho e julho de 1917.

Identificando, por fim, que ambos os veículos silenciam a voz do operário, porém, não de maneira correlata, pois há na imprensa conservadora a identificação do desempenho oratório do povo como animalesca e selvagem, enquanto na imprensa anarquista o silêncio não lhes imputa o mesmo tipo de estigma.

RÉSUMÉ

Cette thèse vise à décrire et interpréter les discours sur les pratiques de prise de parole en public des membres des classes populaires, matérialisés dans les déclarations qui ont circulé dans la presse de l'Etat de São Paulo dans les premières décennies du XX e siècle. Considérant les conditions de production de 1917, marquées par une grande effervescence politique et aussi par l'émergence de la grève générale, qui a été un événement très connu, nous cherchons à identifier ce qui a été dit par les énonciateurs de deux journaux de l'Etat de São Paulo sur les performances oratoires populaires et aussi à examiner comment les déclarations à leur sujet ont été formulées. Pour cela, nous nous appuyons sur les postulats de l'Analyse matérialiste du discours, ainsi que sur les apports de l'Histoire des idées linguistiques. Plus précisément, nous nous approprions de leurs postulats, notions et ressources méthodologiques pour répondre à des questions telles que les suivantes: que disent les textes des journaux des champs conservateur et progressiste sur les performances oratoires des membres de la classe ouvrière ? Y a-t-il une distinction ou non entre ce qui se dit des discours publics des travailleurs et ce qui se dit des interventions des dirigeants syndicaux et des intellectuels des mouvements ouvriers ? Comment se formulent ces énoncés qui thématisent les performances oratoires des ouvriers et de leurs représentants ? Quelles sont les mémoires reprises, reformulées et/ou effacées dans la constitution de tels énoncés, lorsqu'il s'agit de formulations issues des véhicules de presse de l'Etat de São Paulo ? Afin de répondre à ces questions et à d'autres du même genre, nous avons analysé des énoncés extraits des journaux *CorreioPaulistano* et *A Plebe*, en examinant leurs éditions publiées entre juin et juillet 1917.

SUMÁRIO

Introdução..... 1

Capítulo I

Brasil: final do século XIX, início do século XX

Condições de produção de discursos sobre a linguagem das classes

populares.....16

A organização trabalhista e a Greve geral de 1917.....24

Capítulo II

A linguagem das classes populares no Correio Paulistano

Breve histórico do nascimento da imprensa no Brasil.....35

O silêncio sobre a voz das classes populares no Correio Paulistano.....40

Capítulo III

A linguagem das classes populares em A Plebe.....46

Considerações finais.....69

Referências.....81

Introdução

“O povo não tem o que dizer nem sabe como falar”. As depreciações da fala das camadas populares é um componente fundamental das opressões e exclusões materiais e simbólicas que vitimam homens e mulheres empobrecidos ou relegados à miséria. Para a produção e a reprodução desse menosprezo, uma série de estigmas da deformidade e da violência foi constantemente atribuída à fala do povo.

A solidez e a abrangência dessas atribuições ultrapassam as fronteiras do tempo e do espaço, ainda que sem dúvida sofram consideráveis modificações na longa duração histórica, desde a Antiguidade até a sociedade brasileira contemporânea, e no longo percurso de um continente a outro. Além disso, a construção discursiva das virtudes dos sujeitos de uma comunidade, de uma classe ou de um grupo social compreende uma atribuição direta e/ou indireta de estigmas e preconceitos imputados a outros que lhes são exteriores e/ou estranhos. No bojo desse processo, há, ainda, as identificações, desidentificações e contraidentificações (PÊCHEUX, 1988, p. 214-216) complexas e contraditórias dos sujeitos de uma sociedade aos discursos que i) tratam das práticas de produção e de recepção da fala pública, ii) participam de sua constituição e iii) as classificam de diversos modos.

Por outro lado, se a variação linguística e as avaliações a seu respeito já foram bastante estudadas pela Sociolinguística (cf. LUCCHESI, 2015), tais avaliações ainda não foram devidamente examinadas pelos estudos discursivos, tal como julgamos ser consideravelmente produtivo, e foram menos ainda objeto de análise, quando se trata de enunciados que comportam julgamentos a propósito de práticas de fala pública popular e de escuta popular da fala pública. Essa consideração vai ao encontro da tese, sustentada por Piovezani em “A voz do povo”, segundo a qual:

uma sociedade hegemonicamente desigual e conservadora consolida meios de calar e menosprezar tanto os discursos que reivindicam sua transformação quanto os modos de dizer daqueles que ela exclui. Com mais forte razão, tais meios de silenciamento e menosprezo se radicalizam em condições públicas de fala, nas quais há conjunção entre tais discursos em defesa do povo e sua materialização em meios populares de expressão. (2020, p. 226)

Tal é a característica da sociedade brasileira, onde as depreciações dos discursos progressistas, das formas de expressão popular e, ainda mais, de sua conjugação no espaço público são constantes e intensas. Isso não significa que não haja um amplo e sólido lastro histórico desses menosprezos. Também é preciso reconhecer que por aqui essas depreciações foram reforçadas em função de fatores e fenômenos de nossa história, tal como os quatro séculos do regime escravocrata. Desde a Antiguidade clássica, encontramos uma série de materializações de estigmas imputados à fala e à escuta populares. Eis abaixo alguns excertos de um amplo conjunto de dizeres que, formulados no interior do campo da retórica, está eivado de condenações às práticas populares de linguagem:

São principalmente as pessoas do campo que apreciam as máximas. Uma máxima deve ser proferida com grande carga patética. Elas auxiliam bastante nos discursos, graças ao déficit de cultura da massa de ouvintes. Eles se alegram com um orador que enuncia uma fórmula geral que vai ao encontro do que acreditam ser válido para seus casos particulares. (...)

Os oradores sem instrução persuadem melhor as massas do que os instruídos. Assim, as pessoas incultas são mais versadas na arte de falar diante das multidões. Porque os cultos enunciam proposições gerais, ao passo que os incultos se abastecem do que sabem e enunciam proposições que são próprias do universo particular de seu auditório. (ARISTÓTELES, 2002, Livro II, cap. 21-22, 1395b, p.110-11; e Livro III, chap. 1, 1403b, p.39)

Acrescento ainda que em tudo o que concerne a ação oratória reside uma força natural. Essa força da natureza presente na ação oratória age eficazmente sobre os ignorantes, sobre as multidões populares e mesmo sobre os bárbaros. Para que as palavras possam produzir seus efeitos, é preciso que o ouvinte conheça a língua daquele que fala; e frequentemente a fineza dos pensamentos se perde diante daqueles aos quais falta a fineza. (CÍCERO, 2002, Livro III, cap. 59, 223, p.94)

As regras para a pronúncia são as mesmas que aquelas para o próprio estilo. Este último deve ser correto, límpido, elegante e bem adaptado; do mesmo modo, a ação oratória será correta, ou seja, sem defeitos, se a emissão da voz for fácil, nítida, agradável, bem romana, isto é, sem sotaque campesino nem estrangeiro. Com efeito, não é sem motivo que dizemos que alguém ‘fala como um bárbaro’ (...) porque os homens se reconhecem por suas diferentes maneiras de pronúncias, assim como reconhecem o bronze por seu timbre. (QUINTILIANO, 2003, Livro XI, cap. 3, 30, p. 230)¹

¹Essas citações de Aristóteles, Cícero e Quintiliano e as seguintes ideias e passagens de David (1980) foram extraídas de Piovezani (2016) e de seu projeto de pesquisa (Processo CNPq 308559/2017-7).

Vemos aí um fluxo depreciativo de mão dupla: transferências recíprocas entre os déficits dos oradores incultos e os defeitos das massas populares; e observamos ainda o estabelecimento de sólidos vínculos entre sofisticação do pensamento, elegância de linguagem e reconhecimento social. A partir de seu exame particularmente dedicado às obras de Cícero, David (1985) demonstra haver uma concepção partilhada pelos antigos, qual seja, a de que “aqueles que se dirigem ao povo possuem a tendência a empregar um estilo particular”. Essa tal concepção se manifesta no modo como é significada a expressão *eloquentia popularis*, assim como outras similares igualmente encontradas nas mesmas obras, tais como *oratio popularis*, *exercitationedicendipopulari*, *popularis dictioepopulare dicendi genus*. Todas essas expressões correspondem a esse modo de fala específico de que se valem os oradores que se endereçam ao povo, via de regra falando em nome de suas causas.

David (1985 e 2013) ainda constata nos textos de Cícero a disposição de dois eixos distintos de qualidades oratórias: “o dos qualificativos *suavis-lepidus-urbanus-elegans*, e o dos qualificativos *acer-vehemens-acerbus-asper*”. Após apresentar esses dois polos, David acrescenta que “os oradores da veemência são, antes, os *populares* ou aqueles que desempenham a função de acusadores”, e que, para tanto, se valeriam de excessos patéticos para granjear a adesão das camadas populares. Em contrapartida, “os oradores da elegância tendem a ser os adversários dos defensores do povo” (DAVID, 1985, p.171-172).

O Brasil do início do século XX não é a antiga república romana. Isso não significa que por aqui não se tenham conservado e reproduzido as desigualdades entre “patrícios” e “plebeus”. A história e a sociedade brasileira têm amplo e profundo lastro de sombras, sangue e sadismo, de dor, dolo e destruição, sob a forma de explorações, opressões, violências e massacres. O colonialismo, a escravidão e a ditadura são experiências históricas avassaladoras, atrozes e prenes de racismo, de ódio de classe e de outras mazelas. Tudo isso faz com que as humilhações, as agressões, as torturas e as mortes sejam repetidas, via de regra não punidas e não raras vezes aplaudidas em nossa história. Esse histórico reiterado produziu e continua a produzir descompromisso e insensibilidade social com a vida das maiorias minorizadas. O corpo, a alma e a vida das pessoas das classes e grupos marginalizados praticamente não têm valor ou só têm algum, quando na condição de objeto superexplorado de trabalho. Não reconhecidos ou apenas reconhecidos parcialmente como humanos, rebaixados e oprimidos, como

poderiam os sujeitos desses grupos vulneráveis crer que querem, sabem e podem falar com sua própria voz e em nome de suas causas?

Nessas condições históricas e sociais de produção, há um grande e inegável reforço das depreciações da linguagem popular. Em 1917, no Brasil, estávamos a menos de três décadas da abolição da escravatura. Além disso, a historiografia já deu fartas provas de que essa “abolição” não implicou uma efetiva ruptura com a ordem social que explorava e exauria, que humilhava e excluía escravizadas e escravizados. O colonialismo e esse sistema de produção, que se estendeu por praticamente quatro séculos, produziram um enorme desprezo pelos trabalhos e pelos trabalhadores braçais.

No interior e ao longo desse processo, o rebaixamento destes últimos compreendeu o questionamento sobre a existência ou não de suas almas e o não reconhecimento pleno de sua condição de seres e sujeitos de linguagem. A despeito de tudo isso, o chamado “mundo ocidental” havia passado por revoluções de caráter burguês, que consolidaram a noção de soberania popular e concorreram para o recrudescimento da ideia de igualdade (ROSANVALLON, 2011). Assim, diante de “uma persistente história de preconceitos contra a voz e a escuta do povo”, assistimos a “surgimentos tardios, às vezes ambivalentes, ainda escassos, mas crescentes de legitimidades conquistadas pelas práticas populares de linguagem” (PIOVEZANI, 2020, p. 293)². Em face dessas ocorrências históricas e, mais particularmente, considerando o contexto de grande efervescência operária do Brasil, tal como a que ocorria no ano de 1917³, os preconceitos contra a fala pública popular seriam os mesmos, teriam sido modificados ou até mesmo extintos? Essas conservações, modificações ou extinções ocorreriam de igual modo nos textos produzidos a partir de posições ideológicas distintas?

Embora não se trate de um campo particularmente destinado a tomar as práticas de fala pública como um de seus objetos privilegiados, tal como ocorre com os da Oratória e da Retórica, a imprensa, ainda assim, trata mais ou menos frequentemente das performances oratórias de sujeitos envolvidos nos eventos públicos que se tornam tema de notícias, reportagens e textos editoriais. Foi justamente essa presença de textos e de enunciados que tematizaram, descreveram e qualificaram os desempenhos

² Tratando, particularmente, do contexto francês, Arlette Farge (2009) identificou a longa conservação e as lentas e tardias modificações na discriminação da linguagem popular.

³ Para mais informações sobre a greve geral de 1917, ver: Khoury (1981); Lopreato (2000); e Giannotti (2007). No primeiro capítulo desta nossa dissertação, dedicaremos um tópico à exposição de fatos, fatores e fenômenos dessa greve geral.

linguísticos populares que identificamos em nossas primeiras observações e análises dedicadas a algumas edições do jornal *Correio Paulistano*, empreendidas em nossa Iniciação científica e em nosso TCC⁴. Eis abaixo uma síntese de alguns resultados obtidos por meio da realização desses trabalhos.

Na esteira de Piovezani (2015, 2016 e 2020), não somente reiteramos sua constatação dos estigmas atribuídos à fala e à escuta populares, desta vez especificamente materializados no *Correio Paulistano*, quando de sua cobertura da organização dos movimentos operário e sindical na cidade de São Paulo, mas também indicamos, seguindo as reflexões de Orlandi (1995), a presença de uma série de formas de silêncio e de silenciamentos da voz e da escuta dos membros das classes populares, uma vez que, *grosso modo*, o veículo i) permanece durante muito tempo em silêncio sobre esses movimentos e suas práticas de linguagem; ii) fala parcamente e de modo exclusivamente depreciativo a seu respeito; e iii) jamais outorga a seus integrantes alguma voz ou mesmo apresenta a seus leitores aspectos de uma versão dos fatos dissonante da posição ideológica conservadora em que se inscreve o jornal. Finalmente, além dos estigmas da agressividade e da rudeza imputados à fala operária e da incapacidade e da manipulação conferidos à escuta do povo e ainda dos já referidos silêncios e silenciamentos de sua voz, demonstramos ocorrer nos enunciados do *Correio Paulistano* uma particular intensificação das discriminações da linguagem popular, a saber, a delinquência que ali lhe é atribuída: “Os grevistas reuniram-se hontem, às 10 horas, em frente ao edifício da fábrica, numa *manifestação hostil* aos seus patrões”; “Muitos grupos, combinados, *perdendo a desejável compostura*, se colocaram *armados*, em *posição ameaçadora* nas imediações daquelles estabelecimentos, obrigando os que não concordavam com a sua conducta revolucionária, a não retomarem o trabalho e *agredindo e espancando* quantos insistiam em recusar-lhes solidariedade.”; e “Primeira victima das greves – victima da *brutalidade incontida* dos *arruaceiros*.”⁵

Como é sabido, a imprensa desempenha um papel decisivo na produção e circulação de discursos que materializam ideologias e, no seu interior, um conjunto de crenças, ideias e valores, em consonância com pertencimentos e/ou identificações com

⁴PASCHOALINO, E. *Levantamento de dados e primeiras análises de representações discursivas da linguagem operária no jornal Correio Paulistano*. Universidade Federal de São Carlos. Relatório de Iniciação científica, 2019; e PASCHOALINO, E. J. *A fala do povo no Correio Paulistano: uma análise discursiva dos desempenhos oratórios populares*. Universidade Federal de São Carlos, Bacharelado em Linguística, 2019.

⁵ Esses enunciados foram extraídos de textos das edições dos dias 09, 10 e 11 de julho do *Correio Paulistano*. Abaixo, no segundo capítulo desta dissertação, procederemos à análise desses e de outros dados extraídos desse veículo.

classes e grupos sociais. Naquelas condições de produção concentradas no ano de 1917, talvez o desempenhasse de modo ainda mais fundamental do que ocorre em nossos dias. Dessa e de outras razões aqui já expostas decorre nossa proposta de analisar os discursos sobre as falas públicas populares materializados em textos e enunciados desses dois veículos da imprensa paulista, que, por seu turno, se inscrevem em distintos pólos do espectro ideológico.

Nosso interesse geral, tal como será mais bem detalhado nas questões e nos objetivos que formulamos a seguir, consiste em descrever e interpretar o que se diz sobre as práticas de linguagem populares no material a ser analisado e as formas linguísticas pelas quais se formulam as coisas ditas a respeito das performances oratórias de operários, lideranças sindicais e intelectuais integrados ao movimento de organização trabalhista naqueles decisivos meses de junho a julho de 1917. A escolha de material produzido em condições históricas que compreendem a gestação, a eclosão e o desenvolvimento da Greve geral de 1917 se deve ao fato de que essas condições são constituídas por um incremento na produção de falas públicas de operárias e operários e ainda de suas e de seus porta-vozes. Por extensão, em tese, os veículos da imprensa tratariam dessas práticas populares de linguagem. Fariam-no cada um mais ou menos a seu modo, de acordo com suas distintas e antagônicas posições ideológicas. Dessa suposição e de nosso propósito de verificá-la, decorreu a opção por um estudo que pudesse comparar o que dizem e as formas do dizer de dois veículos da imprensa situados em pólos ideológicos opostos, a saber, o *Correio Paulistano*, no conservador, e o *A Plebe*, no progressista, quando abordam a linguagem popular empregada por envolvidas e envolvidos na Greve geral.

Fundamentaremos nosso trabalho em postulados da Análise do discurso materialista, proposta por Michel Pêcheux e seu grupo, assim como em contribuições oriundas da História das ideias linguísticas e dos trabalhos de Michel Foucault sobre a ordem do discurso. Com vistas a situar nossas leitoras e nossos leitores nesse campo dos estudos da linguagem, passamos aqui a expor mais ou menos sumariamente alguns de seus postulados, noções e procedimentos analíticos que julgamos fundamentais e que terão grande relevo na execução de nossas análises. Além disso, cremos que essa exposição pode tornar prescindível a realização de um capítulo teórico, que repetiria informações e considerações que já se encontram em vários trabalhos acadêmicos e em livros de divulgação. Depois de encerrada essa nossa exposição, voltaremos a precisar nossos objetivos e os passos que seguiremos para alcançá-los.

Quando falamos em “Análise do discurso”, quase invariavelmente nos deparamos com a seguinte questão ou com questões afins, formuladas direta ou indiretamente por aquelas e aqueles que a desconhecem: mas o que é “discurso”? Seriam as declarações e os pronunciamentos feitos em público? De fato, o discurso é um objeto teórico que resulta da análise de um ou, mais frequentemente, de vários textos e enunciados e que neles identifica uma unidade quanto à posição ocupada por seus enunciadores. Não chegamos satisfatoriamente a essa unidade discursiva, considerando o fato de que diversos textos e enunciados tratam de uma espécie de objeto comum, tal como o aborto, as políticas afirmativas, a violência policial etc. etc. Também não são apropriados os grupos formados com base no que foi dito sobre esse “mesmo” objeto em campos de saber já previamente constituídos, nos quais ele foi abordado. Do mesmo modo, não identificamos um discurso a partir da diversidade dos indivíduos que o tematizaram em seus enunciados. Não devemos nos limitar aos discursos da mídia, da política ou das ciências, assim como não devemos nos limitar aos discursos de Maria ou de João.

O que nos permite apreender as relações de identidade e diferença na variedade e dispersão nas coisas ditas numa sociedade é o exame da “ordem do discurso”. Por meio desse exame, apreendemos as filiações e rupturas que os sujeitos operam em relação ao que já foi dito, sob a forma de retomadas, reformulações e apagamentos. Dito isso, poderia nos ocorrer outra questão fundamental: como podemos analisar o discurso? Para responder a essa questão e ainda apresentar outros elementos que contribuem para uma melhor definição da noção de discurso, indicamos logo abaixo alguns dados do contexto histórico em que surgiu a Análise do discurso, dos campos de conhecimento articulados para sua composição e de pontos importantes do pensamento de Michel Pêcheux, que é concebido como um dos precursores da AD.

Na década de 1960, a França vivia uma espécie de ebulição política, comportamental e intelectual. Os famosas manifestações de Maio de 68 ilustram esse clima efervescente. Foi nesse ambiente que a Análise do discurso surgiu. Sua emergência se deu em meio ao movimento intelectual e político conhecido como estruturalismo. A principal ideia desse movimento consiste no questionamento da centralidade e da onipotência dos seres humanos no mundo e na sociedade. Opondo-se ao pensamento de que estaríamos na origem e no absoluto controle de nossos próprios atos, o estruturalismo afirma que existem estruturas que nos são anteriores e que nos constituem. Isso ocorre porque essas estruturas condicionam nossos pensamentos,

nossas ações, nossos desejos e nossas falas. O exame das relações estruturais que controlam nossos modos de ser e de agir numa sociedade permitiu o desenvolvimento da tendência que ficou conhecida como anti-humanismo teórico. Uma de suas ideias centrais tem inspiração na linguística moderna: há um sistema linguístico, constituído de unidades em seus diferentes níveis (fonológico, morfológico e sintático), de relações entre essas unidades e de regras que permitem suas combinações. É a existência desse sistema que torna possíveis as falas de cada uma das e de cada um dos falantes de uma comunidade linguística. Isto é: a estrutura precede e é condição para a ação dos sujeitos. Por isso, ela determina em boa medida o que podemos pensar, fazer e dizer.

A Análise do discurso foi, portanto, concebida no interior do estruturalismo e de seu anti-humanismo teórico. Seus postulados estão fundamentados numa articulação entre o materialismo histórico, a linguística e a psicanálise. Um dos expoentes do estruturalismo na esteira de quem Pêcheux propôs a AD foi Louis Althusser, um dos maiores responsáveis por certa reabilitação do pensamento marxista na segunda metade do século XX já num contexto de Guerra fria, de denúncia de ações stalinistas e de detração do comunismo. Entre outras contribuições, sua reflexão sobre a noção de ideologia foi fundamental para os estudos do discurso. As ideologias, no pensamento althusseriano, são conjuntos complexos de crenças e atitudes das classes sociais, que emergem das condições materiais de existência, ou seja, dos sistemas de produção de uma sociedade (Althusser, 1985). Elas mantêm relações umas com as outras sob a forma de confrontos, partilhas e contradições e se materializam noções, objetos e discursos dos sujeitos de uma sociedade. A partir da ideia de que as ideologias se materializam de modo privilegiado nos discursos, Pêcheux e seu grupo passam a sustentar a importância de um campo consagrado à análise da discursividade, considerando o fato de que o discurso é constituído por fatores e fenômenos da história e da sociedade, da língua e do inconsciente.

No pensamento de Pêcheux, o discurso não corresponde ao caráter universal da língua para todos os membros de uma comunidade linguística nem tampouco à condição individual da fala para cada um deles. Ele se caracteriza, antes, pela regularidade de uma prática, que é determinada pelas lutas de classes. Desse modo, de um lado, estaria situada a universalidade da língua e, de outro, existiria a singularidade individual da fala. Entre esses dois lados e entre esses dois, digamos, setores, se encontra um “nível intermediário”, “o nível da *particularidade*, que define ‘contratos’ linguísticos de tal ou tal região do sistema” (Pêcheux [1969] 1990, p. 74). O discurso

envolve relações de força e de sentido, uma vez que compreende os conflitos ideológicos e as remissões a outros dizeres. Por isso, Pêcheux e seu grupo não o compreendem como transmissão de informação, mas como “efeitos de sentido” entre interlocutores (*ibidem*, p. 82).

Por meio do funcionamento das ideologias, as relações de força se materializam nas relações de sentido. Nesse sentido, as ideologias também são concebidas como um plano que se situa num “nível intermediário”, porque “cada formação ideológica constitui assim um conjunto complexo que comporta atitudes e representações que não são nem ‘individuais’ nem ‘universais’, mas que se referem mais ou menos diretamente a ‘posições de classe’ em conflito umas com as outras” (Haroche *et al.*, 1971, p. 102). O discurso materializa privilegiadamente as ideologias, uma que que “as formações ideológicas comportam necessariamente, como um de seus componentes, uma ou várias *formações discursivas* interligadas, que determinam *o que pode e deve ser dito* (...), a partir de uma dada posição numa dada conjuntura” (Pêcheux [1971] 2011, p. 73). Esse é um dos postulados mais fundamentais da AD.

As ideologias são materializações dos conflitos e contradições de classe e elas se materializam no discurso, de modo que este último determine o que o sujeito pode e deve dizer e, ao fazê-lo, produza uns e não outros sentidos: “o ponto essencial aqui é que *não se trata somente da natureza das palavras, mas também e sobretudo das construções nas quais essas palavras se combinam*, na medida em que essas construções determinam a significação que as palavras terão. (...) as palavras mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam. (...) ‘mudam de sentido’ ao passar de uma formação discursiva para outra.” (*idem*, p. 73.). Pêcheux falará ainda do “caráter material do sentido” na abordagem discursiva oposto à “transparência da linguagem”, que faz crer nas evidências da significação. É nessa direção que Pêcheux ([1975] 1997a, p. 160-1) vai afirmar que “o *sentido* de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição, etc., não existe ‘em si mesmo’ (isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante), mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas).” Elas “recebem seu sentido da formação discursiva na qual são produzidas.”

O discurso consiste nas posições ideológicas com que nos identificamos e às quais nos filiamos, quando falamos, e que fazem com que, ao falarmos de alguém ou de alguma coisa, sejamos compelidos a focalizar um ou outro aspecto, a tematizar uma ou

outra faceta e a fazê-lo de uma de outra maneira. Podemos até falar a “mesma” coisa e produzir sentidos muito ou mesmo totalmente diferentes. O enunciado “Os operários não sabem falar direito” pode ser encadeado e corresponder a 1) “Porque são grosseiros e violentos” ou a 2) “Porque não tiveram oportunidades de instrução formal nem de convivência familiar e social que lhes ensinassem técnicas retóricas e padrões oratórios concebidos como adequados à fala pública”. Por essa razão, a Análise do discurso compreende que as formulações de linguagem são polissêmicas, uma vez que não têm um sentido em si mesmas. Os sentidos das produções e produtos da linguagem humana vão derivar das relações parafrásticas que as palavras, as expressões e os enunciados estabelecem uns com os outros num discurso. Em suma, a polissemia da linguagem se revolve nas paráfrases e nos encadeamentos produzidos a partir das posições discursivas dos enunciadorees.

Em nossas reflexões e análises sobre os discursos da imprensa, materializados em enunciados dos jornais *Correio Paulistano* e *A Plebe*, a propósito das práticas de linguagem dos trabalhadores durante a Greve geral de 1917, nos fundamentaremos nos postulados, noções e procedimentos metodológicos da AD, conforme ela foi pensada por Pêcheux e seu grupo. No entanto, devemos ressaltar aqui que o pensamento de um grande nome do estruturalismo (ANGERMULLER, 2016), que também se dedicou a refletir sobre a “ordem do discurso”, estará ora mais ora menos manifestamente presente neste nosso trabalho. Esse grande mestre do estruturalismo francês é Michel Foucault. Se, por um lado, existem diferenças entre Pêcheux e Foucault, há também sem dúvida um conjunto de pontos de contato entre eles⁶. Não temos de modo algum o objetivo de conciliar as duas perspectivas. Pretendemos, antes, fundamentar nosso estudo na Análise do discurso, derivada de Pêcheux e seu grupo, incorporando contribuições do pensamento de Foucault sobre a “ordem do discurso”. Foucault parece considerar que a dimensão socioeconômica não é sempre e do mesmo modo a determinante em última instância das práticas sociais. Isso não significa que ele refute sua existência e atuação nas relações dos sujeitos de uma sociedade, quando concebe o discurso como “a diferença entre o que poderíamos dizer corretamente em uma época (segundo as regras da gramática e aquelas da lógica) e o que é dito efetivamente. A ordem do discurso é, numa circunstância histórica precisa, a lei dessa diferença.” ([1968] 2010, p. 14). Por um lado, na produção do discurso há uma considerável dispersão, mas, por outro, há

⁶Orlandi (1987 e 2005), Gregolin (2004) e Puech (2016) já trataram dessas afinidades e diferenças entre os dois filósofos franceses.

também a regularidade de uma prática que controla o que dizemos: “o que se chama ‘prática discursiva’ (...) é um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa” (Foucault [1969], 1997, p. 135-136).

Além disso, ao considerar a existência de uma ordem do discurso, Foucault formula a hipótese de que “em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade.” Por essa razão, sabemos que “não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não poder falar de qualquer coisa” (Foucault [1971] 2000, p. 8-9). O discurso é marcado pela raridade, pois é “o conjunto sempre finito e efetivamente limitado das únicas sequências linguísticas que tenham sido formuladas”. Diante dessa condição rara do discurso, cabe a busca pela seguinte questão: “como apareceu um determinado enunciado, e não outro em seu lugar?” (*idem* [1969] 1997, p. 31). O objetivo de lhe responder não pode descurar o fato de que no discurso “o que faz a diferença e caracteriza a batalha dos discursos é a posição que é ocupada por cada um dos adversários.” (*idem* [1976] 2001, p. 123-124).

Sem dúvida, as posições dos sujeitos do discurso são instituídas nos laços sociais, que consistem no cerne da história e da política em cujo funcionamento os discursos desempenham papel fundamental. Foucault propõe uma concepção de política que corresponde ao prolongamento da guerra por outros meios, invertendo a célebre fórmula de Clausewitz: “as relações de poder nas sociedades atuais têm essencialmente por base uma relação de força estabelecida, em um momento historicamente determinável, na guerra e pela guerra.” (Foucault [1976] 1985, p. 176). Assim, estamos numa guerra mais ou menos silenciosa, cujas relações de força reinscrevem-se “nas instituições e nas desigualdades econômicas, na linguagem e até no corpo dos indivíduos” (*ibidem*, p. 176). Desse modo, a paz civil e a sociedade igualitária e democrática devem ser compreendidas com distanciamento e desconfiança, uma vez que, sendo e comportando continuidades da guerra, compreendem com maior ou menor grau de manifestação as lutas políticas, os conflitos e confrontos do poder e pelo poder de agir sobre as ações dos demais sujeitos sociais. As escolhas, ora mais ora menos conscientes, e os rumos provisórios ou duráveis de uma sociedade resultam das

batalhas, em que os capitais econômicos, sociais, culturais e simbólicos, e, entre eles, os derivados de usos e representações da linguagem, são decisivos, e não produtos de consensos harmônicos e pacíficos.

Ainda que cada um o faça a seu modo, Pêcheux e Foucault nos ensinam que, frente a coisas ditas frequentemente muito semelhantes entre si, se torna necessário identificar a posição da qual cada um deles procede. Há, por exemplo, nos textos que tratam das competências e desempenhos de fala dos operários em greve em 1917 no Brasil enunciados, em princípio, bastante similares. Mediante uma análise discursiva que identifica as posições a partir das quais esses enunciados foram produzidos, é possível demonstrar que eles constroem efeitos distintos, quando não, opostos, conforme veremos nas análises contidas nos capítulos 2 e 3 desta dissertação. Em conjunto com as posições, outro aspecto importante a ser observado no discurso se refere às suas maiores ou menores conservações, durações e rememorações. No bojo desse descompasso entre a generosa potência da lógica e da língua e os atos rarefeitos do discurso, existe a separação, no vasto e diverso conjunto das coisas ditas, entre os enunciados que serão mais ou menos conservados e rememorados e aqueles que serão mais rapidamente esquecidos. As considerações sobre o controle do dizer e de sua maior ou menor conservação se encontram nas elaborações que Foucault dedicou à noção de arquivo, que compreende um conjunto de regras que, numa época dada e por uma sociedade específica, definem:

- os limites e as formas da *dizibilidade*: de que é possível falar? O que foi constituído como domínio do discurso? (...)
- os limites e as formas da *conservação*: quais são os enunciados destinados a passar sem vestígio? Quais são os que são destinados, ao contrário, a entrar na memória dos homens)? (...)
- os limites e as formas da *memória* tal qual ela aparece nas diferentes formações discursivas: quais são os enunciados que cada uma reconhece válidos ou discutíveis, ou definitivamente invalidados? (...)
- os limites e formas de *reativação*: entre os discursos das épocas anteriores ou das culturas estrangeiras, quais são os que retemos, que valorizamos, que importamos, que tentamos reconstituir? (...)
- os limites e as formas de *apropriação*: quais indivíduos, quais grupos, quais classes têm acesso a tal tipo de discurso? (...) ([1968] 2010, p. 10)

Pretendemos nos apropriar desse conjunto de postulados e noções e ainda de ferramentas metodológicas concebidos por Pêcheux e seu grupo e, mais ou menos eventualmente, por Foucault, para responder a questões como as seguintes: o que falam

os textos dos jornais do campo conservador e do campo progressista sobre as performances oratórias dos membros da classe operária? Há ou não distinção entre as coisas ditas a respeito das falas públicas dos operários e o que se diz sobre as intervenções das lideranças sindicais e dos intelectuais dos movimentos trabalhistas? Como são formulados esses enunciados que tematizam os desempenhos oratórios de trabalhadores e de seus representantes, ou seja, quais são os recursos lexicais, enunciativos, sintáticos e textuais empregados em sua formulação? Quais são as memórias conservadas, retomadas, reformuladas e/ou apagadas na constituição de tais enunciados, quando se trata formulações oriundas ora de veículo conservador ora de jornal de ideologia progressista? Com vistas a respondermos a essas e outras indagações, analisaremos enunciados extraídos dos jornais *Correio Paulistano* e *A Plebe*, examinando particularmente suas edições publicadas entre os meses de junho e julho de 1917.

Dito de outro modo, com vistas a atingir nosso objetivo geral, que consiste em analisar o funcionamento de discursos sobre a fala pública popular e sobre a escuta popular da fala pública materializados em textos dos jornais *Correio Paulistano* e *A Plebe*, publicados nas edições que circularam entre os meses de junho e julho de 1917, desdobraremos outros objetivos, que também buscaremos alcançar. O primeiro deles será o de identificar o que dizem os textos dos jornais sobre os estilos e as performances oratórias e sobre os regimes e as práticas de escuta dos membros da classe operária, conforme a inscrição em distintas posições ideológicas dos enunciadores dos textos e dos enunciados publicados nos três referidos jornais. Também pretendemos verificar se há ou não distinção entre as coisas ditas a respeito das falas públicas dos operários e o que se diz sobre as intervenções das lideranças sindicais e dos intelectuais dos movimentos trabalhistas. Além disso, tentaremos depreender como são formulados esses enunciados que tematizam os desempenhos oratórios de trabalhadores e de seus representantes, descrevendo e interpretando os recursos lexicais, enunciativos, sintáticos e textuais empregados em sua formulação. Almejamos ainda identificar quais são as memórias conservadas, retomadas, reformuladas e/ou apagadas na constituição e na formulação de tais enunciados, com vistas a confirmar ou refutar a hipótese de que, se, por um lado, haveria mais conservação de preconceitos contra as práticas de fala pública popular nos textos e enunciados provenientes de posições conservadoras, por outro, haveria alguma conservação, ora mais ora menos reformulada, de tais preconceitos mesmo nos textos e enunciados oriundos das posições progressistas. Finalmente,

aspiramos avançar na interpretação dos mecanismos discursivos e efeitos de silêncio e de silenciamentos das práticas de fala e de escuta populares e os mecanismos discursivos de atribuição de traços de delinquência e afins aos sujeitos das classes populares e/ou a seus porta-vozes, quando da representação discursiva dessas suas práticas de linguagem.

Considerando esses objetivos e a busca por seu alcance, julgamos por bem dividir nosso trabalho em três capítulos. No primeiro, apresentaremos alguns elementos das condições históricas de produção dos enunciados formulados pelos enunciadores dos dois veículos com os quais trabalhamos aqui e que iremos submeter à análise. Nossa reflexão nesse primeiro capítulo fará referências mais ou menos breves a aspectos e fatores do colonialismo e do sistema escravocrata brasileiro, nos concentrando mais precisamente no período mais ou menos derradeiro da escravidão, no intuito de considerar a importância do que o sucede, a saber, a chegada de imigrantes europeus e o recrudescimento da organização operária. Buscaremos fazê-lo, tentando evitar a abordagem exclusivamente eurocêntrica que consiste em atribuir o início absoluto dessa organização a essa imigração europeia. Procuraremos contornar também essas versões ingênuas ou mal informadas ou ainda mal intencionadas da história, que consideram que passamos de uma sociedade para outra completamente diferente, a partir de 1888. Consideraremos a composição dos sindicatos operários, os prelúdios e a eclosão da greve geral de 1917 e ainda seus desdobramentos iniciais e, finalmente, certos componentes da instalação e do desenvolvimento da imprensa no Brasil durante esse período.

Já nos capítulos 2 e 3, nos dedicaremos respectivamente a uma discussão sobre o *Correio Paulistano* e sobre *A Plebe*, tratando de sua história e de suas relações com classes, setores e grupos da sociedade brasileira do início do século XX, à exposição do material que selecionamos de nosso *corpus*, composto por textos e enunciados extraídos desses dois veículos, e, enfim, à análise discursiva desse conjunto de dados. Por meio dessas análises têm como objetivo mais fundamental contribuir para a compreensão de injustiças cometidas contra mulheres e homens das classes trabalhadoras, que se justificam na depreciação do que dizem e de como falam as operárias, os operários e ainda suas e seus porta-vozes. Essas injustiças compreendem, entre outras opressões e explorações, esta dupla exclusão, bem apontada por Jacques Rancière, que reside no fato de ter de viver na miséria e de ter de falar como a burguesia:

Para que o protesto das oficinas tenha voz, para que a emancipação operária tenha uma face a mostrar, para que os proletários existam como sujeitos de um discurso coletivo que dê sentido à multiplicidade de seus agrupamentos e de suas lutas, é preciso que essas pessoas já se tenham transformado em *outras*, na dupla e irremediável exclusão de viver *como* operários e falar *como* burgueses. (Rancière, 1988, p. 11)

Nas dificuldades e na quase impossibilidade de realizar essa última operação, as falas de operárias e de operários são frequente e intensamente menosprezadas e deslegitimadas em julgamentos que misturam juízos estéticos e morais. Já não é sem tempo a necessidade de consolidarmos as denúncias e as críticas a esses mecanismos e estratégias de depreciação, perseguição, humilhação, opressão e exclusão dos trabalhadores brasileiros, que consistem em desviar nossos olhos e ouvidos da pertinência e da urgência do que dizem as queixas e das acusações dos sujeitos das classes populares para as supostas formas deselegantes, grosseiras e agressivas de suas maneiras de falar.

CAPÍTULO I

Brasil: final do século XIX, início do século XX **Condições de produção de discursos sobre a linguagem das classes populares**

Elementos coloniais e escravocratas na revolução industrial brasileira

No Brasil, desde o início do século XX, as lutas das classes operárias por melhores condições de vida foram conturbadas. Depois de quase quatro séculos de colonialismo e de escravidão, as batalhas a serem enfrentadas pelos sujeitos das camadas mais desfavorecidas seriam difíceis, até porque ideias e práticas coloniais e escravocratas, evidentemente, não se dissiparam a partir do 13 de maio de 1888.

A despeito dessas terríveis condições históricas e sociais, as resistências dos operários marcaram as primeiras décadas do século XX da sociedade brasileira. A fome, a falta de direitos trabalhistas, tais como aposentadoria, descanso semanal, férias etc., além de extenuantes jornadas de trabalho de até 16 horas diárias (DEL ROIO, 2017), traziam à luz movimentos operários cada vez mais organizados. A grande greve de 1917 – acontecimento que nos servirá de marco temporal para analisar os discursos que ali foram produzidos acerca do desempenho de linguagem dos operários – não pode ser analisada de maneira isolada, uma vez que ela foi produto histórico de processos e mudanças econômicas e sociais ocorridas em contextos anteriores, nacionais e estrangeiros, em particular, as emergentes no século XIX, cujos desencadeamentos produziram alterações profundas na vida política e social do Brasil do século XX.

Fatos decisivos como a Independência da metrópole portuguesa em 1822 e a abdicação ao trono por parte de Dom Pedro I, ocorrida em 07 de abril de 1831 (CALDEIRA, 2017), marca a vida política entre os interesses de uma metrópole cada vez mais pressionada internamente pela colônia como, também, pelo pujante desenvolvimento do ideal liberal do império britânico.

O declínio político português em terras brasileiras tampouco pode representar, de fato, que o Brasil tornou-se uma nação livre das amarras coloniais. Como bem nos fala Fernandes (2018, p. 25):

A modernização que no contexto da emancipação política apenas disfarçava e matizava os novos laços de dependência colonial, aos poucos iria adquirir o significado e proporções de um amplo processo de transplantação de gente, de técnicas ou instituições sociais e de ideias de vida da Europa para o meio brasileiro.

As grandes alterações políticas ocorridas no Brasil do século XIX não representaram transformações sociais e econômicas que modificassem as relações sociais entre a elite rural, com seu profundo desprezo pelos trabalhadores e membros das classes menos favorecidas. Sobre os alicerces da ainda vigente escravidão, “as estruturas sociais e econômicas do mundo colonial ficaram intactas” (FERNANDES, 2018), fato esse que nos revela as condições as quais todos os trabalhadores, escravos ou livres, encontravam na sociedade brasileira. Isso significa dizer que, apesar da alteração da forma de governo e da modificação das formas relacionadas a acumulação de capital, que deixaram gradativamente de ser pela acumulação sobre a mão de obra escrava, passando a ser por meio da acumulação clássica da mais valia sobre o trabalho remunerado, a vida e importância do trabalhador não deixaram de ser irrelevantes do ponto de vista do estamento brasileiro.

Para melhor compreender esses estigmas sobre corpo e voz do trabalhador, mencionaremos alguns exemplos de fatos e fenômenos ocorridos em dois importantes países onde o liberalismo já era a forma hegemônica de pensamento econômico. Tais exemplos são apresentados por Domenico Losurdo (2006), que, ao dar voz um camponês inglês no século XIX, reproduzindo em sua obra um relato desse trabalhador, indica que, apesar de já ter abolido a escravidão em solo britânico e em suas colônias, o tratamento dado aos trabalhadores não era tão diferente daquelas condições impostas aos escravos negros. A violação da liberdade em solo inglês é perfeitamente mostrada por Losurdo (2006, p.138):

Falando em termos gerais, já que toda regra tem suas exceções, as classes privilegiadas dos nossos distritos rurais fazem de tudo para serem odiadas pelos seus vizinhos mais pobres. Elas cercam as terras comuns[...]. Constroem prisões e as lotam. Inventam novos crimes e novas punições para os pobres. Interferem nos matrimônios dos pobres, impondo alguns e impedindo outros. Trancam os miseráveis nas casas de trabalho, separando marido e mulher, isolando-os de dia e prendendo-os de noite. Amarram o pobre ao carro [como um boi]. Controlam os bares, proíbem os jogos de bilhar, condenam as lojas de cerveja, fazem intervenção nas festas populares, procurando de toda maneira restringir ulteriormente o pequeno espaço de diversão do pobre.

Não podemos nos esquecer de que estamos falando de um relato produzido em 1864, muitas décadas após a Revolução Gloriosa e o nascimento da Inglaterra Liberal (LOSURDO, 2006). A legislação inglesa já condenara a escravidão de homens negros, tanto em seu próprio território como em suas colônias. Porém, como visto no relato camponês, os pobres sofriam todo o tipo de opressão e violência, não idêntica, mas de forma análoga aos sofrimentos de que tinham sido vítimas os escravizados.

Para além da violência física sobre seus corpos, “Amarram o pobre ao carro [como um boi]”, as classes dominantes ainda lhes impunham condições de vida que não lhes permitia ter outra função a não ser o trabalho forçado “procurando de toda maneira restringir ulteriormente o pequeno espaço de diversão do pobre.”

Em outra passagem, Losurdo (2006) fala sobre a segregação existente na sociedade inglesa. A distinção de “castas” separam não apenas negros e brancos, mas os brancos da elite econômica de todos os outros segmentos da sociedade. Os pobres eram considerados não só uma casta inferior, mas sim “uma raça” (2006, p.139).

Não mais importava gênero ou idade, a condição social de cada indivíduo já tinha seu destino traçado a partir de seu nascimento, como podemos ver na seguinte passagem retirada da revista *Saturday Review*, cuja circulação se dava entre as classes médias e altas inglesas:

Do garoto ao homem pobre inglês espera-se que ele se lembre sempre da condição na qual Deus o colocou, **exatamente** como do negro espera-se que se lembre da pele que Deus lhe deu. Em ambos os casos a relação é a que subsiste entre um superior e um inferior perpétuo, entre um chefe e um dependente: por maior que possa ser, gentileza ou bondade nenhuma pode alterar essa relação. (citada por Losurdo, 2006, p. 139; grifos nossos)

Do começo ao fim, o enunciado produzido pela já referida revista traz consigo toda a estruturação das formas de controle dos discursos e práticas que perpetuam a discriminação dos sujeitos mais pobres. Do discurso religioso “condição na qual Deus o colocou”, até as relações sociais na estrutura de divisão do trabalho no sistema capitalista “relação é a que subsiste entre um superior e um inferior perpétuo, entre um chefe e um dependente” a situação do pobre inglês está condenada a perpétua miséria.

O *Apartheid* racial, automaticamente, com o fim da escravidão racial, se transforma em uma discriminação social, os miseráveis são como as inevitáveis sujeiras

encontradas no meio do caminho, sujeira essa tirada do caminho de Charles Seymour, 6º Duque de Somerset que enviava “batedores na frente de sua carruagem” afim de “evitar ao nobre homem o mal estar de cruzar com pessoas e olhares plebeus”

Diante de tantas passagens que nos dão um a ideia da dimensão dos estigmas, das discriminações e das violências vividas pelas pessoas das classes populares, há uma pergunta que nos frequenta: será a Inglaterra liberal um modelo apropriado para orientar nossa percepção sobre as práticas das classes dominantes frente aos sujeitos das classes subalternas? Para melhor responder a essa indagação nos transferimos para o outro lado do Atlântico, para nos localizar nos Estados Unidos da América que já desafiara a metrópole e que já havia se tornado independente.

Aqui estamos tratando de uma sociedade onde a escravidão é ainda vigente. Por essa razão, não é possível equiparar os direitos de homens brancos à homens negros. Nesse contexto, em meados do século XIX, na Virginia, homens negros tinham tipificados cerca de 72 crimes para os quais a punição era a pena de morte, contra apenas 2 que condenavam homens brancos à própria pena capital. Embora houvesse essa terrível e enorme discrepância, podemos, ainda assim, ter uma ideia das repressões e dos perigos a que homens brancos poderiam estar submetidos, caso se opusessem ao que John Sharp Williams, historiador e militante negro, chamou de “plantocracia branca” (WILLIAMS, 1972, p.95) e suas perseguições a todos aqueles e aquelas que viessem a participar direta ou indiretamente das lutas pela abolição:

Severas restrições são impostas à imprensa...a revolta dos escravos na Virgínia é muitas vezes silenciada pelos jornais do Sul, há perigo de difundir ainda mais o contágio da subversão. Em 1836, o presidente dos Estados Unidos (Andrew Jackson) autoriza o ministro dos Correios a bloquear a circulação de todas as publicações críticas em relação ao instituto da escravidão, junto com a mordaza imposta aos abolicionistas, a Câmara dos Representantes adota a resolução para impedir o exame das petições antiescravistas.

A repressão pode chegar a formas mais drásticas. Em 1805, ao denunciar os escritos que poderiam disseminar um efeito incendiário sobre os escravos, a Carolina do Sul emana normas que estabelecem a condenação à morte, por traição, dos que de qualquer maneira se tenham manchado da culpa de ter estimulado ou apoiado a revolta servil

A perseguição e censura a tudo aquilo que poderia ser um perigo ao estado escravocrata estava longe de ser o que mais de terrível as classes abastadas poderiam

impor aos que lutavam pelo fim da escravidão. A democracia dos plantadores transferiu seu desprezo a todos os que tiravam seu sustento do trabalho braçal.

Grosso modo, pode-se observar, através dos fatos e discursos, que há, tanto em solo inglês como estadunidense, discursos e práticas de desumanização de toda uma classe de homens e mulheres sem condições financeiras e que dependia, exclusivamente, de seus trabalhos braçais para sobreviver. Entretanto, para que isso fosse possível era necessário que houvesse todo um aparato que funcionasse de um modo pelo qual esse discurso convencesse até mesmo as vítimas dessas estigmatizações.

Um exemplo claro disso, é relatado por Marx (1985, p.457), onde o mesmo trata de contextualizar o que era uma escola inglesa no século XIX:

Segunda escola, a sala tinha 15 pés de comprimento por 10 pés de largura e continha 75 crianças... Mas não é apenas nesses lugares miseráveis que as crianças recebem atestados de frequência escolar e nenhum ensino; existem muitas escolas com professores competentes, mas seus esforços se perdem diante do perturbador amontoado de meninos de todas as idades, a partir de 3 anos.

Sua subsistência depende totalmente do número dos pence recebidos do maior número de crianças que consegue empilhar num quarto. Além disso, o mobiliário escolar é pobre, há falta de livros e de material de ensino e uma atmosfera viciada e fétida exerce efeito deprimente sobre as infelizes crianças. Estive em muitas dessas escolas e nelas vi filas inteiras de crianças que não faziam absolutamente nada, e a isto se dá o atestado de frequência escolar; e esses meninos figuram na categoria de instruídos...

Não são apenas as palavras que desumanizam os pobres, vai se construindo toda uma engrenagem cuja finalidade é convencê-los e mantê-los sob o jugo da miséria. As prisões, as escolas, as casas de trabalho, até a naturalização da condição desumana através da igreja, tudo isso edificava uma rede de possibilidades de estigmatizar os mais pobres.

O processo de desumanização acontece por meio de diferentes modalidades. O trabalhador assalariado e o escravo constituem uma raça à parte, raça essa que é desprovida de inteligência, uma categoria de *instrumentum vocale* (Burke, 1826, vol. VII, p.383), ou mesmo com "*instruments bipedes*" (Sieyès, 1985, p.236)

Nesse sentido, para não correremos o risco de pegarmos exemplos que possam abrir dúvida de que a desumanização mostrada seria apenas algo factual, restrita apenas no contexto histórico inglês e estadunidense, vamos dar voz a Emmanuel Joseph Sieyès,

político e escritor francês, para que o mesmo nos apresente a representação que faz do trabalhador:

Os infelizes destinados aos trabalhos pesados, produtores dos prazeres alheios que recebem apenas o essencial para sustentar os seus corpos sofridos e necessitados de tudo, esta imensa multidão de instrumentos bípedes, sem liberdade, sem moralidade, sem faculdades intelectuais, dotados apenas de mãos que ganham pouco e de mente carregada de mil preocupações que serve só para sofrer...são esses que vocês chamam de homens? São considerados civilizados (policés), mas alguma vez viu-se um só desses que fosse capaz de entrar em sociedade?

O trabalhador é um infeliz, são apenas objetos “produtores de prazeres alheios”, “sem moralidade” e “sem faculdades intelectuais”, portanto, não deve nem ser chamado de homem. Todos esses estigmas, que vimos desprezar fronteiras territoriais, podem também serem vistos no Brasil de meados do século XIX e início do XX.

Um exemplo claro de como se dava o tratamento aos trabalhadores brasileiros é trazido por Patto (1999) ao descrever como se davam as relações de produção em vigor no final do século XIX. A situação de recém libertos e de trabalhadores livres se assemelhavam tanto no campo como na cidade:

No campo, vínculos empregatícios contaminados pela prática do favor prendiam empregados a patrões por dívidas muitas vezes impossíveis de saldar e configuravam situações que beiravam à escravidão. Na cidade, o panorama não era diferente: uma massa de trabalhadores pobres acumulavam-se no espaço urbano e vendia sua força de trabalho a preços que degradavam a vida, quando não a inviabilizavam, ou dedicava-se a outras ocupações, em nome da sobrevivência. Sem alternativas no mercado de trabalho, muitos escravos e seus descendentes viviam em situação de desemprego crônico ou agregados a famílias ricas, onde exerciam extensas jornadas de trabalho doméstico não-remunerado.

Toda essa situação degradante trazia grande agitação social. A elite agrária, portadora do poder econômico e, conseqüentemente, político, tratava tudo como uma questão de polícia. O aparato repressivo usava da violência física e de prisões indiscriminadas para deter o ímpeto daqueles que se colocavam contra a exploração. Entre 1890 e 1924, somente as prisões ocorridas na cidade de São Paulo eram quase três vezes as que aconteciam em Londres nessa mesma época (PATTO,1999), sendo 83%

dessas prisões tipificadas como contravenção: “vadiagem” e “embriaguês” (1999, p.172).

A abolição tardia da qual decorre esse triste cenário, reflete a forma como ocorreu todo o seu processo. Nossa abolição extremamente conservadora ignorou a evidente necessidade de um suporte que garantisse a emancipação e a autonomia dos escravizados. Não havia qualquer projeto de inclusão social dos tão explorados recém-libertos, tampouco havia preocupação com algum tipo de reparação. Forjava-se, assim, um arremedo de liberdade. O caminho a ser trilhado era uma via de mão única, da senzala para a favela, da plantação para a fábrica.

Para compreendermos o contexto do nascimento da classe operária no Brasil, convém investigarmos um pouco mais suas condições de emergência. No dia 9 de maio de 1788, o primeiro-ministro britânico William Pitt subiu na Câmara dos Comuns para propor a consideração de uma legislação contra o tráfico de escravos. A primeira vez que essa moção foi apresentada a uma legislatura nacional, ele insistiu que era uma resposta necessária a um público engajado. Mais da metade de todas as petições apresentadas à Câmara naquele ano eram demandas por ação contra o tráfico de escravizados. Pitt foi fortemente apoiado por Charles James Fox, líder da oposição parlamentar. Ele também chamou a atenção para a mesa da Casa, carregada de petições. Edmund Burke, notável orador da legislatura, advertiu seus colegas de que deveriam prestar atenção à nação. O consenso era claro. A abolição britânica deveria ser um diálogo entre o parlamento e o povo (THE PARLIAMENTARY, 1816, pág. 495-505).

No Brasil, exatamente um século mais tarde, no dia 8 de maio de 1888, João Alfredo, chefe do governo, apresentou na Câmara dos Deputados um projeto de lei pedindo a extinção da escravidão. Sua moção foi recebida com aclamações e celebrações em todo o país (CONRAD, 1972, pág. 270-275). Doze anos depois, em 1900, Joaquim Nabuco resumiu caminhos alternativos de emancipação tomados por outras nações. A abolição no Brasil, enfatizou, não veio, como nos Estados Unidos, como resultado de uma sangrenta guerra civil. Não foi, como na Grã-Bretanha, o presente de uma nação rica e generosa para seus colonos, redimindo escravos por compra. Nem foi, como no caso da França, provocada em 1848 por uma revolução. Nem foi, como na Rússia, obra de um autocrata. Em cada país, concluiu, a extinção da escravidão teve suas características distintas, e se realizou de maneira diferente. Ao final

do que os contemporâneos chamavam de "era da emancipação", Nabuco pôde oferecer sua nação ao mundo como o último processo abolicionista, um movimento espontâneo, uma corrente de opinião e de sentimento mais forte do que os interesses adquiridos. Foi uma rendição interior por parte daqueles que poderiam tê-la desafiado e, uma vitória pacífica, uma crescente emoção nacional, que apagou em uma semana até mesmo a memória de uma instituição que sempre manteve o Estado e suas leis em cativeiro. (NABUCO, 2010).

Nabuco interessou-se em apresentar o caminho brasileiro para a emancipação como um momento de convergência com o progresso do mundo progressista em direção à civilização sempre em expansão. A última nação do Novo Mundo a eliminar a instituição foi distinguida pelo alinhamento harmonioso de seu governante, seu parlamento e seu povo, todos pacificamente varrendo os protestos dissonantes de alguns reacionários relutantes. Sua realização não foi contaminada por compensação monetária, por trauma revolucionário, por carnificina militar ou pela dependência do capricho de um único autocrata.

No Brasil, especialmente em contextos urbanos, muitos homens e mulheres escravizados eram alugados ou arrendados por seus senhores, para realizar uma variedade de atividades urbanas, inclusive trabalhando nas muitas oficinas artesanais do país. Ao fazê-lo, não só conseguiram obter uma compensação financeira pelo seu trabalho tornando-se assalariados escravizados, mas, nessa qualidade, também vivenciaram situações geralmente associadas a trabalhadores “livres”, como negociação salarial, barganha e até greves. Alguns assalariados escravizados conseguiram comprar sua própria liberdade e levaram suas experiências para suas vidas como trabalhadores livres. Portanto, trabalhadores afrodescendentes livres e não livres estavam presentes em uma variedade de ofícios e empreendimentos, e a multiplicidade de suas experiências moldou a dinâmica das relações de trabalho, construção de identidade, culturas políticas e trabalhistas e ação e organização individual e coletiva no longa história de formação das classes trabalhadoras brasileiras.

A heterogeneidade que definiu as classes trabalhadoras brasileiras, compostas por afrodescendentes, bem como colonos brancos, pobres portugueses e outros imigrantes, unidos e divididos por raça, gênero, nacionalidade, status legal, histórias e origens culturais não pode ser enfatizada o suficiente. A instituição da escravidão

impactou as relações sociais e econômicas de todos os trabalhadores, livres e não livres, mesmo após a abolição da escravidão, em 1888, seu legado de opressão, mas também de diversidade, se expressa nos conflitos e colaborações que marcaram a experiência coletiva dos trabalhadores e impactaram as transformações pelas quais passaram as classes trabalhadoras no Brasil pós-emancipação.

Com o fim da escravidão, teve início um processo de implementação de regime de trabalho não menos escravocrata. O Brasil dava seus primeiros passos rumo à industrialização. As "máquinas de fogo" chegavam do velho mundo e invadiam as oficinas brasileiras. Uma máquina a vapor era capaz de acelerar consideravelmente a produção, mas não era auto-suficiente, demandava mão de obra. O Brasil ainda era basicamente um país agrícola quando começou a receber imigrantes por volta da virada do século XIX para o século XX. Muitos imigrantes foram trazidos para o Brasil para trabalhar nas inúmeras plantações de café do país. Infelizmente para os proprietários das plantações, muitos dos imigrantes continuaram a se mudar, porque não queriam substituir a força de trabalho escrava que havia sido libertada apenas alguns anos antes. Muitos desses imigrantes continuaram se mudando e finalmente se estabeleceram nos dois grandes centros industriais do Brasil: São Paulo e Rio de Janeiro.

A organização trabalhista e a Greve geral de 1917

Industrialmente, o Brasil cresceu lentamente como um centro têxtil para a América do Sul. As cidades portuárias de Santos e Rio de Janeiro despachavam grande parte do café e da borracha do Brasil para os mercados europeu e americano. A classe dominante do Brasil ainda operava como se estivesse em uma economia escravista exigindo trabalho de sol a sol; tanto nos campos como nas fábricas. A opinião popular que a classe dominante compartilhava sobre a divisão de classes em sua sociedade era negá-la completamente. Rodrigues Alves, quando questionado sobre a divisão de classes no Brasil afirmou que entre nós (brasileiros) há uma democracia franca e uma completa ausência de classes sociais. Com uma economia industrial em desenvolvimento e um interior maciço repleto de recursos naturais, o Brasil estava se tornando um dos principais centros econômicos da América do Sul. Embora estivesse crescendo lentamente, o país permaneceu como um centro industrial menor em escala

global até a Primeira Guerra Mundial, quando passou a ser cortado da maioria de suas relações comerciais. Como resultado, foi forçado a desenvolver-se industrialmente para compensar o que não podia ser importado da Europa ou da América. Isso pode ser visto no crescimento surpreendente da principal cidade do Brasil na época, São Paulo. Em 1900 São Paulo tinha 239.820 pessoas e 22.407 prédios, em 1918 a população e os prédios dobraram para 504.278 e 55.256 respectivamente (IBGE, 2019). Imigrantes recém-chegados viram esse sistema decadente baseado na exploração humana e violência e rejeitaram todo o sistema como além da redenção, disso resultará a Greve Geral de 1917, tema explorado neste estudo. O trabalho organizado e o crescimento urbano do Brasil começam com a massiva onda de imigração que mudou o mundo durante a primeira metade do século XX.

Ao longo de sua história, o Brasil sofreu por muito tempo um problema de identidade. Os capitalistas que dirigiam as fábricas e plantações preferiam a mão de obra imigrante à dos brasileiros. Isso se deve, evidentemente, a uma crença de superioridade racial europeia. Dos 3.390.000 imigrantes que chegaram ao Brasil, a maioria era da Itália (1.373.000), os portugueses compunham o segundo maior grupo (901.000), os imigrantes espanhóis também eram numerosos (500.000) (IBGE, 2019). Imigrantes alemães, poloneses, judeus, russos e dinamarqueses se mudaram para o Brasil em um número menor. De longe, a maioria dos imigrantes italianos das cidades do norte da Itália, onde uma tradição de trabalho firme estava em vigor há uma geração. Como mencionado anteriormente, muitos dos imigrantes fugiram das cidades e se mudaram para o campo para encontrar condições horríveis: só o tracoma infectou 305.000 pessoas em 1905 nas plantações de café na zona rural de São Paulo (IBGE, 2019). Além dos imigrantes europeus inundando as cidades, os brasileiros muitas vezes foram forçados pelo declínio do açúcar brasileiro nos mercados globais a se mudarem das regiões do norte para os centros urbanos do sul. Predominantemente, foram os imigrantes que compuseram a força de trabalho industrial e urbana e foram eles que foram a força por trás do crescente movimento anarco-sindicalista no Brasil. Os brasileiros muitas vezes foram forçados pelo declínio do açúcar brasileiro nos mercados globais a se mudar das regiões do norte para os centros

urbanos do sul. Predominantemente, foram os imigrantes que compuseram a força de trabalho industrial e urbana e foram eles que foram a força por trás do crescente movimento anarco-sindicalista no Brasil.

Os imigrantes que ocupavam cada vez mais as fábricas e as lavouras brasileiras instauraram, conscientemente ou não, um isolamento político em relação aos trabalhadores brasileiros, até 1902, quando muitos começaram a se interessar ativamente pelo desenvolvimento dos sindicatos. A primeira grande greve no Brasil ocorreu no Rio de Janeiro em 1903, quando os trabalhadores da Fábrica Têxtil Aliaca deixaram o emprego. Essa greve paralisou o Rio de Janeiro por vinte dias, quando mais de 40.000 trabalhadores de todas as fábricas têxteis da cidade entraram em greve exigindo melhores condições e salários. A maioria dos atacantes não ganhou, mas em vez disso, eles se contentaram com um dia de trabalho de nove horas e meia.

O primeiro Congresso Trabalhista Brasileiro foi realizado em 1906. O grande evento deste congresso foi a fundação do Congresso Operária Brasileiro (COB), este novo sistema trabalhista foi baseado no anarco-sindicalismo. O sistema de organização que o Congresso endossou foi o sistema de federação, onde os sindicatos eram mantidos em associações frouxas, mas mantinham sua autonomia individual. Este sistema de federação foi baseado diretamente na união anarco-sindicalista francesa radical da *Confederation Generale du Travail* (CGT). No sistema de federação anarquista não existem funcionários remunerados, apenas funcionários temporários e nenhum líder oficial.

Muitos dos trabalhadores urbanos do Brasil não eram, na verdade, trabalhadores industriais, mas trabalhavam nas grandes indústrias de serviços da cidade. Foram justamente esses trabalhadores que entraram em greve em 1906, na Estrada de Ferro da Companhia Paulista. O governo reagiu rapidamente a uma greve de liderança anarquista que ameaçou a rede de transporte do Brasil; imediatamente o governo enviou 500 soldados para acabar com a greve. Os advogados que tentaram ajudar os grevistas foram presos e o governo interrompeu todos os serviços de telégrafo em todas as áreas ao redor dos grevistas. Em seguida, o governo foi para as moradias da empresa que forneceram aos ferroviários e começou a expulsar as famílias de suas casas. O governo e a Igreja Católica não souberam lidar com a greve dos pobres urbanos. Os líderes católicos enviaram cartas aos grevistas pedindo-lhes que cancelassem a greve; mas mesmo os apelos da igreja podiam deter os grevistas. A verdadeira reação veio quando

os trabalhadores de Santos ameaçaram fazer uma greve de solidariedade. A reação imediata do governo foi enviar navios de guerra para aquela cidade portuária.

Os líderes do governo e da indústria tinham boas razões para temer uma greve de simpatia em Santos. Como Santos era considerada a cidade mais radical do Brasil, ganhou o apelido de 'pequena Barcelona'. O COB, uma das principais organizações trabalhistas anarquistas do Brasil, sempre teve maior número de membros em Santos. Em 1907, logo após a criação do COB, Santos tinha a maior concentração de trabalhadores organizados do Brasil e quatro vezes mais membros dos sindicatos do Rio de Janeiro (22.500 no Santo para 5.000 no Rio de Janeiro e 12.500 em São Paulo). Santos tinha a maior concentração de anarco-sindicalistas no Brasil por vários motivos. Como a cidade servia de porto e cidade satélite para São Paulo, ela consistia em pouquíssima indústria. Os moradores de Santos eram trabalhadores altamente qualificados em comparação com outras grandes cidades do Brasil. Trabalhar em uma cidade portuária proporcionava interação constante com anarquistas, socialistas e comunistas que chegavam da Europa e de outros países sul-americanos. Santos tendia a ser uma cidade de homens solteiros no movimento anarquista. Homens com família eram mais propensos a viver nas grandes cidades de São Paulo ou Rio de Janeiro. Uma força de trabalho de homens solteiros sem o fardo das famílias terá flexibilidade para correr mais riscos e menos medo das consequências da ação direta do que os homens que tiveram que sustentar uma família.

A próxima greve para abalar o Brasil foi uma greve geral na indústria têxtil de São Paulo em 1907, foi uma greve curta e mal sucedida. Após o entusiasmo de 1906 e 1907, o trabalho brasileiro entrou em uma espécie de calmaria e pouca atividade ocorreu. Os anarquistas continuaram a publicar seus jornais e organizar suas escolas gratuitas, mas pouca atividade trabalhista ocorreu até o ressurgimento maciço de 1912.

Enquanto a atividade trabalhista desacelerou por cerca de cinco anos entre 1907 e 1912, as sementes para mais revoltas estavam sendo plantadas nas mentes dos trabalhadores. Durante esse período, o principal jornal anarquista do Brasil, *A terre libre*, publicou setenta e cinco edições e manteve uma média de leitores semanais em torno de 4.000. O jornal estava sendo reconhecido em escala internacional quando Peter Kropokin escreveu ao jornal agradecendo a doação ao movimento anarquista russo e a publicação.

Essa calmaria na atividade laboral se encaixa perfeitamente no plano anarquista de organização. Seu padrão foi durante anos que os organizadores espalhassem

propaganda entre os trabalhadores. Quando a agitação acontecia, os agitadores trabalhistas organizavam um sindicato para uma greve. Se a greve foi bem-sucedida, o sindicato foi mantido; se a greve fracassou, o sindicato também fracassou. Este foi o padrão de organização trabalhista que os anarquistas empregaram ao longo das décadas de 1910 e 1920.

A COB não foi a única organização trabalhista que atraiu trabalhadores em linhas anarquistas, a Federação dos Trabalhadores de São Paulo (FOSP) foi muito militante entre muitos campos entre 1908 e 1912, especialmente entre os trabalhadores da construção em São Paulo. Esses trabalhadores da construção, como os pedreiros de São Paulo, eram muito agressivos em suas demandas e em suas ações. Uma greve no Rio Grande do Sul, que foi liderada pela Federação Operaria Sindical daquelas cidades em 1913, grupo este que tinha sua sede em Porte Alegre que representava 42% de todos os membros das federações.

Os trabalhadores têxteis sempre foram considerados difíceis de organizar para os anarquistas brasileiros porque em 1911, por exemplo, 72% de todos os trabalhadores têxteis em São Paulo eram mulheres e crianças. Esses trabalhadores têxteis não eram todos cautelosos, embora provavelmente parecessem mais difíceis de organizar porque havia muitas fábricas têxteis. Entre 1901 e 1914, vinte e seis das setenta e cinco greves em São Paulo envolveram de alguma forma os trabalhadores têxteis. Em geral, embora o trabalho foi considerado em declínio entre 1908 e 1912.

O ressurgimento foi forte quando em 1912 os sindicatos anarco-sindicalistas representavam mais de 60.000 trabalhadores no Brasil. Essa nova onda de sindicalização levou o Brasil ao seu segundo congresso nacional do trabalho, realizado no Rio de Janeiro em 1913. Os temas desse congresso eram simples jornadas menores, melhores salários e condições seguras de trabalho. Anarquistas de toda a América do Sul compareceram ao congresso trabalhista de 1913 e muitos ficaram impressionados com o plano das Federações Trabalhistas de Santos de recrutar membros estritamente em linhas anarquistas. O Brasil experimentou uma depressão em 1913 e 1914, mas o movimento trabalhista apenas desacelerou ligeiramente.

Em 1915, o Rio de Janeiro sediou uma conferência internacional anarco-sindicalista sul-americana com delegados presentes de: Argentina, Chile, Uruguai e cinco estados brasileiros. Os principais temas para esta conferência foi a construção de um movimento antiguerra para se opor à guerra na Europa.

O Brasil foi o único que manteve uma força de trabalho organizada grande e muitas vezes estável, capaz de conduzir numerosas greves; enquanto, ao mesmo tempo, constantemente tem um excedente de trabalho. Isso pode se provar mais para o racismo da classe dominante brasileira do que para a solidez da classe trabalhadora, pois a classe dominante preferiu pagar mulheres e crianças imigrantes europeias para trabalhar do que usar a enorme população afrobrasileira do país. Os empregadores industriais em geral consideravam os negros aptos para o trabalho braçal apenas porque eram considerados inferiores aos europeus.

Os anos de 1917 a 1920 representam o auge do movimento trabalhista liderado pelos trabalhadores no Brasil. O inverno de 1917 é considerado uma das mais impressionantes demonstrações de solidariedade humana e atividades trabalhistas radicais da América do Sul. Nesses anos, o movimento anarco-sindicalista do Brasil se acenderia com considerável força política. A agitação trabalhista no Brasil foi inflamada não por ambições políticas, mas sim pelas ambições do pão.

Em 1916 e na primeira metade de 1917, o Brasil experimentava um enorme aumento do custo de vida nos preços dos alimentos e dos combustíveis. Esse aumento foi dramático e combinado com não aumentos de salários e as populações de cidades industriais como São Paulo e Rio de Janeiro não ficaram felizes. Qualquer tentativa de melhorar as condições ou pagar foi rapidamente recusada. Em junho de 1917, os trabalhadores da fábrica Contonficio Crespi, no bairro de Mocca, em São Paulo, pediram um aumento salarial de 25%; embora os negócios estivessem crescendo, seu pedido foi recusado (KHOURY, 1981).

Sindicatos como o FOSP, que começaram em 1917 com cerca de 30.000 membros; comícios organizados para protestar contra o alto custo de vida (CAMPOS, 1988). Em um desses comícios em 11 de julho, um trabalhador comum que não tinha ligação com o comício, Antonio Martinez, foi espancado até a morte pela polícia de São Paulo (PEREIRA, 2014). São Paulo entrou em choque com a morte brutal de um trabalhador de 21 anos. O funeral de Antonio Martinez foi um grande evento. A procissão fúnebre marchou por toda a cidade e em um ponto a polícia confrontou os enlutados. Depois de uma confusão, a polícia começou a atacar a multidão. A polícia a cavalo atacou uma parte da procissão com espadas. O resultado disso foi uma agitação massiva e tumultos em São Paulo. No dia seguinte, 12 de julho, 15.000 trabalhadores entraram em greve. No dia seguinte, outros 5.000 trabalhadores aderiram à greve (PEREIRA, 2014). Logo uma greve geral foi declarada e a cidade estava paralisada. O

governo declarou lei marcial e trouxe o exército. A principal causa por trás de todas as greves foi o alto custo dos alimentos e a morte brutal de Martinez foi apenas o catalisador. Eventualmente, a greve terminou quando o governo pressionou os industriais para acabar com a greve; os trabalhadores concordaram com um aumento salarial de 10% (PEREIRA, 2014).

São Paulo era, na verdade, apenas o começo das greves de 1917. As notícias da agitação não demoraram a chegar ao Rio de Janeiro. Quando as descrições das greves chegaram a um trabalhador de móveis na manhã de 18 de julho, ele imediatamente abandonou o trabalho pedindo uma greve em sua fábrica; dois outros trabalhadores se juntaram a ele. Na tarde de 18 de julho, apenas 150 trabalhadores haviam saído em solidariedade aos grevistas de São Paulo. Em 19 de julho, cinco fábricas estavam em greve e o movimento crescia descontroladamente. Em 22 de julho, a FOSP do Rio de Janeiro convocou uma greve geral. Para sua surpresa, 50.000 trabalhadores entraram em greve na manhã de 23 de julho. No final da tarde de 23 de julho, 20.000 metalúrgicos saíram em solidariedade aos trabalhadores da fábrica. As demandas para todos os trabalhadores eram universais; jornada de trabalho de oito horas e aumento salarial de 20% (PEREIRA, 2014). Esta foi uma greve geral espontânea e todo o Brasil industrial foi parado e no controle dos trabalhadores.

A reação do governo foi rápida e severa. Em 26 de julho, o governo havia usado todos os seus recursos e declarado lei marcial. Exército, marinha e polícia estavam guardando todas as principais áreas do Rio de Janeiro. A greve continuou em agosto, quando o governo finalmente percebeu que não poderia manter o controle de toda uma população. O governo logo forçou os líderes da indústria a se estabelecerem com os trabalhadores. Em 2 de agosto de 1917, a greve geral do Rio de Janeiro terminou com os trabalhadores se conformando com uma semana de trabalho de cinquenta e seis horas e um aumento salarial de 10% (PEREIRA, 2014).

Em poucos meses, a mão de obra brasileira mostrou sua incrível força e poder. Os trabalhadores demonstraram que eram poderosos o suficiente para convocar greves em escala nacional. A organização e influência do anarquista desempenhou um papel importante na velocidade com que os líderes sindicais convocaram as greves. Os sindicatos reformistas tradicionais sempre foram lentos em convocar greves, preferindo longas reuniões com os empregadores e negociações demoradas. A liderança anarquista da FOSP conhecia o pulso e as paixões dos trabalhadores e teve o bom senso e o tempo

para saber quando convocar a greve em um momento em que sabiam que poderiam obter apoio maciço dos trabalhadores.

O governo também ficou impressionado com as ações dos anarquistas e percebeu que eles tinham um problema com seus sindicatos. Em setembro de 1917, em resposta ao bombardeio alemão aberto aos navios mercantes brasileiros no Atlântico Sul, o Brasil entrou na guerra contra os alemães. Enquanto o Brasil havia entrado na guerra perto do fim e eles desempenhavam um papel muito pequeno, o governo brasileiro aproveitou a guerra como uma oportunidade para resolver seus problemas trabalhistas domésticos. O governo brasileiro declarou que as greves de julho e agosto foram obra de agitadores alemães e italianos que tiveram o apoio de seus respectivos governos para causar agitação no Brasil. A resposta foi a deportação de centenas de líderes trabalhistas, o fechamento de jornais trabalhistas e a ameaça de deportação de qualquer pessoa que professasse liderar a atividade trabalhista nas greves de julho e agosto. Este foi um golpe devastador para o movimento trabalhista que havia feito tanto progresso com os trabalhadores. A força de trabalho do Brasil industrial nessa época ainda era majoritariamente imigrante e, na maioria das vezes, o maior medo desses imigrantes era ser deportado do Brasil.

1917 marca o auge das revoltas trabalhistas no Brasil. Como resultado das greves gerais, os empregadores industriais e o governo perceberam que tinham um objetivo comum na destruição dos sindicatos. O governo usou a Primeira Guerra Mundial como desculpa para destruir a liderança dos sindicatos, mas precisava de um evento maior para dar-lhes uma desculpa para deportações mais repressivas e uma repressão pública aos radicais.

Dada a contextualização dos acontecimentos que propiciaram a emergência das revoltas de 1917, convém ressaltar que o foco desta pesquisa e o que é relevante para nossos objetivos consistem no fato de que a história brasileira reforça a ideia de que os oprimidos não sabem como falar e não têm o que dizer. Como vimos até aqui, o final do século XIX e o início do século XX no Brasil podem ser concebidos como uma espécie de ponto de chegada e de porto de passagem de uma longa história de colonialismo e de escravidão e de seus correlatos efeitos, tais como o racismo e o machismo. Esse processo histórico que forma a sociedade brasileira é fundamental para a consolidação e para a difusão da ideia de que os sujeitos das classes populares, de modo geral, e os trabalhadores dos baixos escalões sociais, em particular, conforme dissemos, não têm o

que dizer e não sabem como falar, ou seja, são seres rebaixados em sua condição humana.

Diante desse contexto, a organização das trabalhadoras e dos trabalhadores se apresenta como resistência ao menosprezo e à exclusão que continuavam a vitimá-las e a vitimá-los ainda no Brasil do século XX. Essa resistência compreendia lutas por espaço para poder se manifestar e de fazê-lo com alguma legitimidade: era necessário e urgente denunciar suas terríveis situações de vida, sua exploração no trabalho, o descaso público para com sua saúde, para com a educação de seus filhos e com a sua própria, para com a cultura e a distração que lhes eram negadas etc. etc. Em conjunto com essas denúncias, havia ainda a necessidade e a urgência de se propor ideias para um mundo menos injusto e desigual. Com a emergência e a consolidação dessas manifestações, as discriminações contra a voz do povo se tornam imediatas, constantes e intensas. Nelas, se costuma focalizar os modos de dizer de trabalhadores e marginalizados para desviar a atenção do que eles dizem e/ou para deslegitimar as coisas ditas.

Por todas essas razões, a eclosão da greve geral de 1917 foi um “grito” daquelas e daqueles que praticamente nunca tinham sido ouvidos, para as quais e para os quais quase sempre se tinha virado as costas e, quando não, às quais e os quais se menosprezava, com as referências às suas alegadas grosseria, agressividade, indolência e vagabundagem, entre outros atributos afins. Mas, a greve não era apenas isso. Ela compreendia também num momento de ápice da efervescência operária a reivindicação direta ou indireta, consciente ou inconsciente, da condição humana e, por isso, simbólica, linguística, das trabalhadoras e dos trabalhadores, que já há muito tinham sido alijados dessa condição. O que, então, ocorria no Brasil no começo do século XX já tinha acontecido com o movimento operário em outros contextos.

Em *La parole ouvrière* (A fala operária)⁷, Jacques Rancière e Alain Faure constataam que desde 1830 os sujeitos das classes trabalhadoras francesas passaram a consagrar cada vez mais relevância à linguagem. As produções da fala pública e da escrita que também se tornaria pública, porque publicada em veículos da imprensa operária ou em panfletos e manifestos, tinham ganhado uma frequência e uma intensidade inéditas. O propósito dessas produções era exatamente o de comprovar que as trabalhadoras e os trabalhadores também podiam ser oradoras e oradores, escritoras e escritores, e que, conseqüentemente, poderiam reivindicar e demonstrar essa sua

⁷Faure, A.; Rancière, J. *La parole ouvrière*. Paris, La Fabrique, 2007.

condição humana, composta de linguagem, de razão e de espírito, e não só de carne e de corpo destinados à obediência de ordens e ao trabalho braçal. A fala e a escrita se tornaram meios privilegiados naquelas circunstâncias para a refutação das restrições e reificações que a etiqueta “operários” impunha a homens e mulheres, restringindo-os à função do trabalho que desempenhavam. O trabalho com a força de seus braços não poderia reduzi-los a essa energia corporal. As operárias e os operários têm espírito, lógica e linguagem e, por isso, são humanos antes de serem trabalhadores. Assim, elas e eles deixavam de expressar somente uma voz e com ela manifestar sua ira, propriedades de que estão dotadas todas as feras da natureza, para se mostrarem integralmente como humanos. É também nesse sentido que Piovezani afirma o seguinte:

Para quem sofre com a exploração econômica, com a indigência social e com distintas sortes de discriminações culturais, tão necessária quanto a luta contra a expropriação do trabalho é a luta contra a alienação da inteligência; ou seja, tão importante quanto combater e eliminar a despossessão da força de trabalho dispendida, dos bens materiais produzidos e da mais-valia gerada é o combate à despossessão da capacidade cognitiva e expressiva. (2020, p. 63)

Rancière, por sua vez, sustenta que “a fala operária recusa-se a ser somente a queixa aflita ou o grito selvagem da miséria. Os operários não falam, principalmente, para gemer ou ameaçar, antes, falam para ser compreendidos”. Tudo se passe como se coubesse aos que já são oprimidos, agredidos e excluídos a tarefa de provar que não produzem somente ruídos animais com suas bocas e que não compreendem apenas as ordens de seus patrões e superiores. Operárias e operários “falam para serem reconhecidos como algo distinto da força do número e do vigor dos braços, como algo mais do que meros manipuladores de ferramentas e ou do que portadores de armas; lutam para mostrar que os operários podem dizer o que é justo e razoável”. Eis aqui a compreensão operária de que “o desejo de serem reconhecidos conjuga-se com a recusa de serem desprezados” (Rancière, 2007, p. 9-12). A recusa do reconhecimento de que trabalhadoras e trabalhadores são seres de linguagem tem como efeito “fazer crer que alguns poucos são mais humanos do que outros tantos” (Piovezani, 2020, p. 64).

CAPÍTULO II

A linguagem das classes populares no *Correio Paulistano*

Breve histórico do nascimento da imprensa no Brasil

Neste capítulo, traçaremos um breve histórico do aparecimento, desenvolvimento e consolidação da imprensa no Brasil, para que, a partir disso, possamos passar a efetuar nossas análises. Anteriormente, fizemos uma breve contextualização da vida econômica, política e social do Brasil em meados do século XIX, bem como uma breve análise dos discursos que tratavam não apenas da voz, ou da ausência dela, mas também dos corpos dos trabalhadores. A cena de conciliação política entre um parlamento liberal e um poder moderador monarquista sob a base econômica escravagista reflete não só os aspectos mais obscuros que deram sustentação aos maus-tratos aos trabalhadores escravizados, como também aos preconceitos e estigmas sobre a mão de obra assalariada. São sobre esses alicerces que também podemos contextualizar o nascimento da imprensa no Brasil.

Entre os avanços tecnológicos promovidos pelo renascimento do século XV, a imprensa de Gutenberg é a que mais afetou e ainda afeta o cenário político e cultural. Ao longo dos séculos, o nome imprensa foi, aos poucos, associado à divulgação de notícias e opiniões sobre acontecimentos relativamente importantes no que tange o seu impacto nas populações envolvidas.

As invasões napoleônicas ocorridas na Europa do século XIX causaram profundas mudanças no cenário geopolítico das colônias do sul global. Em 22 de janeiro de 1808, o príncipe regente de Portugal, D. João, aportou com a família real no Brasil como uma estratégia para garantir a independência de seu país diante de uma possível invasão francesa (SCHWARCZ; STARLING, 2015). Foi a partir desse acontecimento que tiveram início as atividades ligadas à publicação de jornais, panfletos e livros no Brasil.

Os conflitos provocados pela expansão napoleônica em território europeu trouxeram também mudanças significativas para o Brasil. A dinâmica social, política e econômica brasileira foram significativamente alteradas com a vinda da corte portuguesa.

O poder, até então, distribuído nas mãos dos privilegiados detentores da terra, agora passa a ter um ponto focal. Essa mudança cria uma “curiosidade pública” (OLIVEIRA, 2011, p. 129), aumentando a demanda pela informação, além da necessidade burocrática-administrativa do próprio funcionamento do Estado. É a partir dessa mudança da vida social brasileira que culminam as transformações de uma imprensa que nasce tardiamente por conta do tipo de colonização; o tipo de urbanização e até mesmo o grau de instrução oferecido pela colônia brasileira.

Antes disso, o que se tinha era o total silenciamento de todo e qualquer material informativo. Sodré (1966) aponta que tal censura não seria uma política adotada apenas nas colônias portuguesas. A própria metrópole estava sob o jugo da proibição: "Estavam, em Portugal, sujeitos os livros a três censuras: a episcopal, ou o Ordinário, a da Inquisição, e a Régia, exercida pelo Desembargador do Paço, desde 1576 (p. 12)". Essas condições não se modificaram ao longo dos séculos seguintes. Ainda na metrópole, a única mudança encontrada nessa situação era a passagem de poder de censura

A partir de 1624, os livros dependiam das autoridades civis para serem impressos, isto é, das autoridades reconhecidas pelo Estado, entre as quais, para esse fim, estavam as da Igreja; mas dependiam ainda, para circularem, da Cúria romana. Pombal, em 1768, encerrou esse regime, substituindo-o pelo da Real Mesa Censória, que vigorou até 1787. Ora, se na metrópole feudal essas eram as condições, fácil é calcular quais seriam as que imperavam na colônia escravista, particularmente depois do advento da mineração, com o arrôcho que deu à clausura (op. cit)

Outra relação importante quando se trata do surgimento da imprensa no Brasil é a constante comparação que se faz ao atraso da imprensa brasileira em comparação com o surgimento e o papel da imprensa nas colônias espanholas. Como dizemos anteriormente, a forma de colonização tem um papel importante para se refletir essa gigantesca diferença de quase três séculos. Enquanto países como México e Peru tiveram o nascimento da imprensa ainda no século XVI, o Brasil permaneceu com a censura até meados do século XVIII.

Espanha e Portugal apostaram em diferentes estratégias para se consolidar no território em disputa. A depender do contexto apresentado em cada situação, as metrópoles apresentavam maneiras para fazer a disputa com os povos originários da região

Com uma estratégia de embate entre culturas, a coroa espanhola apostou no processo de europeização dos povos Incas e Astecas pelo aniquilamento da forte cultura já presente no território dominado através da intervenção do Estado, levando a imprensa, a Universidade, mas também as armas para "implementar os instrumentos de sua própria cultura" (op. cit). Já em terras brasileiras as condições eram distintas, o Estado português não tinha uma cultura hegemônica para combater, pois lidava com diferentes povos com histórico de disputa entre si.

Dessa forma, manter a dominância da Coroa sobre a colônia se dava mantendo a ignorância e a falta de informação. Sodré (ibidem, p. 19) reforça como as características de nosso território, assim como a vigilância por parte do poder, foram os maiores impeditivos para o atraso da gênese da imprensa no Brasil

é curioso o fato, porque mostra como as condições da colônia constituíam obstáculo mais poderoso ao advento da imprensa do que os impedimentos oficiais que caracterizavam a atitude portuguesa. Claro que estes, na sua vigilância permanente, concorreram também para o retardo com que conhecemos a imprensa. Mas a razão essencial estava nas condições coloniais adversas: o escravismo dominante era infenso à cultura e à nova técnica da sua difusão. A etapa econômica e social atravessada pela colônia não gerava as exigências necessárias à instalação da imprensa. Quando surgiram as iniciativas isoladas, no século XVIII, o papel das autoridades coloniais foi importante. Elas não decorreram, assim, de uma imposição social, mas de esforços isolados. Nem estes, entretanto, permitiu a metrópole que surgissem, liquidando-os no nascedouro.

Tal cenário só começou a se alterar quando a ideologia liberal trouxe a perspectiva da burguesia europeia, que viam na liberdade editorial uma forma de combater o poder feudal que já se encontrava agonizante.

Foi nesse contexto que se deu o surgimento do primeiro jornal impresso no Brasil. A *Gazeta do Rio de Janeiro* foi fundada em 10 de setembro de 1808, e tinha como objetivo a documentação oficial do governo. Apesar de a *Gazeta do Rio* ser o primeiro jornal em terras brasileiras, não foi ele a primeira forma de comunicação a circular por aqui. De forma clandestina chega também ao Brasil o *Correio Braziliense*,

nascido três meses antes, distribuído no Brasil, porém, impresso na capital inglesa. Por ser impresso longe de terras brasileiras, o *Correio Braziliense* traz assuntos de forma independente, como o debate sobre o abolicionismo (Ibidem, p. 25). Ambos os jornais sofriam constantemente censura (o *Correio Braziliense* através de impedimento de circulação e a *Gazeta do Rio de Janeiro* pela censura editorial) com o objetivo de garantir a centralização da informação e daquilo que poderia ser publicado. Com a chegada do *Correio Braziliense* no Brasil, foi possível visualizar uma das primeiras imprensas populares que tinham como principal objetivo contestar política e socialmente as ações governamentais do Soberano. É possível imaginar o quanto esse jornal social era alvo de repressões, motivo pelo qual levava os autores a se manterem fora do Brasil.

Apesar de existirem condições materiais para que a imprensa se instalasse definitivamente, as condições políticas para isso eram, ainda, um impeditivo. A burguesia com ideal liberal se contentava, enquanto podia, com o regime feudal representado pelo soberano.

Com o passar do tempo, ainda que jornais e periódicos tenham se instalado no país, eles não se desenvolveram rapidamente e se limitaram basicamente a órgãos governamentais. Os jornais brasileiros são poucos e muitos não são publicados regularmente. Jornais e revistas em circulação são, em sua maioria, editados e impressos na Europa.

Ainda mais tarde, no período imperial (1822-1889), as bibliotecas públicas eram raras, exceto nas cidades mais importantes, como o Rio de Janeiro, onde se destacava a Biblioteca Nacional. Há muitas poucas livrarias neste país e os livros também são impressos na Europa, por isso são muito caros.

Como já dito, o desenvolvimento da mídia no Brasil é um tanto tardio em comparação com os países vizinhos que compunham a América espanhola. Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil* (2015), reflete como alguns livros eram impressos na Cidade do México já em 1535. Em 1539, Juan Pablos montou seu estúdio naquela cidade, tornando-se o primeiro impressor gravador do “Novo Mundo”. Da Nova Espanha, a arte da impressão foi trazida para Lima, capital do Peru, em 1747.

Há uma espécie de “coronelismo” atrelada ao domínio midiático da forma como se construiu e se consolidou no Brasil. Essa característica das nossas mídias remete ao final do século XIX e dos primeiros anos da República Velha. Ela está ligada à crescente participação dos latifundiários na vida política do país, isto é, o poder de censura continua nas mãos daqueles que tinham o privilégio da terra: os membros dessa oligarquia agroexportadora recebiam distinções em troca de sua lealdade ao Império do Brasil e depois à República, e sua contribuição para a manutenção da ordem social e exploração da força de trabalho.

Em um nível local, isso criou uma situação em que os coronéis controlavam a força policial, a usavam para garantir seus interesses privados, usando essa “potência” (ou impotência) repressiva para influenciar as eleições desde os primeiros dias da República Velha. O coronelismo baseia-se, portanto, em um sistema que combina clientelismo e corrupção, e que permitiu a manutenção do poder político nas mãos das mesmas grandes famílias, até o surgimento de novas forças políticas na década de 1920-1930, que emergiram com a expansão do café.

Conforme ocorreram reorganizações políticas, o funcionamento da Imprensa também foi reorganizado. Passou por momentos de centralização, relacionando-se intimamente com o poder, por momentos de representação político-partidárias, com o objetivo de formação doutrinária da opinião pública, uma verdadeira engenharia do consenso (CHOMSKY, 2007)

Se no mundo, durante o século XIX, ocorriam mudanças, com a criação de indústrias e a informação se tornando um produto, era claro que no Brasil isso também iria influenciar. Os jornais tinham um grande mercado para explorar: a venda de informação. Mas até mesmo nos formatos isso influenciou. Segundo Gisela Taschner

Esse período que [...] vai de 1880 a 1930 aproximadamente é a fase da aventura e consolidação industrial. A organização (ou reorganização) empresarial dos jornais, que então se deu, está ligada a um processo de modernização tecnológica e diferencial funcional. As gráficas dos jornais foram se separando das tipografias e adquirindo contornos mais industriais [...] influíram sobre as características dos jornais, que evoluíram para o formato standard e puderam ampliar as suas tiragens (TASCHNER *apud* OLIVEIRA, 2011, p. 139).

Foi a partir desse momento que grandes meios de comunicação começaram a aparecer. Mas nesse momento também se tornam evidentes as diferenças da grande Imprensa em relação aos jornais operários, que eram muito mais voltados a

manifestações e convocações operárias, sem propagandas, variando de acordo com a tecnologia disponível para a produção.

Em 1930, segundo Oliveira (2011, p. 132) “a imprensa no Brasil já estava completamente estruturada [...] acompanhava o desenvolvimento da forma da grande imprensa do mundo [...] apresentava elementos próprios do tipo de imprensa desenvolvido ao longo da História da Imprensa brasileira”.

É possível ver nos impérios midiáticos atuais uma espécie de reflexo, uma continuidade do sistema imperial. Certas heranças do coronelismo ainda estão fortemente enraizadas na cultura midiática brasileira, particularmente nessa relação entre lideranças e setores midiáticos e econômicos, e contribuem para a configuração de um cenário de altíssima concentração midiática. O grupo *O Globo* é um exemplo claro. O maior grupo midiático brasileiro (presente nas áreas de telecomunicações, televisão, mídia impressa, editorial e cinema) foi fundado por Roberto Marinho, que desempenhou, na segunda metade do século XX, papel de destaque, muito frequentemente negativo, no cenário político brasileiro.

O silêncio sobre a voz das classes populares no *Correio Paulistano*

O jornal *Correio Paulistano* (doravante *CP*) começa seus trabalhos no dia 24 de junho do ano de 1854. Tendo por objetivo principal “oferecer uma imprensa livre” em distinção aos outros jornais, que ofereciam opiniões conformes os “interesses de partidos” (*Correio Paulistano*, 1854 p. 01). Seu fundador foi Joaquim Roberto de Azevedo Marques, que já era proprietário da Tipografia Imparcial, sendo essa a tipografia do órgão oficial do Partido Liberal (SAMPAIO, 2021). Já seu primeiro redator foi Pedro Taques de Almeida Alvim. O *CP* foi o primeiro jornal a ser publicado diariamente na então província de São Paulo e o terceiro a fazê-lo em todo o país. Apesar de sua auto proclamada posição liberal, o veículo nem sempre adota um tom antagônico, ao tratar de seus adversários, que seriam os conservadores, porque nasce em uma época de tentativa de conciliação, durante a qual está em voga um acordo proposto por Dom Pedro II. Por meio desse acordo, conservadores e liberais poderiam governar juntos a sociedade brasileira e, assim, arrefecer as lutas entre as antigas agremiações. No cerne de uma época marcada pela abertura de empreendimentos privados, o *CP* se

destaca com exemplo de pioneirismo: oficinas a vapor; edições das segundas-feiras; impressão em máquina rotativa, lançamento em grande formato; contratação de fotógrafos; uso de linotipos (Thalassa, 2007). Tudo isso dá ao *CP* o postulado de um veículo importante na construção da opinião pública.

Em 1917, convertidos os valores da época para os dias atuais, suas edições diárias eram vendidas por R\$ 5,00, tendo uma assinatura anual de apenas R\$ 1,20 e semestral de R\$ 0,70, tudo isso lhe conferia um aspecto bem popular, porém, de circulação restrita a uma minoria de uma sociedade de maioria analfabeta

Passando a ocupar diferentes posições ideológicas durante os anos de sua existência, nenhuma delas simpáticas às classes populares, muito ao contrário, o jornal teve seu apogeu nas primeiras décadas após a Proclamação da República. Naquele contexto, sua principal função consistia em veicular as ideias provenientes das posições políticas das oligarquias paulistas. Foi exatamente nesse cenário que se deu a produção de todos os enunciados que tratam da greve e da linguagem dos operários grevistas no ano de 1917.⁸

“Vaias e gritos subversivos”, esse seria um modo frequente como o *Correio Paulistano* iria se referir à greve operária que já se alastrava por boa parte das fábricas da cidade de São Paulo. Uma pauta unitária estabelecia considerável adesão de trabalhadoras e trabalhadores de todos os ramos da produção econômica paulistana. As paralisações que, então, eclodiam, segundo Roio (2017, p. 17), eram “motivadas por uma dinâmica econômica global”, que compreendia, portanto, aspectos bem uniformes em que toda a periferia do capital trabalhava para exportar produtos para uma Europa que se entrincheirava nas batalhas da Primeira Guerra Mundial.

Todo esse escoamento de produtos essenciais para a vida, provenientes de trabalhadores tão precarizados concorria para estimular a revolta de grande parte do proletariado paulistano. Para além de São Paulo, as mesmas condições precárias faziam com que a greve ultrapassasse fronteiras, pois as paralisações “espalhavam-se “por várias capitais e cidades médias do país, que assistem inquietações ruidosas dos de baixo” (Idem, p. 17).

Apesar de toda agitação, o *Correio Paulistano*, ignorava a greve que já acontecia há um mês. Essa é uma das formas do silêncio da classe trabalhadora organizada. Ao simplesmente não mencionar a grande greve geral, o jornal indica seu desprezo pelo

⁸A coleção completa do jornal *Correio Paulistano* encontra-se disponível para consulta e pesquisa na Hemeroteca Digital Brasileira: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/correio-paulistano/090972>

movimento operário, se recusa a cobrir importante fato social que então ocorria e produz a ideia que se trata de algo sem interesse e relevância para o “seleto” conjunto de seus leitores. Diante da imposição de se tratar do assunto, em razão do enorme volume do movimento e de sua não menor repercussão, o Correio Paulistano se vê obrigado a romper com seu silêncio. Quando, finalmente, o jornal passa a noticiar o acontecimento, o trata como algo que rompe com a “desejada ordem e com o igualmente desejado comportamento aceitável.”

Na edição do dia 09 de julho de 1917, o jornal constrói esse efeito para detratar o cruzamento dos braços das trabalhadoras e dos trabalhadores, materializando sua ideologia conservadora e antipopular num discurso igualmente conservador e antipopular, que se materializa, por sua vez, em enunciados como o seguinte: “Abandonando a atitude pacífica, os grevistas reuniram-se hontem, às 10 horas, em frente ao edifício da fábrica, numa manifestação **hostil aos seus patrões.**” (09 de julho de 1917, p. 03; grifos nossos). Trabalhadoras e trabalhadores são reduzidos à condição de “grevistas” e sua reunião equivale à “manifestação hostil aos seus patrões”. Há silêncio absoluto em relação à sua organização, às suas discussões, deliberações e reivindicações, às suas terríveis condições materiais e econômicas de vida. Evidentemente, figura como impensável nessa posição conservadora a possibilidade de ouvir os sujeitos do movimento. Esse silêncio e essa indisposição correspondem, mais uma vez, a uma adesão ao discurso segundo o qual elas e eles não têm o que dizer nem saber como falar. O próprio título da matéria “Agitação operária” tem a carga pejorativa de “Agitação” confirmada e intensificada pela sequência textual que o sucede. A polissemia de “Agitação” poderia ir em sentido contrário e apontar para a necessidade, urgência e justiça da efervescência operária. Não é isso que acontece aqui. No Correio Paulistano, os sentidos só confirmam a ideia de uma agressividade constitutiva das trabalhadoras e dos trabalhadores.

Na edição do dia seguinte, em 10 de julho de 1917, o jornal volta a tratar da greve, lhe acrescentando novos aspectos do acontecimento que, considerado a partir de sua posição ideológica, era inconsequente e compreendia a condição intransigente, agressiva e violenta dos grevistas:

Hontem, depois da hora do almoço nas fábricas, muitos grupos, combinados, perdendo a desejável compostura, se colocaram armados, em posição ameaçadora nas imediações daquelles estabelecimentos, obrigando os que não concordavam com a sua conducta revolucionária, a não retomarem o trabalho e agredindo e espancando

quantos insistiam em recusar-lhes solidariedade. (Agitação Operária, p.03 *Correio Paulistano*)

As trabalhadoras e trabalhadores são apresentados não somente como “grupos”, que nas relações de equivalência e encadeamento discursivos são significados como “bandos”, mas também como “muitos” e “combinados”. Este penúltimo aspecto indica o que Rancière chama de “a força do número”, cujos correlatos são o “vigor dos braços” e a ameaça que eles representam para a “ordem” social. Numa palavra, se trata aqui da indisposição, do medo e do ódio das multidões proletárias e de seu potencial, quase sempre abortado por classes médias e elites, de transformação da sociedade. Se “muitos grupos” já assustam por essa “força do número”, quando estes se tornam “combinados”, não de assustar ainda mais. Contudo, a detração ainda maior das operárias e operários ainda estaria por vir. Ela reside principalmente na predicação que lhes é atribuída: muitos, em grupo e combinados, elas e eles perdem “a desejável compostura”, se colocam “armados e em posição ameaçadora”, obrigam “os que não concordam com sua conducta revolucionária a não retomarem o trabalho”, agridem e espancam todos os que “insistem em recusar-lhes a solidariedade”. Na disposição textual, há um crescendo que vai de uma compostura indesejada, passando por uma posição ameaçadora e pela intransigência para com os dissidentes, até a concretização da violência explícita, sob a forma de agressão e espancamento. Por um lado, se produz novamente um silenciamento da voz operária, porque em momento algum o enunciador do jornal sugere algo que respeite às suas manifestações de linguagem, em particular, de linguagem verbal; por outro, se materializa uma vez mais a ideia de que o proletariado não sabe falar, não tem o que dizer e, por isso, só se manifesta pela agressividade.

Os estigmas lançados sobre a fala dos trabalhadores grevistas nem sempre aparecem de modo explícito. Na edição de 12 de julho de 1917, um enunciador do *Correio Paulistano* formula o seguinte enunciado: “Autoridades e soldados foram recebidos pela massa de grevistas por vaias e gritos subversivos, chegando mesmo o subdelegado Sr. Pamphilo Murmo a ser ferido pelos turbulentos”. Como podemos notar, as “vaias e gritos subversivos” são ações da “massa grevista”, que agridem as autoridades e os soldados, como seria típico da hostilidade e da violência operárias. Vaias e gritos são ininteligíveis, desprovidos de sentido, a não ser pela qualificação “subversivos”, adotada no enunciado. Isso nos indica que, independentemente do que fora expresso, o fato de que o tenha sido por “vaias e gritos” aponta para a contramão da ordem pré-estabelecida, uma vez que tem teor subversivo e, por conseguinte, é hostil às

autoridades e aos soldados. Além disso, o uso do substantivo “massa”, homogeneiza os sujeitos grevistas, como uma única quantidade de matéria desprovida de impulsos individuais, desprovida de diferenças, desumanizando os grevistas. Essa “massa” não se vale da ponderação e do diálogo, por meio do emprego da linguagem verbal com a qual poderia receber “as autoridades e os soldados”. Em vez de fazê-lo, opta por uma espécie de bestialidade desordeira. O adjetivo “turbulentos” também nos diz muito acerca da posição antagonista do jornal em relação à greve e aos grevistas. Aquilo que é turbulento é ruidoso, “naturalmente” incômodo. A linguagem dos operários é uma vez mais desumanizada em boa medida e construída como prenúncio e ensejo da agressividade e da violência física, que seriam suas extensões necessárias: o senhor Pamphilo Murmo foi “ferido pelos turbulentos”.

Ainda na edição de 12 de julho de 1917, o Correio Paulistano volta a falar dos “gritos” da multidão grevista, como podemos ver no seguinte enunciado: “Gritos sediciosos partiam de todos os lados. E a polícia se conservava calma, tolerante, pronta, entretanto, para agir firme a primeira violência da parte dos operários” (Agitação Operária, p. 2). A qualificação dos gritos como “sediciosos” os coloca na posição de agentes, condição essa reiterada e destacada pelo verbo “partiam”, são eles que, partindo “de todos os lados”, ou seja, em uma atmosfera caótica, desorganizada e com a “força do número” da massa, incitam à sedição, isto é, à revolta. O enunciado faz o uso do mote do grito para novamente reforçar a ideia de ferocidade relacionada aos operários. Aos grevistas é associada a iminência da violência, enquanto as forças repressoras do Estado, a polícia, são associadas à calma e à tolerância.

Conforme já dissemos e reiteramos, a associação constante da multidão grevista ao ato de gritar, instaura sua desumanização. Nessa direção, Salazar e Piovezani (2016, p. 171-172) apresentam a seguinte reflexão:

“A voz humana”? A própria expressão é mais complexa do que parece sê-lo em sua ilusória ingenuidade, assim como em seu caráter imediato e em sua aparente naturalidade. Por essa razão, ela nos impõe uma primeira interrogação: excetuando-se a espécie humana, os animais têm uma voz? Sem dúvida, eles produzem sons e ruídos; alguns grunhem, outros rugem. Mas, num sentido mais preciso, eles possuem efetivamente uma voz? Entre os antigos romanos, e provavelmente também entre os indo-europeus, havia dois paradigmas para explicar, no *Dasein* animal e no humano, a aparição, o *Erscheinung* da voz e do que propriamente não lhe corresponde. O primeiro deles deriva da palavra rumor; o rumor que denotava os ruídos da natureza, os sons do mundo que estão por aí e que se estendem desde o barulho provocado pelo vento nas árvores até os gritos dos animais. Tratava-se da natureza como um fundo sonoro, do

qual emergem os brados animais, os ruídos da terra e até mesmo alguns sons produzidos pelos humanos, quando estes últimos se aproximam daqueles primeiros, tal como ocorre com a eructação e o soluço, por exemplo. De algum modo, nosso rumor moderno, seja na política, seja na mídia ou seja ainda na sociedade, em geral, pode ser concebido como uma lembrança da selvageria e da ferocidade, frequentemente irracional e agressiva, que pode não raras vezes haver no fundo sonoro das relações sociais de nossos tempos. Já o segundo paradigma compunha-se a partir do termo *vox*, da voz que é aqui exclusiva e eminentemente humana. Provavelmente, os estoicos foram os primeiros a operar esta distinção ou, antes, a teorizá-la, ao procederem à constituição de sua célebre tríade: inicialmente, a *phônê*, ou seja, o som produzido pela percussão do ar – que é instintiva, entre os animais, e inteligente, no caso dos humanos; em seguida, a *phônê-lexis*, que pode ser transcrita, gramaticalizada e que, em suma, é a voz humana, porque se trata daquela que é “articulada”; e, finalmente, a *phônê-logos*, que é a fala humana articulada e dotada de sentido.

Os gritos remetem à selvageria, que, por sua vez, se opõe diretamente, à calma e à tolerância humana do Estado. Essa distinção serve de justificativa a qualquer ato de violência que parta das forças repressivas do Estado contra a multidão grevista.

Uma nova coesão entre os membros das classes trabalhadoras nasce a partir de sua organização em sindicatos ou partidos. Nada mais propício às relações de poder vigente que marginalizar essa potência cooperativa que nasce no discurso. A discriminação da forma como as classes trabalhadoras se expressavam é, de certa forma, uma neutralização da ameaça de coesão.

CAPÍTULO III

A linguagem das classes populares em *A Plebe*

Em um ambiente de extrema conturbação social, o jornal *A Plebe* começa a ser publicado em janeiro de 1917. Edgard Leuenroth, editor e proprietário desse veículo da imprensa alternativa brasileira, participou ativamente da greve de 1917 na cidade de São Paulo, tornando-se uma das lideranças do movimento. Com ideais internacionalistas, as edições de seu jornal veiculavam notícias do sofrimento e da luta de trabalhadores de várias partes do mundo.

A Plebe, como o próprio jornal anuncia em sua edição do dia 09 de junho de 1917, “é a continuação de *A Lanterna*”, periódico anticlerical que objetivava dar destaque às ações do proletário internacional e denunciar a exploração pelas quais os trabalhadores estavam passando. As edições eram destinadas, fundamentalmente, ao cumprimento de “sua missão delicada”, que residia em “orientar o povoem sua luta emancipadora” (*A Plebe*, 09 de junho 1917. p.01).

O periódico era, segundo Lopreato (1996), o principal instrumento de comunicação nas greves que se espalharam pela cidade de São Paulo. A atmosfera de muita movimentação dos trabalhadores promoveu a possibilidade de retomada do periódico, no qual se tinha a junção entre propaganda de lutas e propagação dos programas anarquistas “com um integral programa de desassombrado combate a todos os elementos de opressão que sujeitam o povo desse país, como o de toda a terra, a odiosa sociedade vigente, alicerçada por toda a sorte de misérias e de violências (Leuentoth, 1917, p. 01)

Edgard Leuenroth dedicou toda sua vida de jornalista às causas operárias. Nascido em 1881, na cidade de Mogi Mirim, aos 15 anos de idade iniciou sua trajetória como tipógrafo do jornal *O Comercio de São Paulo*. Assim começou sua vida no jornalismo. Durante toda sua trajetória no jornalismo, Leuenroth ajudou a fundar várias entidades vinculadas à imprensa como o Centro Typográphico de São Paulo, a Associação Paulista de Imprensa, a União dos Trabalhadores Gráficos e a Federação Nacional da Imprensa (SANTOS, 2015).

Não apenas divulgando as causas e lutas operárias, mas também contribuindo para a criação e o crescimento de diversos jornais proletários, a linha editorial de *A Plebe* era uma das formas que se multiplicou em um ambiente de grandes e antigos veículos que tiveram seu nascimento bem antes da própria república (SODRÉ, 1966).

A Plebe era, portanto, um veículo da imprensa libertária e popular, particularmente filiado à linha ideológica anarquista-sindicalista. O periódico se alinha a uma série que poderia remontar a outros de distintas tendências igualitárias e/ou emancipatórias do final do século XIX, tais como *A Metralha*, *O Socialista* e *A União operária*, entre muitos outros. Consideradas as importantes diferenças das condições históricas, da demografia operária e de sua organização, talvez fosse, contudo, mais apropriado recuar não mais do que ao jornal *O Amigo do Povo*, que passou a circular em 1902⁹.

Em 1917, a Europa passava por forte ebulição política e, ao mesmo tempo, estava imersa numa grande guerra. No mês março daquele mesmo ano, o czar havia sido deposto na Rússia e, com isso, se dava o início de um processo que conduziria à Revolução bolchevique. Aquele espectro que já rondava a Europa desde o século anterior, conforme dizia Marx, chegaria ao seu modo no Brasil e começava a dar novas esperanças e novos ânimos a diferentes tendências de esquerda. O programa de *A Plebe* decorre desse cenário e está manifestamente indicado nestes termos: “combate a todos os elementos de opressão que sujeitam o povo deste país”. Para sua efetivação, as funções a serem desempenhadas pelos agentes sociais estão bem definidas e reproduzem um esquema já há muito estabilizado e conhecido: adotando um princípio que naturaliza hierarquias e diferenças, “cabe lugar de destaque” à imprensa popular e “avançada”, porque ela atua tendo por base as “mentes privilegiadas dos mártires da independência, dos heróis da abolição e da cruzada republicana” e porque se fundamenta ainda na “obra dos abnegados de outrora”. Essa imprensa se distingue dos “jornais ao soldo dos dominadores da época” e sua “missão delicada” consiste em “orientar o povo” e ainda em lhe dar voz, uma vez que *A Plebe* se oferece como “eco permanente das lamentações, dos protestos e do conclamar ameaçador dessa plebe imensa que vive sempiternamente a mourejar, em condições de escravos modernos”. Há

⁹ Sobre a imprensa libertária e popular no Brasil, ver: Pereira, Astrojildo. A imprensa operária no Brasil. *Revista Novos Rumos*, n. 18/19, 1990, p. 82-88; Ferreira, Maria Nazaré. *A Imprensa operária no Brasil (1880-1920)*. Petrópolis, Vozes, 1978; Sargentini, Vanice. *Vozes anarquistas: gêneses do trabalhismo brasileiro*. In: Gregolin, Maria do Rosário. *Filigranas do discurso*. São Paulo, Cultura Acadêmica, 2001, p. 213-229.

justiça e necessidade nesse programa, porém, o quadro em que o povo é retratado e no qual suas funções lhe são outorgadas não são, digamos, exatamente positivos. Isso porque, o povo não é somente retratado com certa inércia na condição de oprimido, mas também se acha sem voz e ainda está desnorteado e completamente submetido à manipulação da ideologia dominante.

Não há maiores dúvidas sobre o objetivo igualitário de libertar as classes trabalhadoras e outras pessoas miseráveis da exploração, da exclusão e da opressão de diversas sortes. E, se por algum motivo ainda tivéssemos alguma suspeita sobre a orientação ideológica emancipatória, mesmo depois de nos atentar para o título do jornal e para o primeiro texto de sua primeira edição, uma leitura rápida de outro texto também publicado no mesmo dia 9 de junho, seria suficiente para que essa suspeita se dissipasse. Embora pareça ser uma pergunta, que, em tese, faria sua formulação corresponder à manifestação de uma dúvida, seu título “O pobre é um vagabundo? constrói, efetivamente, o efeito de uma indignação de seu autor, Benjamin Mota, diante de afirmações mais ou menos ocultas, que materializam um discurso classista e discriminatório, presente em um importante órgão de imprensa paulista daquela época: “O *Correio Paulistano* está publicando diariamente, logo abaixo de um aviso da Liga de Defesa Nacional, um interessantíssimo conselho, epigrafoado: *O futuro de S. Paulo*. Produzir, produzir, deve ser a divisa dos paulistas, diz o conselho”.

A ideologia progressista de seu enunciador é que provoca não só sua desidentificação com o discurso do *Correio Paulistano*, mas também sua indignação diante da reprodução desse discurso. É com base nessa ideologia progressista que esse enunciador considera as relações sociais no sistema de produção capitalista e indica suas mazelas e injustiças. Mas, dada a força de discursos dominantes, notamos que a crítica materialista do enunciador compreende uma desqualificação daqueles que ele pretende proteger: “De que serve ao nosso caipira o seu esforço em derrubar as matas ou capoeiras e plantar roças de milho e feijão, se ele, analfabeto e ignorante, vê-se forçado a vender por vil preço a sua mercadoria”. A menção à condição de “analfabeto e ignorante” não torna, porém, inviável o reconhecimento de uma inteligência do povo pobre, conforme ocorre na sequência de sua análise e na condenação da repisada e aviltante formulação do veículo conservador da imprensa paulista:

O conselho do *Correio Paulistano* seria belo numa sociedade comunista livre, mas não na egoística sociedade burguesa em que vivemos.

No que não concordamos absolutamente com o *Correio Paulistano* é na afirmativa final do conselho:

“Em São Paulo, só não ganha dinheiro quem não trabalha, só é pobre quem é vadio”.

Oh! Aberração da vista e da inteligência!

Só é pobre quem é vadio?

Pobre não são, como finge ignorar o *Correio*, somente os mendigos que esmolam pelas ruas. Pobres são todos os trabalhadores rurais explorados pelos patrões que lhes pagam apenas o necessário para não morrerem de fome. Pobres são todos aqueles que, numa sociedade que repousa sobre o direito inviolável e sagrado da propriedade, veem-se obrigados a alugar, por vil preço, a força dos músculos ou da sua inteligência, em proveito da burguesia capitalista e parasita, que vive à custa do suor e dos esforços alheios.

Só é pobre quem é vadio?!

Mas então o operário que labuta doze ou quatorze horas por dia, para ganhar 3\$000 ou 4\$000 e que no fim do mês não tem o suficiente para o aluguel do tugúrio em que habita e para pagar o vendeiro e o padeiro, é um vadio?

Benjamin Mota reconhece que, juntamente com a força do corpo dos trabalhadores, há a capacidade de seu espírito, “sua inteligência”, e ainda delata a exploração dessa força e dessa capacidade. Porém, esta é a única menção à competência cognitiva. Sua escassez e sua discrição contrastam com a frequência e com a ostentação das necessárias denúncias da exploração do corpo. Além de outras ocorrências, a seguinte é mais uma dessas referências aos abusos burgueses sobre a energia usurpada da anatomia proletária: “Não fosse o esforço dos seus músculos explorado pelo burguês industrial ou fazendeiro, que fica riquíssimo e mora em palácios, passeia de automóvel e gasta com as cortesãs, e o operário, sem ser rico, teria o suficiente para viver folgadoamente. Mas, o patrão o explora e ele é e há de ser eternamente um pobre, um pária social”. Nesses fragmentos, a relação entre a miséria econômica e a dimensão moral com base na qual se ataca dupla e simultaneamente as pessoas do povo, tal como foi feito pelo *Correio Paulistano*, reproduzindo um antigo e ardiloso artifício, é recusada, desconstruída e invertida, porque no texto de Mota as explorações burguesas e seus usufrutos é que são apontadas como ações imorais. Com vistas a efetuar essa inversão, o autor do texto articula a imoralidade ostentada em “mora em palácios” e “passeia de automóvel” à imoralidade frequentemente ocultada da vista pública: “gasta com cortesãs”.

Numa palavra: os pobres são ali redimidos. Eles têm retidão moral e, apesar de serem analfabetos e ignorantes, são dotados de inteligência. Há, portanto, um reconhecimento de sua condição de ser de linguagem e uma indicação de que essa condição tem suas limitações. Contudo, a marca mais constante e manifesta de sua condição plebeia é ainda a energia de seu corpo. Por essa razão, a linguagem popular

parece ainda não encontrar em *A Plebe* um espaço de pleno reconhecimento e de livre e direta expressão. O título de uma de suas seções poderia nos dar a impressão de fazê-lo: “Comentários de um plebeu”. Porém, sua formulação não é efetivamente de responsabilidade de sujeitos das classes populares e sem maiores instruções. Antes, sua redação estaca a cargo de um advogado. Além de seu nome constar ao final da coluna, há ainda um anúncio comercial de sua parte feito no jornal. No interior desse anúncio, o nome de Roberto Feijó está antecedido por um título, “Dr.”. Seus atendimentos ocorriam no primeiro andar de um edifício da Rua 15 de novembro e ele ainda redigia outra coluna de *A Plebe*, cujo título provocativo era “Gazetilha de Satan”. Na edição de *A Plebe* publicada no dia 16 de junho de 1917, veio a público o segundo texto da “Gazetilha”. Nele, Feijó abordou um outro e mais célebre advogado. Para tanto, empregou certo recurso de redação e destacou o que seria um dos motivos da celebridade desse advogado, que era Rui Barbosa: sua eloquência e seus excessos.

Diante das assertivas da carta, pareceu que não foi Roberto Feijó que escreveu. Somos confrontados com uma carta, escrito por um suporte amigo de Feijó e que estava endereçada a um jornalista estrangeiro: “Um amigo confiou-me o que segue, cópia de uma carta enviada para o estrangeiro”. As aspas se abrem e só serão fechadas ao final da carta. Partindo de uma pergunta feita pelo noticiário acerca do caráter de Rui Barbosa, os leitores obtêm uma resposta do amigo de Feijó. O orador afirma que o homem público, de quem a pergunta tratava, era considerado uníssono e por isso não diria nada: “Se não fosse esta feliz circunstância do idioma, a minha recusa ao seu pedido seria formal e irrevogável. Por quê? Porque o senhor Dr. Rui Barbosa é pessoa que aqui ninguém mais discute e sobre a qual não há, em todo o país, duas opiniões divergentes. Discuti-lo e na discussão pôr em dúvida a sua grandeza é heroicidade demasiada para um cidadão desta república”.

Seguindo, também soubemos que o escritor estrangeiro havia perguntado, de forma muito específica, sobre o político em sua função dentro do governo brasileiro. Uma conclusão muito efetiva ressalta que: “O senhor Rui Barbosa, entre todos os políticos brasileiros, é talvez o menos hábil e o mais nocivo dos políticos”. Em sua redação se constrói esse “talvez”, em que o restante da resposta não visa uma posição alusiva e, também, não permite dúvidas sobre Rui Barbosa e sua fama de gestor político catastrófico. Depois, o redator questiona: “Não provindo da sua atuação como político a popularidade do Sr. Barbosa, de onde poderá ela provir?” E assim argumenta:

Essa popularidade, benévolo amigo, provem muito simplesmente e muito naturalmente desta coisa única e simples: a sua tagarelice. Sim, a sua tagarelice. O Sr. Rui Barbosa é, entre todos os políticos deste país, aquele que maiores discursos faz. E esta é precisamente a virtude primacial de sua Exa. (...)

Não é tanto pela essência de suas peças oratórias, mas sobretudo pelo tamanho e continuidade delas que se gerou e conserva a popularidade do Sr. Rui Barbosa. Até hoje, desde que fala e escreve, nunca produziu, que eu saiba, uma ideia original, nem concebeu reforma útil, nem proclamou um alto princípio de justiça. É, enfim, como pensamento e ação, um homem como tantos outros, como tantos outros, mediano de gênio e inspiração, mas mais que outros – oh, muito mais! – vaidoso. (...)

A vaidade conduziu o Sr. Rui Barbosa à tagarelice, a tagarelice ao discurso de quatro horas, o discurso aos elogios da imprensa, e esta de novo à tagarelice.

Com as edições de *A Plebe*, não buscamos tanto verificar possíveis cerceamentos aos redatores a respeito da oratória da elite econômica, mas sim em perceber manifestações de cunho popular. Obviamente, também diz muito, e talvez até mais, o fato de existir inúmeros atributos relacionados à burguesia e mudez de discursos da classe operária. Entretanto, ainda sim procuramos por fragmentos de texto que, mesmo que de forma indireta, trouxessem a narrativa popular e também como se posicionavam a livre imprensa, a qual buscava preservar os desejos dos trabalhadores. Seguindo por esta linha, a história se mostra favorável ao desenvolvimento destas revistas. *A Plebe*, no começo, guardava um espaço para este tipo de comunicação, chamado de “Ação obreira” (que passou a chamar “Mundo operário Ação Obreira” e, posteriormente, ainda foi chamado de “Mundo operário”). Começamos encontrar ali, de forma muito condensada, tudo acerca dos movimentos operários, inclusive os que culminaram na greve geral daquele ano em São Paulo. Na edição de 09 de junho, é possível se deparar com o texto:

Ação Obreira

O operariado de São Paulo parece despertar para a luta
Movimentos grevistas – Associações que surgem

Se não chegou a conseguir libertar as crianças da escravidão, dos ergástulos do trabalho, porque isso só era feito pela ação direta dos trabalhadores rebelados contra esse hediondo crime da burguesia rapace, serviu, entretanto, a vivaz campanha recentemente realizada pelos libertários para determinar uma certa predisposição no sentido da atividade no seio da classe obreira desta capital.

A propaganda feita em numerosos comícios e em boletins não deixou de produzir o seu efeito, fazendo com que os trabalhadores, sujeitos agora, como nunca, a uma situação verdadeiramente intolerável, devido à ação aladroadada dos patrões, insaciáveis sanguessugas sociais, comessem a sentir a necessidade de agir contra os bandidos que, ao abrigo da lei, vivem a roubar o produto de seu trabalho insano.

Alguns movimentos grevistas já se manifestaram, ao mesmo tempo que se vai tratando de constituir associações de resistência e de acentuada luta social.

Dando execução ao seu programa, o Comitê Popular de Agitação Contra a Exploração dos Menores Operários tem promovido reuniões em vários bairros com

o fim de organizar as ligas operárias que, dentro em breve, reconstituirão a União Geral dos Trabalhadores.

Os trabalhos nesse sentido prosseguem e é de se esperar que, no mais breve tempo possível, o proletariado de S. Paulo possa dispor de uma potente organização de luta para fazer frente com vantagem aos miseráveis que, pavoneando-se estupidamente com títulos e comendas comprados a peso de ouro, vão acumulando fortunas colossais às custas de indefesas crianças, de pobres mulheres, da velhice alquebrada e de uma multidão de homens a quem a miséria contínua do seu triste viver amorteceu a noção da dignidade e da altivez.

Oxalá, pois, que o movimento promissor, agora em início, ganhe o devido vulto tão rapidamente quanto a gravíssima situação o exige.

É possível vermos sobre as ocorrências de trabalho infantil, da inexistência de atitudes que visavam seu apoucamento ou extermínio, de campanhas que favoreciam sua ocorrência e a presença de anúncios e entidades trabalhistas. Esses programas depreendem “numerosos comícios” e “boletins”. Os escritos são construídos com bons vocabulários e expressões e além de apresentarem entonação de acusação enraivecida, permitem, com o crescente desenvolvimentos dos movimentos operários, boas expectativas. E dentro das comunicações das convenções proletárias, as quais estavam acontecendo em diversos locais, também é possível ver essa confiança referente aos acontecimentos. Existiram muitos anúncios relativos às articulações proletárias como podemos ver em seguida:

Liga Operária da Mooca

Das agremiações obreiras que estão surgindo esta é a que mais rápido desenvolvimento tem tomado, contribuindo, naturalmente, para isso os dois movimentos que os tecelões venceram em fábricas situadas naquele bairro.

Numerosas reuniões foram realizadas durante e após a greve da fábrica de tecidos Rodolpho Crespi, sendo elas aproveitadas para a propaganda feita por camaradas nossos.

A Liga Operária da Mooca, contando com um bom número de associados, está instalando a sua sede à rua da Mooca, 190, devendo ela ser inaugurada com uma festiva reunião de propaganda no próximo sábado.

Liga Operária do Belenzinho

Em uma reunião bastante concorrida, ficou constituída, no meio do mês passado, esta Liga, que está tratando de montar a sua sede no bairro, onde instalará uma sala de leitura e realizará sessões de propaganda social.

No Cambuci e na Lapa

Além do comício realizado na praça pública, celebrou-se num salão do bairro Cambuci uma reunião a fim de serem lançadas as bases do acordo aprovadas anteriormente e já publicadas.

Na Lapa deve ser realizada uma reunião amanhã à noite, esperando-se que ela seja muito concorrida, pois numeroso é o operariado naquele recanto industrial da cidade.

Em S. Caetano

Neste subúrbio da Inglesa foi constituída uma sociedade de trabalhadores metalúrgicos, que já tem realizado algumas reuniões de propaganda.

As assembleias das associações dos trabalhadores ocorriam com muita frequência, sempre com grandes e crescentes números de associados, segundo o próprio emissor: “Numerosas reuniões foram realizadas”, “contando com um bom número de associados”, “Em uma reunião bastante concorrida”, “esperando-se que ela seja muito concorrida, pois numeroso é o operariado”. Compreender os repertórios e sentidos argumentativos se tornavam essenciais para o excelente desempenho dos encontros, os quais levavam em conta o sucesso dos movimentos e graduais altas das adesões, o que permitiam ainda que eventos futuros fossem ainda mais prósperos. É claro que deve ser consideramos menos importante a realidade no tocante ao eficaz desfecho dos movimentos, em contrapartida é preciso entender todo o contexto histórico que se tornou necessário evidenciar os movimentos sociais, inclusive os mais proscritos e debilitados, que eram objetivados por ecoar as demandas dos indivíduos, que muitas vezes eram ocultadas. Esses agrupamentos vieram para reforçar os ideais dos membros, alcançar novos parceiros e fragilizar os opositores.

Seguem com a mesma finalidade as próximas duas notas: “Movimento de Canteiros. Várias pedreiras estão paradas” e “As greves dos tecelões. Patrões que se submetem”. Nas quais são informadas as realizações dos movimentos grevistas e as companhias dos trabalhadores. Dessa forma, enuncia-se a autoridade dos movimentos, que apesar de bem arranjados, não eram ainda sólidos e avidamente propagados. E mesmo que dentro deste contexto, já haviam conquistado muito com suas lutas. Ainda do excerto é possível averiguar que eram utilizados dois princípios de execução política de conjuntos episódios, como em: “Além do comício realizado na praça pública, celebrou-se num salão do bairro Cambuci uma reunião”; e dos âmbitos de otimismo excessivos em que se construíam, como em “uma festiva reunião de propaganda”. Reforcemos que não vale se apegar na autenticidade dos feitos que eram divulgados, porém cabe entender as reais motivações históricas que culminaram na propagação de movimentos populares e

quais as formas que podiam e eram realizados e em quais âmbitos sociais isso era transmitidos e reforçados.

Realizando uma comparação similar à contestação de que o pobre é vadio, comparação que representa uma contraversão inadequada de acusação, podemos encontrar uma quase imperceptível declaração: “sua sede no bairro, onde instalará uma sala de leitura e realizará sessões de propaganda social”. Muito além do que a comunicação da instalação de um local que representa os movimentos sociais, é a comunicação de um local para ler e propagar. Neste momento, com a presença de outras comunicações realizadas no periódico, esse discreto anúncio se torna banal, entretanto não podemos tirar sua representação de alto grau de importância. É claro que não necessariamente de forma intencional, mas o emissor faz uma objeção em relação a associação inadequada de que toda a classe operária é ignorante e analfabeta. Dentro de um contexto totalmente segregativo e retrógrado, no qual buscam atentar de forma aniquiladora os trabalhadores, o jornalista de *A Plebe* demonstra com o simples ato de escrever toda a contestação, já que combate diretamente toda a relação equivocada, e comumente exposta, dos trabalhadores com adjetivos como agressivos e rudes, além do extremismo relacionado aos ativistas sociais.

De forma discordante do esperado pela burguesia, é possível ver que em *A Plebe*, os trabalhadores e ativistas se associam à episódios de fala e escuta, escrita e leitura. E é dentro desse contexto que os anúncios ocupam posições de importâncias, ao ser essencial para o prepara de uma racionalidade dos grupos operários, isso se deve ao fato de que não eram publicados quaisquer conceitos, mas sim “propaganda social”, isto é, em outros termos a delação dos abusos cometidos pelos capitalistas e, conseqüentemente, construir uma consciência crítica no povo. O que mais nos importa ressaltar neste momento é que essas ocasiões de fala e escuta, leitura e escrita eram realizadas por “feita por camaradas nossos”, ou seja, o emissor se dedica em dizer que os que estavam em destaque eram tinham relação intrínseca e correspondente aos que estavam ouvindo. E isso é relevante, dentro do momento histórico marcado pelas hierarquias.

Mesmo que não realizamos um detalhado estudo neste sentido, foi possível detectar uma breve disparidade entre os textos da seção “Ação obreira” quando comparados aos de outras seções do periódico, ainda que existissem ditos como “esse hediondo crime da burguesia rapace” e “uma situação verdadeiramente intolerável,

devido à ação aladroadada dos patrões, insaciáveis sanguessugas sociais”, podemos observar escritos menos afervorados, com linguajar mais simplistas e menos eloquência. Era possível detectar maior regularidade expostos vigorosos, com construções mais sofisticadas, linguagem mais aprimorada e discursos mais empolados, que tinham como objetivo serem mais bem arranjados. Não é possível concluir que essas divergências cumprissem algum objetivo de se comunicar com o povo operário e, ao mesmo tempo, apartar das relações com a ignorância. Independente das finalidades, foi possível verificar uma mídia revolucionária, mesmo que de forma branda, aos discursos adversários aos trabalhadores.

Nas edições de *A Plebe*, era possível ver, de forma frequente, discursos que utilizavam da mudança, de forma mais específica, identificavam falsas indicações nos valores mercantilistas, objetivados por criar uma disparidade e com acusações buscando tornar possível seu desmantelamento. Salvo algumas exceções, facilmente encontram-se ditos burgueses como: “o pobre o é porque quer, porque é vadio”, fala que facilmente é rebatida com evidências das excessivas cargas realizadas pelos trabalhadores, explorados pela burguesia; “o proletário é rude e iletrado”, também facilmente contradita pela maior adversidade para a realização das práticas de fala e escuta, escrita e leitura; “a eloquência dos doutores é admirável”, rebatida no que diz respeito a intenção do mais ilustre representante, Rui Barbosa, em que se considera que a eloquente oratória não passava de excesso de tagarelice. Em uma última oportunidade, o jornalista evidencia a oposição entre a fama e a presunçosa oratória de Rui Barbosa, o que apenas evidenciava sua inaptidão para exercer a política. Voltando para *A Plebe*, olharemos para outra redação que demonstra a oposição dos ditos dos militantes populares com as ações da burguesia:

Por ocasião da série de sermões realizados na matriz do Braz, pelo revmo. San Detole, tive o ensejo de assistir a uma palestra entre ele e alguns camaradas que, em comissão, foram convidá-lo para uma controvérsia.

O ilustre prelado, depois de justificar a sua negativa, entreteve-se em fazer alarde da sua alta posição social, de privilegiado, de príncipe eclesiástico, comparando-a com a humilde condição dos propagandistas dos partidos avançados.

Discorria, com ênfase e sensualidade, detalhando a sua opulenta vida de apóstolo do Cristianismo, esquecendo-se da humildade de origem dessa seita, que, segundo a mitologia, teve por chefe um plebeu, um boêmio, que passou a vida entre os maltrapilhos.

“Na Itália – dizia o discípulo de Loyola – enquanto os delegados das câmaras de trabalho e dos grupos subversivos que viajavam nas estradas de ferro ocupavam os carros da 3ª. classe, eu e minha comitiva ocupávamos os da 1ª. Enquanto eles se instalavam em hospedarias da escória social, nós éramos conduzidos em automóvel aos hotéis de luxo.” “Como veem, acrescentava, passando a mão alva sobre o rosto

efeminado, apesar da minha idade madura, ainda conservo o vigor da juventude...”
(...)

Os privilegiados, os que desempenham funções políticas ou religiosas elevadas e bem remuneradas, podem, por um momento, julgar-se superiores, grandes, colocados nos cumes das montanhas, no pináculo da glória, mas estudando, analisando bem a sua situação chega-se à conclusão de que ainda não saíram do vale, que a sua personalidade é supinamente mesquinha.

Para eles não existem garantias constitucionais, não vigoram as liberdades de reunião, de imprensa e de palavra. Ainda não conquistaram o direito de opinião.

Na tribuna, na escola, na imprensa, etc. dizem o que não querem dizer, ensinam o que lhes repugna ensinar, escrevem o contrário do que pensam.

Nós disputamos palmo a palmo as liberdades do povo. Da pena fazemos aríete de combate, pondo em evidência os crimes, as mentiras e o ridículo das instituições vigentes, assim como das suas doutrinas, dos seus princípios inócuos e funambulescos.

Na praça pública instalamos a tribuna popular, de onde lançamos, desassombadamente, sobre a horda parasitária e tirânica os nossos anátemas, fulminando-a com nossa crítica despiedada e com os potentes raios de nossas ideias.

A redação com o título “Pigmeus e gigantes”, de Primitivo Soares. Onde o autor descreve o que vivenciou ao assistir a “palestra” com o revmo. San Detole e seus companheiros. Em todo o texto, passando pelo chamamento e a negação do religioso, o autor descreve várias contestações. De um lado se o “revmo. San Detole”, “ilustre prelado”, com suas alegações, do outro o coletivo “em comissão”, os “camaradas”, que eram “propagandistas dos partidos avançados”. E, exceto pelo momento do convite, ao tratar dos “camaradas” não se direciona de forma direta, fazendo com que os pregadores não deixam nunca seu posto de silenciados.

Sob outra perspectiva, expõem-se pormenorizadamente características do “ilustre prelado”, retratando um sujeito que indiscriminadamente fala, que já realizou uma “série de sermões” e que tentou “justificar a sua negativa”, sempre fazendo um “alarde da sua alta posição social” e contrastando com a “humilde condição dos propagandistas”. Completando o cenário catastrófico, exageradamente o religioso exhibe aquilo que deveria estar ausente: “Discorria, com ênfase e sensualidade, detalhando a sua opulenta vida de apóstolo do Cristianismo”. Além disso, evita ali uma referência a um dos valores primários que marcam o grupo social a que ele pertence: “esquecendo-se da humildade de origem dessa seita, que teve por chefe um plebeu, um boêmio, que passou a vida entre os maltrapilhos”. Ademais, o dito de San Detole demonstra afeição a valores como a futilidade. Em seguida, o autor, Primitivo Soares, evidencia já no título que “gigantes” não passam de “pigmeus”: “Os privilegiados podem, por um momento, julgar-se superiores, grandes, colocados nos cumes das montanhas, no pináculo da glória, mas

estudando, analisando bem a sua situação chega-se à conclusão de que ainda não saíram do vale, que a sua personalidade é supinamente mesquinha”.

Inferiores eram “os que desempenham funções políticas ou religiosas elevadas e bem remuneradas”, proporcionalmente ao que conseguiam triunfar sobre “o direito de opinião”. Em relação à exteriorização popular dos favorecidos, o locutor os coloca para pensar sobre a realidade e as declarações contrárias: “Na tribuna, na escola, na imprensa, etc. dizem o que não querem dizer, ensinam o que lhes repugna ensinar, escrevem o contrário do que pensam”. As motivações dos publicistas anarquistas e seus apoiadores eram antagônicos “gigantes”: “Nós disputamos palmo a palmo as liberdades do povo. Da pena fazemos aríete de combate, pondo em evidência os crimes, as mentiras e o ridículo das instituições vigentes, assim como das suas doutrinas, dos seus princípios inócuos e funambulescos”. As declarações, realizadas em primeira pessoa do plural, se correlacionam com as lutas pela independência popular, as quais retratavam nos textos jornalísticos anarquistas os absurdos da mediocracia.

O meio usado para redigir esses textos era considerado “aríete de combate” e a forma como eram propagados exerciam a mesma função. Entretanto, essas realizações não emergiam em quaisquer locais. Mencionados nos poemas de Castro Alves reforçados pelas vozes de Sara e de Sérgio Ricardo, em *Terra em transe*: “A praça! A praça é do povo, como o céu é do condor”. Neste sentido, expressos sempre como um grupal “nós”, Primitivo Soares comunica o surgimento desse novo local de expressão: “Na praça pública instalamos a tribuna popular, de onde lançamos, desassombadamente, sobre a horda parasitária e tirânica os nossos anátemas, fulminando-a com nossa crítica despiedada e com os potentes raios de nossas ideias”. Dentro deste sítio, que o povo é senhorio, apenas um púlpito “popular” deveria ser firmado, com interesse em abominar os crimes conduzidos pelas seitas burguesas. As elocuições deveriam ser intensas (“anátemas”, “fulminando”, “crítica despiedada” e “potentes raios”), já que o adversário era bem definido como déspota sanguessuga, também porque o emissor compreende o axioma do mundo desmerecedor e ainda justificado pelos prejuízos populares causados pelos abusos do mundo mercantilista. Obviamente, não era simples, todavia, era precioso acatar a função popular neste movimento.

Na publicação de número dois de *A Plebe*, fora os escritos de Roberto Feijó, que estava focado em acusar a “tagarelice” de Rui Barbosa, há textos que exprimem sobre os discursos populares. Logo na página inicial, podemos ver uma coluna chamada “Sermões

ao ar livre”, a qual foi redigida por Zeno Vaz, conhecido como um dos heterônimos de Gregório Nazianzeno Queirós Vasconcelos, e que desvendamos não serem secretos tanto a obra quanto o autor, Sébastien Faure. Assim como citamos, Sébastien esteve a frente da batalha que visava a enunciação popular e seu afã foi resumidamente exposto na edição, realizada dezoito anos depois, *L'orateur populaire*. Vaz divulga que recebeu o periódico de Faure, através de quebra-cabeças repletos de objeções, entre dúvida e fé, delicadeza e poder, passado e futuro:

Quando a treva é densa, o atalho é rude e a jornada é incerta e perigosa, uma trêmula luzinha de candeia brilha aos nossos olhos com o fulgor duma estrela. Ela dá firmeza aos nossos passos e esperança ao nosso coração.
Eis porque é tão grande a nossa alegria quando recebemos o jornal que Sebastião Faure publica em Paris, *Cequ'il faut dire...* – “O que é preciso dizer”, nesta hora trágica. No entanto, que é um jornal anarquista nesta horrível conjuntura? Na aparência, quase nada, menos do que antes. Mas é como brasa ardente, que no lar ficou do lume vivo de ontem para reascender as fogueiras crepitantes de amanhã.

Ao expressar, também na segunda edição, o acontecimento de um agrupamento, o emissor, nesta ocasião, de forma anônima, cita a motivação e o propósito de sua realização, além de apresentar os organizadores, data e local que aconteceu. Especifica ainda o desfecho vitorioso e transcreve os pontos de vistas tratados ali. Consistiu-se, basicamente, de amostras de amparos e fúria dos trabalhadores fabris de São Paulo para com os do Rio de Janeiro, motivados pela catástrofe ocorrida que foi informada publicação anterior de *A Plebe*, que contou com os títulos: “Os crimes da burguesia”; “O horroroso desastre do Rio” e “Numerosos trabalhadores sacrificados em holocausto à ganância dos argentários”. De forma habitual, um escrito repleto de julgamentos, neste trecho instrui o leitor acerca do que havia ocorrido: “Com o desabamento de um grande prédio em construção, ficaram soterradas algumas dezenas de operários, surpreendidos na insana labuta para o magro ganha pão”. E foi motivado por isso que foi realizada a reunião no bairro do Braz, sendo descrita em 16 de junho de 1917:

O horrível desastre do Rio Comício de protesto no Braz

Querendo secundar aqui a manifestação de protesto do proletariado carioca contra a conduta criminosa da burguesia que, com a sua insaciável ganância, provoca os desastres horríveis, como o do Rio, a Liga Operária da Mooca promoveu um comício no domingo, realizando-se ele à noite, no largo da Concórdia, com numerosa concorrência.

Ao lembrarmos o motivo de Rancière ter usado *A noite dos proletários* como título de sua obra, e que nada teve de figurada, sendo explicado porque “a transformação

do mundo começa no momento em que os trabalhadores normais deveriam desfrutar do sono tranquilo daqueles que têm um trabalho que não os obriga a pensar”, e ainda é necessário compreender a magnificência de algo que parece banal: “um comício no domingo, realizando-se ele à noite”. Explicado sobre sua realização, o autor deixa evidente que buscou construir uma “história dessas noites subtraídas à sequência normal de trabalho e descanso; interrupção imperceptível, aparentemente inofensiva, do curso natural das coisas, na qual se prepara, se sonha, se vive já o impossível: a suspensão da ancestral hierarquia que subordina os que se dedicam ao trabalho com as próprias mãos aos que foram contemplados com o privilégio do pensamento”. E segue articulando que são: “Noites de estudo, noites de embriaguez. Jornadas de trabalho prolongadas para ouvir a palavra dos apóstolos ou a lição dos instrutores do povo, para aprender, sonhar, discutir ou escrever”¹⁰. Ao informar o lugar, o Braz, e hora do agrupamento, somos expostos a uma relação com o dito já citado de Bruna – trabalhadora da tecelagem no bairro do Braz -, mas que aqui apresentamos: “_Puxa! Que esse domingo não durou... Os ricos podem dormir à vontade”¹¹.

Como era possível verificar em periódicos anteriores de *A Plebe*, torna-se evidente, novamente, a grande adesão dos trabalhadores na Liga Operária da Mooca com: “numerosa concorrência”. E como já foi dito no presente texto, não podemos ignorar as expressões dos discursos. Assim sendo, é preciso citar sobre as referências utilizadas para a escolha da data e local, além do número de adeptos. No entanto, se não for correto imputar a escolha lexical e gramatical, através de como o locutor constrói o texto da mensagem que pretende expor, de forma totalmente consciente de sua parte, também nos faz liberado interpretar que as escolhas realizadas por ele não são meras coincidências. Diante de uma vasta possibilidade de escolhas de palavras, compreende-se que o que foi dito é aquilo e não outra coisa, ou seja, nos deparamos com a realização de convicções dentro dos discursos que são entendidas como a disparidade entre o que foi dito em relação ao que poderia ter sido. Dentro deste contexto, existem dois lados, um que reflete a escassez do falamos de forma efetiva baseando-nos em nossos próprios valores, e por outro lado, a relação cultural do momento vivido que determina o que pode e o que deve ser falado, além das significâncias do que dizemos.

¹⁰Ranciére, *op. cit.*, p. 9-10.

¹¹Pagu, *op. cit.*, p. 19.

O trabalho da construção de críticas exige que entendamos seus produtos, ou seja, das mensagens que recebemos e como infligimos significação. Ainda que estejamos falando da interpretação, precisamos nos atentar ao que envolve o estabelecimento de certas diretrizes e cortes. Assim, por este motivo, de tudo que foi citado na redação “O horrível desastre do Rio” / “Comício de protesto no Braz”, o que mais nos interessa ressaltar é o último parágrafo, em que se faz diretamente uma citação aos ditos populares. Existem diversas evidências desse discurso direto, nesse caso usaremos algumas menções, com objetivo de demonstrar a forma que foi realizado. Podemos começar com “Vários companheiros”; no qual o “Vários” poderia facilmente ter sido substituído por “Poucos”, por “Alguns”, por “Inúmeros”, entre outros, enquanto “companheiros” poderia ter sido substituído por “senhores”, por “militantes”, por “sectários” etc. Depois, observemos que combina de forma excelente com o que vem depois: “fizeram o uso da palavra”, que poderia ter sido substituído por: “discursaram”, “deram provas de sua eloquência” ou “embeveceram a massa com sua oratória”, e mais.

Detalhemos que as seleções de palavras tinham como objetivo passara a sensação de que os presentes eram libertários e igualitários, sóbrios e despojados. Dentro deste cenário não eram “poucos”, mas “vários”, o que significava que não eram nem mais e nem menos, e também estavam caminhando em um mesmo sentido que o enunciador de *A Plebe*. Eles apenas fizeram “uso da palavra”, pois buscavam a propagação da realidade, buscando equidade. Dessa forma, estimulam duas vertentes: avançar contra os inimigos e conquistar mais apoiadores à causa.

Na reunião realizada no Braz, não houve poucos pregadores e muito menos extensos discursos, apenas o uso da palavra. Foi lá que os “vários companheiros” acusaram “a ação infame dos argentários” e estimularam “os trabalhadores à luta ativa e decidida contra os ladrões e tiranos do povo”. Nesses casos, não bastava saber as ações dos burgueses, mas também revelar os absurdos cometidos, o que significava mostrar tudo que faziam à classe operária e os benefícios dos quais se aproveitavam. Para mais, eram além de uma ação qualquer, já que esta era muito bem definida como “infame”; feita por “argentários”, ou seja, sujeitos avarentos que apenas buscavam os lucros, considerados como “os ladrões e tiranos do povo”; melhor dizendo, buscavam o lucro a qualquer custo, mesmo que isso significasse serem cruéis, explorando e atormentando o povo trabalhador. É dentro deste contexto que ansiavam por ainda mais apoio de seus

companheiros na luta contra os assustadores. E buscavam desenvolver a sapiência coletiva sobre o que sofriam, culminando em uma disputa “ativa e decidida”.

Em “Mundo operário. Ação obreira”, podemos encontrar comunicações de greves e sindicalismo, realizando menções aos acontecimentos das expressões do povo dentro desses episódios, como, mobilizações, protestações e movimentações operárias.

Sucedem-se as greves

Solidariedade e Entusiasmo

Os tecelões na fábrica Rodolpho Crespi

Cerca de 400 operários da fábrica de tecidos Rodolpho Crespi, situada no bairro da Mooca, declararam-se em greve reclamando um pequeno aumento de salário e a abolição do trabalho noturno pelas turmas de operários que trabalham de dia.

Não contente o explorador Crespi com fazer os operários trabalhar umas 13 horas diárias, quando na Rússia os trabalhadores já conquistaram a jornada de 6, pretendeu acabar, de repente, com a vida dos que produzem para ele, obrigando-os a trabalhar também à noite, até as 23 ou 24 horas.

Os operários, como é natural, negaram-se a obedecer a estúpida e proterva ordem do burguês e abandonaram o trabalho.

Assistimos a algumas assembleias dos grevistas, podendo constatar que estão possuídos do maior entusiasmo e decididos a persistir na greve, provocada pelo patrão, até que este resolva aceitar as condições que exigem para voltar ao trabalho.

(...)

Os canteiros

Em S. Paulo, Ribeirão Pires, Cotia e Itaquera

Em todas essas localidades continua a greve generalizada dos canteiros, os quais, como já noticiamos, exigem aumento de salário, para poderem atender à sua manutenção, pois o que vinham ganhando era absolutamente insuficiente, e cada dia se tornava mais escasso ante o aumento constante dos preços dos gêneros de primeira necessidade.

Os proprietários das pedreiras, dentre os quais se destaca o sr. Ferrari, entenderam que os operários poderiam trabalhar sem comer, e, por isso, fazem contratos baratíssimos, contando de antemão com os fabulosos lucros que hão de tirar, obrigando os operários a trabalhar quase de graça, e impondo-lhes a compra de gêneros deteriorados a preços exorbitantes.

O operário que se nega a realizar suas compras no armazém do patrão é despedido do trabalho.

Por estes fatos deve-se avaliar as razões que obrigaram os operários a abandonar o trabalho.

No domingo, 10 do corrente, os grevistas de Ribeirão Pires realizaram um comício em comemoração do aniversário da fundação do Sindicato, tendo falado vários camaradas sobre as causas do movimento grevista, sobre a criminosa exploração patronal, encorajando os operários a continuar com tenacidade o movimento de reivindicação.

Outros companheiros falaram também sobre os diversos problemas operários e sociais, terminando o comício no meio do maior entusiasmo dos assistentes.

Liga Operária da Mooca

Esta associação vai em franca prosperidade, pois durante estes últimos dias recebeu a adesão de mais de 600 operários de ambos os sexos.

Este fato demonstra que a classe operária se preocupa das suas reivindicações e não espera senão de seus próprios esforços o seu direito à subsistência e à liberdade.

A sua sede acha-se instalada em um amplo local, à rua da Mooca, 292 B, onde sempre se encontram reunidos numerosos operários, que discutem com interesse e calor as questões operárias e sociais.

Encontrados na seção “Mundo operário. Ação obreira”, ainda apresenta: “Na Comp. De Indústrias Têxteis da Mooca”, “Em S. Caetano / O Sindicato dos Laminadores em atividade”, “Os Chapeleiros”, “O corporativismo da União dos Canteiros”, “Sindicato Gráfico” e “Alerta. O Movimento operário e a polícia”. Entretanto, nas últimas citadas não existiram registros sobre os discursos populares, essas citações ocorrem apenas no trecho transcrito acima. Já no primeiro texto, o autor escreve em primeira pessoa do plural e garante ter testemunhado “a algumas assembleias dos grevistas” e averiguado que os movimentos dos trabalhadores estavam “possuídos de maior entusiasmo e decididos a persistir na greve”. Assim é a argumentação de quem vê algo novo e sem intermediadores, que permite de forma mais credível a existências daqueles agrupamentos sociais, porém também atributos dos envolvidos, ou seja, sua situação ávida e determinada, desde que fossem vistas por aqueles que defendem ideais opostos, neste caso, conservadores. E ao invés de apresentarem os membros dessas reuniões como entusiastas, determinados e persistentes, eles são vistos como ansiosos ou mesmo ansiosos, manipuladores, relutantes e teimosos, se não furioso., radical e perigoso.

Não segundo texto, o autor se afasta dos acontecimentos que irá relatar, já que usa a terceira pessoa, não deixando evidente, mesmo que por vezes pareça, que presenciou a conferência. O jornalista escreve sobre a data, local e motivação do acontecimento do comício, no qual, mais uma vez, “vários camaradas” foram ouvidos. O que foi falado sobre a utilização de: “Vários companheiros” e “fizeram o uso da palavra” serve também para: “tendo falado vários camaradas”. Ainda que de forma relativa entre a redação sobre a reunião operária no Braz e o excerto sobre os ditos sempre intimamente relacionados às lutas dos trabalhadores em busca de equidade: “as causas do movimento grevista” e “a criminoso exploração patronal”. Ademais, visavam também propósito

menos valorosos: “encorajando os operários a continuar com tenacidade o movimento de reivindicação”. Por fim, é impossível ignorar o sentimento gerado para o povo presente naquele comício. Não obstante, a execução mais igualitária ocorrida das reuniões em Ribeirão Pires – quando contrastada com outras situações de discursos populares, em que o papel do emissor, exercido por um ou mais superiores, e dos receptores, exercidos por grandes públicos em anonimato que não tinham o privilégio do dito –, menos assim, existe uma diferença entre quem fala e quem ouve, já que de um lado estão os “companheiros” que “falaram sobre os diversos problemas operários e sociais”, do outro lado o resultado: “maior entusiasmo dos assistentes”.

No terceiro texto relacionado à Liga Operária da Mooca, descreve um caminho de exitosa expansão dos públicos adeptos e das crescentes associações. Importante nos atentarmos ao fato de que a utilização da terceira pessoa durante a escrita fosse além do padrão de escrita jornalística, mas que representasse um certo afastamento entre o escritor e a escrita, talvez marcado pelo interesse de passar confiabilidade para a obra. O autor cita a ampla quantidade de trabalhadores que estavam se associando à Liga e também a existência do apoio tanto de homens quanto de mulheres: “mais de 600 operários de ambos os sexos”. Tanto que os morfemas “o” e “s” marcavam o masculino “neutro” plural de “operários”, já que poderia incluir mulheres trabalhadoras, mas aparenta não ter sido o bastante. A forma como o fez foi única, por determinar uma menção mais forte que apenas o neutro comumente utilizado. Ocorre ainda uma repetição dos valores libertários, onde o próprio povo sofredor deve buscar seu desencarceramento: “a classe operária se preocupa das suas reivindicações e não espera senão de seus próprios esforços o seu direito à subsistência e à liberdade”.

Proferimos, em último espaço, de forma não menos relevante, apenas por exercício do foco escolhido para o trabalho, que as bases tinham endereços amplamente divulgados, era: “um amplo local”, localizado “à rua da Mooca, 292B”. E de forma alguma não haviam espaços para desídiás e atividades incertas, já que era um local “onde sempre se encontram reunidos numerosos operários”. Assim, sempre haviam ocupações, da mesma forma que sempre haviam operários. E claro, se a localização é exata, com espaço amplo e sempre bem frequentado, os presentes sempre aproveitavam para debater sobre “questões operárias e sociais”. Os debates ali realizados eram sempre motivados pelas questões dos operários, já que eram de “interesse” e eram ouvidos com “calor”. De forma opositiva, já que os operários eram tão envolvidos para serem “massa

imbecilizada”. Ainda na mesma publicação de *A Plebe*, o autor relata sobre um ato religioso, em que “a rançosa gente das sacristias” fazia o povo cantar “Queremos Deus como nosso pai / Queremos Deus como nosso rei”. E de forma contrastante, enquanto no culto religioso o povo dava “uma demonstração de sua deplorável subserviência” o editorial deu um “rubro pendão subversivo, desfraldado ao vento” para mostrar “o protesto da geração nova que trabalha para conduzir o povo à sua emancipação”. Podemos observar que em nenhum momento é citado que aqueles movimentos populares induziam o povo, mas sim que guiavam para o processo de passagem da subserviência para a libertação.

A publicação seguinte de *A Plebe*, também no setor “Mundo Operário”, ocorreu a enunciação sobre como os trabalhadores estavam se organizando e todas a movimentação grevistas.

Liga Operária da Mooca

Inaugura-se a sua sede com uma entusiástica sessão de propaganda

Alguns camaradas e seus companheiros discursaram e, falando da questão social, demonstraram que a organização trabalhadora só corresponderá às necessidades do movimento tendente à emancipação proletária, se não se deter nas lutas para as pequeninas e nulas melhoras imediatas e, ao contrário, trabalhar com o fim de conduzir a classe trabalhadora à Revolução Social.

As ideias de nossos companheiros foram acolhidas com entusiásticas demonstrações de simpatia.

Foi uma bela noite de propaganda, que terminou com as rubras estrofes da *Internacional*.

Foi fundada a Liga Operária da Lapa e Água branca

No Cinema-Teatro da Lapa e com a presença de algumas centenas de trabalhadores, realizou-se na quarta-feira, à noite, uma reunião convocada a fim de ser constituída a Liga Operária daquele popular arrabalde.

O companheiro Edgard Leuenroth, depois de falar sobre a situação desesperadora do proletariado e de patentear a necessidade da luta contra a dominação da burguesia, deu leitura, acompanhada das necessárias explicações, das bases de acordo compiladas pelos reorganizadores da União Geral dos Trabalhadores e adotadas pelas Ligas da Mooca e do Belenzinho.

Consultados, os assistentes aprovaram-nas, devendo essa aprovação ser ratificada na primeira assembleia da Liga, convocada pela Comissão Organizadora, para a qual foram indicados oito operários.

As listas de adesões distribuídas reuniram um bom número de sócios.

No primeiro texto, enquanto é citado sobre os resultados da democratização do discurso em: “Alguns camaradas e seus companheiros”, ocorre um efeito contratante entre o: “fazer uso das palavras” com o primeiro uso de: “discursaram”. Dentro de quatro

edições de *A Plebe*, era a primeira vez que os “camaradas” e “companheiros” eram associados a realização de discursos, referindo-se aos usos das formas já mencionadas, que foram utilizadas pelos locutores dos editoriais para referirem-se às oratórias dos operários naqueles contextos, quanto a outros elementos da linguagem em que ocorre. Embora as performances dos ditos fossem originalmente relacionadas à palavra “discursar”, em sequência o autor complementa menos cerimonioso: “falando de questões sociais”. Mais tarde, acrescentaram duas palavras aos “discursos”, que se relacionam novamente com o desmantelamento dessas falas populares, quando se referem principalmente aos conteúdos ali veiculados: “ideias” e “propaganda”. Referindo-se a essas “ideias”, o locutor expressa com as mesmas palavras utilizadas pelos operários: “nossos companheiros” – e caracterizando sua recepção positiva no ambiente: “foram acolhidas com entusiásticas demonstrações de simpatia” e “Foi uma bela noite de propaganda”.

No segundo, destaca-se um dos discursos públicos à noite na reunião do Cine-teatro da Lapa para a criação de mais uma Liga Operária. Interveio o próprio autor de *A Plebe*, Edgard Leuenroth, cujo nome é precedido e definido pela frase “O Companheiro”, conferindo-lhe o status de defensor da causa operária., a qual se inclui a fala, leitura e explicações, os três modos de escuta que correspondem a essas três práticas linguísticas: “falar sobre a situação desesperadora do proletariado e de patentear a necessidade da luta contra a dominação da burguesia”, presumindo-se um recebimento afável do que era falado, no qual a leitura apontava a apresentação de textos normatizadores, nítidos e que não se isentam de uma escuta ativa. Por fim, as justificativas implicam, principalmente porque lhes são atribuídas como “necessárias”, uma receptibilidade não involuntária e não pode prescindir da mediação de uma metalinguagem simplificada e de um falante mais fortemente treinado. Este último é um “companheiro”, não como os outros, pois os refinamentos que faz a partir do que lê lhe conferem certa força e distinção no campo do saber.

Já em 30 de junho de 1917, última editoração de *A Plebe* antes de julho, mês no qual ocorreria a famosa Grande Geral. A seção “Mundo operário” apresentou um subtítulo: “Contra a escravidão industrial / Prossegue o movimento grevista”. Neste momento, em um segundo apontamento evidencia a fala popular “companheiros”:

O comício de domingo

Conforme noticiamos em nosso número anterior, foi realizado domingo à noite, no Largo S. José, o comício promovido pela Liga Operária do Belenzinho, a fim de tornar pública a solidariedade do operariado com os trabalhadores do Cotonifício Rodolpho Crespi, forçados a abandonar o trabalho pela ganância do refinado explorador *cavallière*.

Não obstante ser avultada, a concorrência que a ele afluiu, não foi a que era de esperar, dada a sua importância.

Atribuiu-se isso ao fato de pouco antes ter sido realizada uma outra reunião obreira também provocada pelo movimento dos tecelões. É de esperar que isso não torne a suceder, procurando-se sempre preparar devidamente as nossas manifestações públicas para que elas possam ter o êxito necessário.

Entretanto, o *meeting* correu, mesmo assim, bastante animado, subindo à improvisada tribuna cinco companheiros e uma companheira, que, com desassombro, denunciaram o infame proceder do ganancioso argentário em questão e de toda corja burguesa.

A assistência deu fartas demonstrações do seu apoio às palavras dos nossos companheiros, acolhendo com visível simpatia a propaganda das nossas ideias.

Terminando o comício, uma parte dos operários se dirigiu para a sede da Liga Operária do Belenzinho, onde um camarada fez um breve discurso.

Sem demora, depois da acusação dos excessos de ganância por parte dos capitalistas e a exposição da reunião operária, ocorre um queixume acerca da baixa adesão, muito menor do que prevista. Obviamente, a lamentação era justificável, pois o periódico anterior não só noticiava o evento organizado pela Liga Operária do Belenzinho, mas, antes de tudo o texto, convidava os operários para participarem da manifestação tão aguardada. Apesar dos anseios “a concorrência que a ele afluiu” foi “avultada”. Pela falta de organização por conta da ocorrência simultânea de dois comícios, observou-se certa perturbação no movimento operário, que foi recomendado não se repetir devido ao enfraquecimento das reuniões trabalhistas. A reunião é então descrita por um ambiente “bastante animado”. A conjuntura “improvisada” deste comício pode referir-se a algum outro elemento da organização dos trabalhadores ou refletir seu afastamento da ostentação. Nesta última suposição enfrente a presença de “cinco companheiros e uma companheira” que não são referenciados de forma individual com a utilização de seus nomes. Nessa ordem, o que na atualidade pode ser interpretado como a desproporcionalidade do espaço de oratória fornecido aos homens e mulheres, passou a ser compreendido como uma prática libertária que não suprime a “companheira”, como certamente é ordem no contexto de ditos populares.

Os ditos e funções exercidas são evidenciados, já que são realizados com muita audácia: “com desassombro, denunciaram o infame proceder ganancioso argentário e de toda corja burguesa”. A acusação é apresentada e reiterada conforme é explicitada na redação de *A Plebe*, com claro teor desfavorável às acusações, ou seja, de forma bárbara,

pois “ganancioso”, de agrupamentos chamados por “argentário” e “corja”. São ditos assim que estimulavam inspiração por parte do povo que os ouviam. Eram considerados pertinentes por denunciarem o que era preciso e considerados despreziosos pela forma como eram executados, já que “palavras dos nossos companheiros” em função da “propaganda das nossas ideias”. Perante “a assistência deu fartas demonstrações do seu apoio” e as aceitou “com visível simpatia”. Dessa forma, não era cabível quaisquer indagações referentes ao que se era possível ouvir. Muito além de representarem um simples apoio, foram “fartas” e a última “visível”.

Ao perpassar e analisar as quatro primeiras edições de *A Plebe* com objetivo de encontrar os registros sobre as falas populares tinha como objetivo compreender os discursos e o simbolismo por eles trazidos, além de desenhar uma linha inicial para aprofundamentos posteriores. Ainda que breve, estar marcado em um jornal libertário muito importante marcavam as oposições entre as ações da elite e dos ditos dos trabalhadores. Desde o início observamos a “tagarelice” de Rui Barbosa e a arrogância de San Detole. O excerto sobre este último fala de uma “palestra” entre ele, um “ilustre prelado” e “alguns camaradas” e retrata em detalhes o que e como o crente se posiciona, além de repetir seu discurso de forma direta, ainda que com o objetivo de reprová-lo. Por outro lado, não existe uma indicação do que e como os “companheiros” falam. A alusiva discrição com que se expõe em *A Plebe* os discursos do povo e as condições de sua atuação popular não demonstram que sejam abandonados. Às vezes, esta seja mais uma tentativa de se separar do conservadorismo e do exibicionismo reconhecíveis no discurso burguês, não obstante embora as formas e os meios da retórica tradicional não faltem, especialmente em redações editoriais mais extensas.

Em apontamentos realizados para as associações trabalhistas e movimentações paredistas, foram evidenciados episódios de manifestações populares, que refletiam em algumas consequências. Os principais são: 1) diversidade mais ou menos individual das pessoas que faziam intervenções, pois nas reuniões operárias havia “vários companheiros”, “alguns camaradas”, entre outras formas, que falavam; 2) a ebulição da política, a grande aprovação das massas às associações, aos encontros programados “numerosos comícios” e “numerosas reuniões”, da mesma forma que “numeroso é o operariado” e “reunião bastante concorrida”; 3) a relação de paridade e íntima relação entre o emissor e os receptores das mensagens, evidenciadas pelas afirmações “nossos camaradas” e “companheiros nossos”; 4) a importância dos temas trabalhados nas ações

realizadas, tratadas “questões sociais” e “questões cruciais à luta operária”; 5) a habilidade dos trabalhadores em relação às práticas de linguagem por meio da fala e da escuta, da escrita e da leitura, como podemos ver em “a propaganda feita em numerosos comícios e boletins”, “uma sala de leitura” e “fazer uso da palavra”; 6) o empenho regado por inspirações gerados pelos ditos e a aceitação do que era possível ouvir, pois os trabalhadores durante as reuniões “discutem com interesse e calor” e oferecem “fartas demonstrações do seu apoio” e “entusiásticas demonstrações de simpatia”; e 7) certa inabilidade dos trabalhadores camponeses em relação aos trabalhadores urbanos, já que o “caipira é analfabeto e ignorante”, e ainda mais disparidade entre os trabalhadores quando comparados aos seus mensageiros.

Dentro das condições de crescimento das associações operárias e seus desenvolvimentos, se tornou evidente que a propaganda desempenhava papel fundamental. Os historiadores perceberam essas nuances, entretanto não se aplicaram em estudar de forma mais profunda sobre a oratória dos trabalhadores, os discursos, nem os movimentos e requerimentos. Ademais, as análises historiográficas permitiriam apresentar com exatidão os valores e ideias dos movimentos sociais. Olhar atentamente para essas fontes, para além do que foi registrado, compreendendo o que era considerado pela elite econômica como a desenvoltura da linguagem dos trabalhadores. O Delegado geral de São Paulo, realizou um relatório, enviado para o Secretário de Justiça e Segurança Pública em 27 de setembro de 1917, descrevendo o libertário Antonio Nalepinski: “Um eloquente orador que agitava as massas operárias com seus discursos inflamados contra a polícia e um dos mais perigosos anarquistas que têm vindo ao Brasil”¹²

¹² Citado por Lopreato, Christina Roquette. *A Semana Trágica: a Greve Geral Anarquista de 1917*. São Paulo, Museu da Imigração, 1997, p. 25. A quantidade e a representatividade de suas fontes, a relevância dos dados e das informações que oferece ao leitor e a acuidade de suas análises não impedem que Lopreato reproduza ideias contidas nos textos que examina, tais como a da grande afluência aos comícios, reuniões e manifestações operárias, e a de que os pronunciamentos ali feitos eram “inflamados”. Já a desconsideração das formulações linguísticas de suas fontes é em boa medida escusada por seu foco e escopo. Isso não significa, contudo, que não haja perdas em sua interpretação, mesmo que a atenção não recaia sobre as práticas e representações da fala pública popular e da escuta popular da fala pública.

Considerações finais

É pouco provável que alguém do povo empobrecido e marginalizado da sociedade brasileira passe pela vida sem sofrer a dor e a violência de ouvir um “Cala a boca!” ou sem sofrer o pungente constrangimento de escutar um “Você não entende nada!”. Dada a frequência e força desse discurso opressivo, não é raro que as próprias pessoas desse povo pensem ou digam: “Eu não sei falar direito!”, “Eu falo tudo errado!” ou “Eu não sei falar português!”. Aqui, nos discursos que detratam a linguagem popular, esse suposto defeito de “forma” tende a se encontrar com uma deformidade de “conteúdo”. Esses discursos reiteradamente afirmam que os sujeitos das classes populares não têm o que dizer nem sabem como falar.

Conforme já fora indicado por outros autores, entre os quais destacamos David (1985 e 2013), Farge (2009) e Piovezani (2020), e conforme pudemos reiterar aqui, os estigmas sobre a voz do povo ultrapassam as barreiras do tempo e as fronteiras do espaço. Da Antiguidade aos dias atuais, em diversos campos discursivos, em gêneros discursivos bastante distintos e mesmo em diferentes posições ideológicas, setores médios e elites tentaram privar o povo de seu direito de fala. Essas tentativas puderam contar com o auxílio de compêndios de retórica e de manuais de oratória. Mais tarde, com o desenvolvimento da imprensa, esse auxílio também estaria impresso nas páginas dos jornais. Esse fenômeno, que aconteceu em várias partes do mundo, também no Brasil (DURAN, 2013). Tanto por seu quase exclusivo silêncio relativo às vozes populares quanto por suas várias recomendações do que formaria e do que disformaria a eloquência, a imprensa brasileira durante praticamente todo século XIX, mas também ainda no século XX, detratava direta ou indiretamente a expressão dos membros e dos porta-vozes do povo. Isso era frequentemente feito por meio deste esquema: uma vez que o bem falar, o expressar-se com elegância e com eloquência, estaria assentado na moral e nos bons costumes e ainda no compromisso com a razão e com a verdade, os distintos oradores alçavam-se como guias, como eleitos, que estariam preocupados com o progresso coletivo (DURAN, *idem*, p. 145-146).

A intensidade e a extensão, a frequência e a potência desses discursos que menosprezam e reprimem a fala do povo indicam que se trata aí de um consenso que ora mais manifesta ora mais tacitamente pretende negar aos trabalhadores o direito de se manifestar publicamente para reivindicar melhorias de trabalho e devida. Um dos efeitos da eficácia dessa quase onipresença discursiva são espirais de silêncio que se

formam entre homens e mulheres das classes populares. Já em circunstâncias em que a resistência proletária consegue romper esses silêncios, entra em cena outro recurso dos poderosos: diante das falas populares que reclamam, denunciam e reivindicam, os discursos hegemônicos depositam o foco na “forma” supostamente deformada do que elas dizem, para mais bem enfraquecer ou até mesmo apagar as coisas ditas. Assim, a voz do povo enfrenta muitas dificuldades para se manifestar e, quando as supera, se depara com outras tantas, que buscam torná-la sem validade. Tudo se passa como se por tanto desagradar os ouvidos burgueses e aristocratas e ainda daqueles que se identificam com as práticas e representações desses grupos, a fala operária não merecesse ter sua “mensagem” ouvida.

Em breves retrospectivas históricas que empreendemos aqui, vimos que o período de ascensão dos ideais liberais, no século XVIII, não alterou a forma de tratamento dado aos membros das classes populares. Apesar da significativa mudança de forma de governo, do fim do absolutismo e até mesmo do fim da forma de acumulação de capital, que passava da escravidão para a forma clássica de exploração da mais valia, os preconceitos contra voz do povo nunca deixaram de se fazer presentes e muito atuantes, fosse pelo veemente repúdio à linguagem popular fosse pelo apagamento de seus dizeres. De modo geral, os trabalhadores nunca deixaram de ser condenados ao mais absoluto silêncio através dos estigmas que lhes foram atribuídos e das violências que sofreram. Eventuais, importantes, mas insuficientes absolvições dessa condenação não foram feitas pelos elegantes júrís burgueses e aristocratas, mas conquistadas com sangue, suor e lágrimas nas lutas e nos levantes das vozes populares.

O menosprezo pelas formas de expressão popular tende a ser assegurado pela posse não apenas dos capitais econômicos, sociais e culturais, mas também dos meios privilegiados de produção e de circulação discursivas que se concentram nas mãos de poderosos e contemplados. Nesse menosprezo são detratadas a língua, a fala e a voz populares: *grosso modo*, a língua estaria eivada de incorreções, a fala, de agressividade, e a voz, de propriedades desagradáveis. Além da língua, da fala e da voz populares, os corpos das operárias e dos operários também são apontados como fonte e lugar de violência e bestialidade. Assim, discursos e práticas dominantes procuram reduzir e, por vezes, até mesmo negar a condição humana aos sujeitos lançados e mantidos na pobreza ou na miséria. A tentativa consiste em recusar o fato de que “todo ser humano é um corpo falante e esse corpo é um lugar de fala por excelência”. É com essa formulação

que Piovezani (2022) comenta um importante aspecto que encontramos na obra de Jean-Jacques Courtine. A partir dela, o autor afirma o seguinte:

A presença de um nosso semelhante é pulsão, promessa, projeto e performance da palavra. Tudo isso se torna ainda mais latente, forte e manifesto com a emissão da voz humana e com a atualização dos atos de fala. Linguistas e filósofos nos ensinam que a voz humana, mesmo quando ainda não articulada sob a forma da fala, já não é mais mero ruído da natureza nem mais rumor bestial. Sua projeção é imediatamente o sinal de um corpo falante, de um ser que pensa, sente e tem algo a dizer. A emissão vocal humana consiste no signo ontológico e histórico de um ser semelhante, de um outro como o eu, porque esse outro não é somente um corpo, mas, um ser humano, cuja voz indica seu querer, seu saber e seu poder dizer algo. Esse outro como um outro eu é ao mesmo tempo um corpo e um espírito, é matéria e linguagem constitutivas de uma mesma entidade. Isso, por sua vez, compromete a divisão metafísica entre natureza e cultura, entre a aparência e a materialidade carnal, de um lado, e a essência e a intangibilidade anímica, de outro.

Sabemos que essa divisão é fundamental para a possibilidade de reduzir o outro humano a elemento da natureza, a pedaço da carne mais barata do mercado ou, ao menos, a ser inscrito em posição inferior de uma hierarquia em cujo topo se situam aqueles que falam com o refinamento de suas almas e espíritos e através de seus corpos brancos, burgueses e bem nutridos. Disso deriva a obsessão dos poderes opressores pela depreciação e pela interdição dos corpos e dos atos de fala de oprimidos, explorados, perseguidos e marginalizados. Todos os corpos são constituídos por marcas de raça e de classe, de sexo e de gênero, de tempo e de espaço. Com base nessas marcas, os privilégios de uns poucos e o abandono de milhões foram instaurados e continuam a ser reproduzidos. Apesar de muitas e profundas transformações históricas e sociais e das importantes, mas, ainda insuficientes, conquistas igualitárias, obtidas a duríssimas penas, essas marcas persistem a reatualizar o abismo que separa eleitos e rebaixados. Detratar o corpo, a voz e a fala destes últimos é passo crucial no propósito de não lhes reconhecer devida e integralmente sua própria condição humana. (PIOVEZANI, 2022, p. 14-15)

Não reconhecer devida e integralmente a condição humana do outro, tanto para manter para si os privilégios de uma fala legítima e valorizada quanto para desprezar, calar e excluir esse outro rebaixado... Eis aí uma razão fundamental dos opressores para a conservação dos estigmas lançados sobre o desempenho oratório e ainda sobre outras práticas de linguagem do povo. Reconhecemos essa ampla e profunda forma discriminatória pelo modo como os sujeitos marginalizados e excluídos são reduzidos a seus corpos e pelo modo como esses corpos são representados e tratados. Numa palavra, eles são concebidos e/ou projetados como elementos de uma rebaixada natureza. Já ao retraçarmos certos fatos e aspectos das condições históricas de produção da greve Geral de 1917, acontecimento a partir do qual surgiram os enunciados formulados e veiculados pelos jornais o *Correio Paulistano* e *A Plebe*, nos deparamos com aquilo que consideramos como um dos alicerces para o aparecimento dos menosprezos sobre a voz

do povo: a atribuição de sua condição animalesca. Esses menosprezos não estão apenas nas coisas ditas sobre a linguagem popular, mas também em silêncios e apagamentos que buscam deslegitimá-la ou calá-la.

No momento em que retraçávamos esses fatos e aspectos daquelas condições de produção, encontramos em Losurdo (2006) vários relatos extraídos de fontes liberais, que tratavam os trabalhadores assalariados como espécimes de menor valor. A desumanização daqueles que dependiam de sua força de trabalho para sobreviver é um elemento recorrente no discurso que produz uma prática de distanciamento desses homens e dessas mulheres da condição operária de uma civilização idealizada pelos liberais. De modo análogo ao que vimos acontecer em vários contextos da Antiguidade e da Idade Média, o pensamento liberal já na Modernidade ainda sustenta a ideia de que as pessoas já carregam consigo um destino dado pela própria natureza e pela esfera divina. As condições distintas entre os sujeitos de classes e grupos sociais diversos derivavam de uma determinação natural: “a relação é a que subsiste entre um superior e um inferior perpétuo” (LOSURDO, 2006, p. 139). Assim, a desigualdade social produzida pela política também se sustentava no discurso religioso, que afirmava que as posições sociais ocupadas pelos sujeitos provinha da “condição em que Deus os colocou”. Porém, não bastava essa defesa do fundamento divino das terríveis desigualdades, era necessário ainda que os próprios desfavorecidos acreditassem na sua “natural” condição natural de desgraça.

Considerando as especificidades e os agravantes de nossa história e de nossa sociedade, particularmente, em relação a esse aspecto do rebaixamento real e imaginário da linguagem popular, no Brasil esses processos e condições da deslegitimação e do silenciamento da voz do povo foram em larga medida reproduzidos e intensificados. Impostos a condições desumanas, escravizados e mesmo trabalhadores mais ou menos livres sofriam por aqui violências atroz de todo tipo e, evidentemente, censuras à informação e à manifestação. A tardia gênese da imprensa no Brasil não foi uma condição natural e carrega consigo esse terrível lastro da história brasileira. A estratégia de dominação da metrópole portuguesa compreendia a busca pelo total silenciamento da informação, fosse das notícias relativas a seu próprio território fosse daquelas a propósito dos eventos externos. Essa também era a política sobre qualquer obra que pudesse chegar ao Brasil. Livros e jornais tinham de passar pelo mesmo crivo: o da censura. A produção e a reprodução propositais de certa ignorância da maioria da

população era uma das maiores armas da Coroa portuguesa para sua manutenção, cujos usos e efeitos compreenderam sua queda bastante demorada.

Entretanto, foi ainda nos últimos suspiros da monarquia que os princípios da imprensa no Brasil efetivamente começaram a se estabelecer, assim como se deu o início das organizações trabalhistas. Não por acaso, foi preciso que o modelo escravocrata, com eventuais presenças de um sistema feudal, fosse substituído pelo republicanismo para que a luta de classes passasse a ser vista com maior clareza. Da senzala para as favelas, da plantação para as fábricas, os trabalhadores cada vez mais se reconheciam como classe explorada. Aqui, soma-se a chegada de trabalhadores europeus no Brasil, cujas formação, vivência e cultura já se identificavam no Velho Continente com uma luta amparada por ideias emancipatórias, em que pese o fato decisivo da série de importantes e aguerridas lutas e práticas de resistência empreendidas por escravizados negros e indígenas, desde o período colonial.

Particularmente, na segunda metade do século XIX, assistimos a um conjunto significativo de modificações nas esferas econômicas, sociais, políticas e culturais. Muito desses modificações derivou da consolidação mais ou menos tardia dos legados das Revoluções do final do século XIX, como a Francesa e a Norte-Americana. A seu modo e bastante tímida e seletivamente, alguns ecos de certos valores e ideias revolucionárias aportaram no Brasil. Com uma economia industrial em desenvolvimento e um interior repleto de recursos naturais, a classe burguesa, aos poucos, ascendia ao poder político na sociedade brasileira sem a necessidade de grandes rupturas. Como que em um governo de transição, o Brasil passou a ter uma modelo político que se abria à industrialização e aos investimentos privados.

Nesse processo, a imprensa passou a ser mais um desses setores em que a classe burguesa investiu e logo se instalou sem que isso significasse uma ampla e efetiva mudança na liberdade de informação. Tão logo ela fora instalada, a imprensa serviu às classes dominantes, que compreendiam aristocracia antiga e nova burguesia, para perpetuar seus interesses. O domínio econômico e político foi, então, atrelado ao poder, diríamos hoje, midiático. A acumulação do capital feita às custas da exploração do trabalho escravo se apropriou do poder da informação. Em larga medida, tudo era concentração de poder e monopólio de informação conjugados. O cenário, portanto, era muito adverso a quem não pertencia ou era beneficiado pelos grupos de poder. Ainda assim, nessas condições profundamente desfavoráveis, surgiram movimentos de

resistência, que, no interior de seus limites, mas com grande coragem e senso coletivo, conseguiram se apropriara de alguns dos instrumentos da imprensa da época.

O advento da imprensa operária no Brasil se deu em boa medida pelas mãos de intelectuais que almejavam melhores condições de vida para a classe trabalhadora. Inicialmente, sua produção mais representativa era a de folhetins que tinham como objetivo conscientizar homens e mulheres sobre a exploração de que eram vítimas. Nomes como Edgard Frederico Leuenroth e Astrojildo Pereira fazem parte da história dessa luta por melhores condições de vida e pelas construções de espaços e de circunstâncias para a organização dos trabalhadores.

Trabalhadoras e trabalhadores puderam se organizar em boa medida devido às mudanças econômicas ocorridas no final do século XIX e no começo do século XX. Aos poucos, o país assistia a uma importante transformação demográfica: contingentes cada vez maiores deixavam os campos das zonas rurais e formavam grandes concentrações de pessoas nos recentes centros urbanos. São Paulo se transforma rapidamente em um polo industrial com uma diversidade cultural nunca vista em todo o país. Podemos observar que há nesse processo uma conjunção entre a dimensão econômica e as esferas sociais, políticas e culturais. A esse emaranhado de fatores decisivos para a construção de massas trabalhadoras com crescente consciência de classe e ora mais ora menos organizadas soma-se a conjuntura encontrada em nível mundial. O continente europeu tinha, então, sua condição de grande pólo industrial do mundo ameaçada e bastante limitada em razão da Primeira grande guerra que entrincheirava principalmente a parte ocidental da Europa. Naquelas circunstâncias, as potências mundiais tiveram que recorrer às periferias do grande capital. Com isso, o Brasil passava a ser, agora, um exportador. O vigor econômico e o crescimento infraestrutural das grandes cidades em nada se assemelhavam com as miseráveis condições em que viviam aqueles que dispendiam sua força de trabalho na produção das riquezas. Essa força de trabalho era subjugada e os trabalhadores encontravam grandes dificuldades para sobreviver e ainda maiores impedimentos para viver com dignidade. Entre outros terríveis fenômenos e fatores da condição operária daqueles tempos, relembremos que a classe trabalhadora era submetida a exaustivas jornadas de até 14 horas diárias e na maior parte dos casos recebia salários que não eram suficientes nem para alimentar suas famílias.

Conforme o país se industrializava e o processo de urbanização se intensificava, os trabalhadores cada vez mais se identificavam com os seus pares. Condições de vida

desumanas era uma realidade frequente no Brasil republicano e foi nessa conjuntura econômica, política e social que se deu a primeira grande greve no Brasil, a greve Geral de 1917. Em uma sociedade com grande efervescência política, os jornais conservadores desempenharam um papel importante e injusto na tentativa de formar uma opinião pública favorável à classe dominante. Com grande tradição devido a seu tempo de circulação e a seus preços atrativos, o *Correio Paulistano* se destacou no desempenho desse papel, uma vez que se tratava de um veículo da imprensa que tinha grande alcance. Durante toda a sua existência, o *CP* nunca teve posição favorável às classes desfavorecidas, sendo sua principal função a de veicular as ideias provenientes das posições políticas das oligarquias paulistas, portanto, posições totalmente contrárias aos movimentos grevistas em 1917.

Em meio a inúmeras notícias sobre a Primeira Guerra, o *CP* ignorou completamente, por mais de um mês, as movimentações dos trabalhadores que já ameaçavam cruzar os braços. Com a clara e deliberada estratégia de omitir qualquer notícia que pudesse dar destaque às ações da classe trabalhadora, o *CP* estendeu ao máximo possível esse silêncio sobre a efervescência operária, sem veicular nenhuma notícia referente ao que então acontecia na cidade de São Paulo naquele segmento social. Essa estratégia foi conservada e desdobrada durante alguns meses até dar provas de seu esgotamento e relativa ineficácia, pois a greve, ao contrário do que a classe dominante esperava, se alastrou por toda a cidade, além de ter tido ecos no interior paulista e em outros estados do Brasil.

Quando não foi mais possível ignorar todo aquele grande movimento operário, o *CP* abriu uma seção especial para tratar do acontecimento, mas sem o devido destaque que a dimensão da greve impunha a uma cobertura da imprensa. A seção denominada pelo próprio veículo como “Agitação Operária”, se encontrava na segunda página do diário, enquanto a primeira continua a ser destinada exclusivamente ao noticiário europeu. O silêncio sobre o movimento operário é um aspecto fundamental do discurso conservador sobre a voz de trabalhadoras e trabalhadores precarizados. Esse aspecto se conjuga com a série de procedimentos por meio dos quais se visa a deslegitimar, condenar e calar a manifestação pública operária. Por essa razão, os protestos foram silenciados até o ponto em que esse silêncio não mais podia se estender. O processo de apagamento e deslegitimação da greve somente foi interrompido pela grande e incontornável dimensão do acontecimento grevista e seu sucedâneo foi a intensificação de um discurso reproduzido há séculos e em diversos quadrantes: o discurso da

estigmatização da voz do povo. Esse discurso se materializa em enunciados que atualizam com maiores ou menores variações esta espécie de lugar-comum elitista e excludente: “O povo não sabe falar nem tem o que dizer”.

Os textos do *Correio Paulistano* apagam durante muito tempo e, depois, detratam o movimento operário e o acontecimento grevista. Pudemos ver, principalmente no capítulo 2, que os homens e as mulheres, cuja sobrevivência dependia do trabalho braçal, eram considerados como seres rebaixados por burgueses, por aristocratas e por sujeitos que não pertenciam às camadas dirigentes e às classes dominantes, mas que se identificavam com elas. Para a construção desse rebaixamento, era importante ressaltar as supostas grosserias e bestialidades proletárias, por meio de comparações diretas ou indiretas com a racionalidade e com a elegância das elites. *Grosso modo*, os homens destas últimas eram considerados muito bem-educados, gentis e eloquentes, enquanto as mulheres eram consideradas muito delicadas e discretas. Eles e elas teriam corpos e, sobretudo, espíritos dotados de alta sofisticação. Em contrapartida, a língua e a fala, a voz e o corpo de trabalhadoras e trabalhadores eram signos de sua excessiva proximidade com o estado de natureza. Por isso, as formas de suas expressões e ainda mais as de seus desempenhos oratórios estariam desinvestidas dos finos e distintos traços da condição humana. Seus corpos se reduziram a gestos agressivos e sua linguagem, a gritos bestiais.

A “falta de compostura” de seus corpos” e as “vaias e gritos subversivos” de suas vozes eram frequentemente referidos pelo jornal, nas relativamente raras circunstâncias em que seus textos tratavam quase sempre indiretamente dos pronunciamentos e manifestações dos membros da classe trabalhadora ou mesmo de seus porta-vozes. Seus corpos populares não seriam adequados ao modo civilizado de se comportar, assim como suas vozes não são agradáveis aos ouvidos; ao contrário, suas posturas e ruídos aterrorizariam a sensibilidade das elites, pois não estariam de acordo com a “desejada ordem” e com o igualmente desejado “comportamento aceitável”.

Ao longo das mais de 60 páginas entre os meses de junho e julho daquele ano de 1917, a produção discursiva do *Correio Paulistano* relativa à cobertura da greve geral foi constantemente marcada pela construção de sentidos que imputavam agressividade e falta de civilidade ao movimento operário. A pretensamente inaceitável posição “hostil” ao patronato é a posição daquelas e daqueles que só poderiam demonstrar sua animalidade agressiva e violenta. Assim, as miseráveis condições de vida e de trabalho dos sujeitos das classes populares, bem como suas denúncias e reivindicações, eram

contornadas e em boa medida apagadas dos pronunciamentos e manifestações das trabalhadoras e dos trabalhadores e ainda de seus porta-vozes.

O que Rancière denomina como a “força do número” aparece em muitos enunciados que nunca individualizam os sujeitos marginalizados e que sempre os trata como um “bando”, um “grupo”, “muitos” etc. Nas relações de equivalência e encadeamento discursivos que se processam nos textos e enunciados do *CP*, decorrem desse tratamento que despersonaliza e desumaniza operárias e operários os efeitos de medo e de ódio que parte da sociedade deveria nutrir pelas multidões proletárias.

As manifestações populares de linguagem não são respeitadas nem em suas formas coletivas nem tampouco em suas formas individuais. Os estigmas e o asco pela voz do povo nem sempre se encontram formulados de modo explícito, mas, nem por isso, deixam de ser uma constante no discurso do *CP*. Na ideologia conservadora e dominante, a desumanização de trabalhadoras e trabalhadores é um ponto fundamental, uma vez que ali há a tendência de se pensar que essas pessoas da condição operária só têm valor como apêndice de uma maquinário. A ferocidade e a agressividade imputadas à voz e às ações dos grevistas, sempre referidos como grupo de desordem, desrazão e violência e nunca em suas formas razoáveis e individuais, são traços constantes que marginalizam, oprimem e, em última instância, excluem a potência de vida daqueles que lutam contra injustiças e desigualdades.

Já o surgimento e a circulação do jornal *A Plebe*, na contramão da linha editorial do *CP*, representaram para os trabalhadores a possibilidade de poder contar com um veículo de valores libertários e populares. A difusão desses valores dava maiores chances de algum sucesso à condição operária nas disputas das consciências de classe, na medida em que concorria para inscrever cada vez mais pessoas no “combate a todos os elementos de opressão que sujeitam o povo deste país”. A ideologia progressista de seu enunciador o coloca em uma relação de desidentificação com o discurso conservador do *CP*. Suas diferenças são marcadas logo de início, na estratégia de anunciar seus objetivos diante da negação dos ideais conservadores.

A Plebe, como um instrumento de propaganda política, usa o discurso dominante para abrir caminhos para alavancar sua posição ideológica. Apesar dessa contraposição, nem sempre os textos e enunciados desse veículo representam o trabalhador de forma despojada dos preconceitos encontrados nas ideologias conservadoras e dominantes. Mais ou menos eventualmente, a forma inferiorizada da condição operária aparece nas

páginas do jornal anarquista, que considera certos setores do povo como “analfabeto e ignorante”.

A capacidade cognitiva dos membros da classe trabalhadora é enfraquecida em um discurso capacitista. A condição materialmente simples do povo é por vezes confundida com sua falta de condição para demandar devidamente suas próprias reivindicações. Porém, diferentemente da posição conservadora, é possível ver na posição anarquista dos enunciadores do *A Plebe* que o trabalhador é dotado de atributos humanos como sua retidão moral e como sua relativa competência de linguagem, apesar de suas limitações. Além disso, algumas passagens das edições do *A Plebe* faziam referências diretas e explícitas às manifestações e a desempenhos oratórios daqueles que eram considerados como antagonistas de seus ideais. No caso, membros da burguesia tiveram seus nomes e pronunciamentos destacados, mesmo que esse destaque servisse para criticá-los.

Em que pesem importantes diferenças entre o *CP* e o *A Plebe*, identificamos um aspecto que aproxima as posições discursivas distintas dos dois jornais. Ambos, cada um a seu modo, dispensam tratamentos diferentes aos membros das elites econômicas, políticas ou sociais e a seus pronunciamentos, por um lado, e aos sujeitos das classes operárias e às suas manifestações e ainda às intervenções de parte de seus porta-vozes, por outro. De modo análogo ao que fazia o *CP*, o *A Plebe* também tende a não reconhecer a individualidade dos sujeitos e das práticas de linguagem do mundo do trabalho. Se, de um lado, não são raros os relatos de manifestações trabalhistas, de outro, esses relatos não compreendem apontamentos específicos sobre quem realiza o desempenho oratório, sobre as propriedades de linguagem dessas manifestações e sobre quem constituía pessoalmente seus públicos.

Posto isso, é preciso acrescentar que, ainda que o jornal anarquista não tratasse de forma específica de quem falava, do que e do como se dizia e de quem ouvia as intervenções de operárias, operários e porta-vozes nos eventos das organizações trabalhistas, *A Plebe*, diferentemente do que ocorria nas páginas do *CP*, se refere não raras vezes às recorrentes práticas de linguagem dos trabalhadores que se reuniam em assembleias, comícios e afins, nos quais havia falas e escutas, que não destoavam, tal como se costumava supor nas ideologias elitistas, daquelas feitas por burgueses e aristocratas e que estavam investidas de razão, clareza e civilidade. Se indicamos as relativamente frequentes referências às “práticas de linguagem dos trabalhadores”, isso se deve ao fato de que o papel importantíssimo desempenhado pelas mulheres operárias

foi via de regra diminuído, quando não, não visto ou ocultado mesmo por sujeitos das classes trabalhadoras e por outros que se identificam com ideologias igualitárias. Nesse sentido, a fala pública continua a ser atravessada pela sexuação, de que tratam Courtine e Piovezani (2015). Nessa percepção sexuada da fala pública,

contrapõem-se a força viril do orador que fala e vence o tumulto dos auditórios e a passividade feminina sob a forma cômoda do silêncio; contrastam-se a virtude masculina da coragem exigida pela parrêsia e o vício feminino da bajulação e do eufemismo; demarcam-se, finalmente, o ideal masculino da voz, que se assentaria na harmonia firme e viril da fala e que remonta à força dos gritos de guerra e caça, e a feminidade sedutora do canto, no qual ecoariam a melodia de ninfas e sereias. (COURTINE e PIOVEZANI, 2015, p. 17)

No que diz respeito ao *A Plebe*, particularmente quanto aos enunciados mais manifestamente dedicados à organização operária, ao movimento grevista e às intervenções de seus participantes, ressaltamos que ali foram materializadas certas ideias a propósito da fala pública popular. Com essa produção discursiva, alguns efeitos podem ter sido produzidos. De modo geral, os enunciados do jornal anarquista afirmaram a pluralidade das falas, porque expressões como “vários companheiros”, “alguns camaradas” e outras semelhantes foram reiteradamente empregadas; afirmaram também a ebulição política operária, sob a forma de adesões consistentes e presenças numerosas aos seus eventos, tal como indicam termos como “numerosos comícios”, “numerosas reuniões”, “numeroso é o operariado” e “reunião bastante concorrida”; afirmaram igualmente a predominância de relações relativamente mais horizontais e mais, digamos, dialógicas, entre os porta-vozes e operários oradores e os operários que compunham os auditórios, conforme podemos observar em expressões como “nossos camaradas” e “companheiros nossos”; afirmam importância dos temas abordados nas manifestações públicas, indicada com o uso destes termos: “questões sociais” e “questões cruciais à luta operária”; afirmam ainda uma certa familiaridade operária com a linguagem, uma vez que são as atividades de fala e de escuta, de escrita e de leitura são indicadas com alguma frequência; e afirmam, finalmente, certas propriedades positivas dos desempenhos oratórios populares, entre os quais, o desprendimento, que contrasta com as vaidades burguesas e aristocráticas, o compromisso social de quem fala e ainda o ânimo das falas e entusiasmo das escutas, que não se confundem com as alegadas agressividades e irracionalidades, conforme apontam estas expressões: “discutem com interesse e calor”, “fartas demonstrações do seu apoio” e “entusiásticas demonstrações de simpatia”.

Já era de se supor que o povo e sua voz fossem detratados nos enunciados que materializam discursos dominantes e excludentes, tais como os que se encontram no CP, mas identificar certas reproduções de dizeres que tomam os membros das classes populares como inferiores em enunciados do *A Plebe* não deixa de nos surpreender. Nossa surpresa ocorre, mesmo que conheçamos a força das ideologias dominantes e as relações desiguais e contraditórias entre as diversas ideologias de uma sociedade. Consideradas e estando bem estabelecidas as importantes diferenças nas posições discursivas em que se inscrevem os enunciadorees dos dois jornais aqui examinados, talvez pudéssemos supor a existência de um discurso transversal, cuja força e cujo alcance parecem abarcar posições ideológicas e formações discursivas antagonistas, na media em que nesse discurso as operárias e os operários são rebaixados seja com base em sua distância da elegância e da eloquência refinada e em sua proximidade com o estado de natureza e com o mundo bestial seja com base na sua necessidade de tutela, em razão das supostas falhas em suas práticas de linguagem. Nesse discurso, há graus e formas bem distintas, mas há também certa constância no silenciamento da voz do povo.

“Os ricos farão de tudo pelos pobres, menos descer de suas costas”. Mais ou menos frequentemente, em espaços e gêneros diversos, nos deparamos com esta terrível e precisa fórmula atribuída a Leon Tolstoi. Nós a encontramos novamente numa certa passagem de uma das obras a que aqui nos referimos algumas vezes. Em *A voz do povo*, Piovezani (2020, p. 241-242) menciona essa sentença e acrescenta estas palavras, que subscrevemos e com as quais gostaríamos de encerrar este nosso trabalho:

Os ricos farão de tudo pelos pobres, menos tratá-los respeitosamente como iguais, menos reconhecer que eles possuem não só coração, mas também cérebro, não só força bruta nos braços, mas também bom-senso, inteligência e sagacidade em suas cabeças e em seus espíritos. Os ricos farão de tudo pelos pobres, menos admitir, enfim, que eles sabem ouvir muito bem e que igualmente têm muito a dizer.

Referências

- ALTHUSSER, Louis. *Posições*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de Estado: notas sobre os aparelhos ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- ANGENOT, Marc. *O discurso social e as retóricas da incompreensão*. Organização e apresentação de Carlos Piovezani. São Carlos: EdUFSCar, 2015.
- ANGERMULLER, Johannes. *Análise de discurso pós-estruturalista: as vozes do sujeito na linguagem em Lacan, Althusser, Foucault, Derrida e Sollers*. Organização e tradução de Roberto Baronas. Campinas: Pontes editores, 2016.
- ARISTÓTELES. *Rhétorique*. Livres I, II et III. Paris: Les Belles Lettres, 2002.
- AUROUX, Sylvain. (Org.) *Histoire des idées linguistiques*. Tomos 1, 2 e 3. Liège/Bruxelas: Pierre Mardaga, 1989/1992/1997.
- BADIOU, Alain. *et al. Qu'est-ce qu'un peuple?* Paris, La Fabrique, 2013.
- BARROS, Diana Luz Pessoa de. Estudos do texto e do discurso no Brasil. *DELTA*. Vol. 15, n. Especial, p. 183-199, 1999.
- BARROS, Diana Luz Pessoa de. *Margens, periferias, fronteiras: estudos linguístico-discursivos das diversidades e intolerâncias*. São Paulo: Editora Mackenzie, 2016.
- BOSI, Ecléia. *Cultura de massa e cultura popular: leituras operárias*. Petrópolis: Vozes, 2009.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas linguísticas*. São Paulo: EDUSP, 1996.
- BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. Porto Alegre: Zouk, 2006.
- BRANDÃO, Roberto de Oliveira. "Presença da oratória no Brasil do século XIX". In: PERRONE-MOISÉS, Leila. (Org.) *O Ateneu: retórica e paixão*. São Paulo: Brasiliense/EdUSP, 1988, p. 213-226.
- CÍCERO. *De l'orateur*. Livres I, II et III. Paris: LesBellesLettres, 2002.
- CHARTIER, Roger. *A História cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.
- CHISS, Jean-Louis.; PUECH, Christian. *Le langage et ses disciplines (XIXe-XXe siècles)*. Bruxelles: Ducolot, 1999.
- COURTINE, Jean-Jacques. Os deslizamentos do espetáculo político. In: GREGOLIN, M. R. *Discurso e mídia: a cultura do espetáculo*. São Carlos: Claraluz, 2003. p. 21-34.
- COURTINE, Jean-Jacques. *Metamorfozes do discurso político: derivas da fala pública*. Organização e tradução de Carlos Piovezani e Nilton Milanez. São Carlos: Claraluz, 2006.

- COURTINE, Jean-Jacques. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Carlos: EdUFSCar, 2009.
- COURTINE, Jean-Jacques. *A voz do povo: a fala pública, a multidão e as emoções na aurora da era das massas*. In: *História da fala pública: uma arqueologia dos poderes do discurso*. Petrópolis: Vozes, 2015, p. 261-289.
- COURTINE, Jean-Jacques.; PIOVEZANI, Carlos. (Org.) *História da fala pública: uma arqueologia dos poderes do discurso*. Petrópolis: Vozes, 2015.
- DAVID, Jean-Michel. *Eloquentia popularis et conduitessymboliquesdesorateurs à lafin de laRépublique*”. In: *QuaderniStorici*, Bologna: Il Mullino, n°12, 1985, p.171-211.
- DAVID, Jean-Michel. *Lesrègles de laviolencedanslesassembléespopulaires de laRépubliqueromaine*. *Politicaantica*, Edipuglia, 2013, p. 48-74.
- DURAN, Maria Renata da Cruz. *Retórica à moda brasileira*. São Paulo: Editora UNESP, 2013
- FARGE, Arlette. *Essai pour une histoire des voix au XVIIIème siècle*. Paris: Bayard, 2009
- FERNANDES, Florestan. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. São Paulo: Global, 2009
- FIORIN, José Luiz. *O regime de 1964: discurso e ideologia*. São Paulo: Atual, 1988.
- FIORIN, José Luiz. *Argumentação*. São Paulo: Contexto, 2015
- FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense, 1997.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 2000.
- FREIRE, Gilberto. *Vida social no Brasil nos meados do século XIX*. São Paulo: Global, 2009
- GIANNOTTI, Vito. *História das lutas dos trabalhadores no Brasil*. Rio de Janeiro, Mauad X, 2007.
- GREGOLIN, Maria do Rosário. (Org.). *Discurso e Mídia: a cultura do espetáculo*. São Carlos: Claraluz, 2003.
- GREGOLIN, Maria do Rosário. *Foucault e Pêcheux na Análise do Discurso: diálogos e duelos*. São Carlos: Claraluz, 2004.
- GUIMARÃES, Eduardo. *Os limites do sentido*. Um estudo histórico e enunciativo da linguagem. Pontes: Campinas: 1995.
- GUIMARÃES, Eduardo. (Org.) *Produção e circulação do conhecimento*. Política, Ciência e Divulgação. Campinas: Pontes, 2003.

SAMPAIO, Iamara Andrade. A internacionalização das notícias e o periódico O Correio Paulistano na cobertura da Revolução Russa. *Temporalidades – Revista de História*, Belo Horizonte: v 13, n. 2, p. 639, jul/dez, 2021

KHOURY, Yara. *As greves de 1917 em São Paulo*. São Paulo: Cortez, 1981.

LEITE, Marli Quadros. *Preconceito e intolerância na linguagem*. São Paulo: Contexto, 2008.

LOPREATO, Christiina Roquette. *O espírito da revolta: a greve geral anarquista de 1917*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2000.

LUCCHESI, D. *Língua e sociedade partidas: a polarização sociolinguística do Brasil*. São Paulo: Contexto, 2015.

LOSSURDO, Domenico. *A contra história do liberalismo*. São Paulo: Ideias & Letras, 2006

MARIANI, Bethania. *O PCB e a Imprensa: o imaginário sobre o PCB nos jornais (1922-1989)*. Rio de Janeiro: Revan / Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

ORLANDI, Eni. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 3ª. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

ORLANDI, Eni. (Org.) *Gestos de leitura: da história no discurso*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

ORLANDI, Eni. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis: Vozes, 1998.

ORLANDI, Eni. *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. Campinas: Pontes, 2001.

ORLANDI, Eni. *Língua e conhecimento linguístico*. São Paulo: Cortez, 2002a.

ORLANDI, Eni.; GUIMARÃES, Eduardo. (org.). *Institucionalização dos estudos da linguagem*. Campinas: Pontes, 2002b.

ORLANDI, Eni. *Língua Brasileira e outras Histórias: discurso sobre a língua e ensino no Brasil*. Campinas: Editora RG, 2009.

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do Discurso. In: GADET, F.; HAK, T. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3ª ed., Campinas: Editora da Unicamp, 1990, p. 61-161.

PÊCHEUX, Michel. Delimitações, inversões, deslocamentos. In: *Caderno de Estudos Linguísticos*, vol. 19, Campinas: 1990, p. 7-24.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Editora da Unicamp, 1988.

- PÊCHEUX, Michel. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes, 1997.
- PÊCHEUX, Michel. *Análise de Discurso: Michel Pêcheux*. Textos escolhidos por Eni Orlandi. Campinas: Pontes, 2011.
- PFEIFFER, Castelano Regina. *Bem dizer e retórica: um lugar para o sujeito*. (Tese de doutorado em Linguística). Campinas: IEL/Unicamp, 2000.
- PIOVEZANI, Carlos. *Verbo, corpo e voz: dispositivos de fala pública e produção da verdade no discurso político*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.
- PIOVEZANI, Carlos. Falar em público na política contemporânea: a eloquência pop e popular brasileira na idade da mídia. In: *História da fala pública: uma arqueologia dos poderes do discurso*. Petrópolis: Vozes, 2015, p. 290-337.
- PIOVEZANI, Carlos. Instantâneos de duradouros estigmas: consensos sobre as vozes popular e feminina (da Retórica antiga à mídia contemporânea). In: *(In)Subordinações contemporâneas: consensos e resistências nos discursos*. São Carlos: EdUFSCar, 2016, p. 73-99.
- PIOVEZANI, Carlos. *A voz do povo: uma longa história de discriminações*. Petrópolis: Vozes, 2020.
- PIOVEZANI, Carlos. Os signos e os sentidos, as sensações e os sentimentos: discurso e sensibilidades no pensamento de Jean-Jacques Courtine. In: COURTINE, Jean-Jacques. *Corpo e discurso: uma história de práticas de linguagem*. Petrópolis: Vozes, 2022, p. 4-18. (no prelo)
- POSSENTI, Sirio. *Questões para analistas do discurso*. São Paulo: Parábola, 2009.
- POSSENTI, Sirio. *Os limites do discurso*. Curitiba: Criar Edições, 2002.
- QUINTILIANO. *Institutionoratoire*. 7 volumes. Paris, Les Belles Lettres, 2003.
- RANCIÈRE, Jacques. *A noite dos proletários: arquivos do sonho operário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- RANCIÈRE, Jacques. *O mestre ignorante*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.
- ROSANVALLON, Pierre. *La société des égaux*. Paris, Seuil, 2011.
- SALAZAR, Philippe-Joseph.; PIOVEZANI, C. (2016). “A voz humana na era das redes sociais”. In: *Caderno de Estudos Linguísticos*, Campinas: vol. 58, n. 1, p. 167-178.
- SENNETT, Richard. [1974]. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Cia. das Letras, 1988.
- SODRÉ, Hélio. *História universal da eloquência*. Petrópolis: Catedral das Letras, 2007.
- SOUZA, Roberto Acízelo Quelha. de. *O império da eloquência: retórica e poética no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 1999.

THALASSA, Ângela. *Correio Paulistano: o primeiro diário de São Paulo e a cobertura da Semana de Arte Moderna*. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo: 2007.

ZIZEK, Slavoj. (org.) *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

ZOPPI-FONTANA, Mónica. *Cidadãos modernos: discurso e representação política*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.